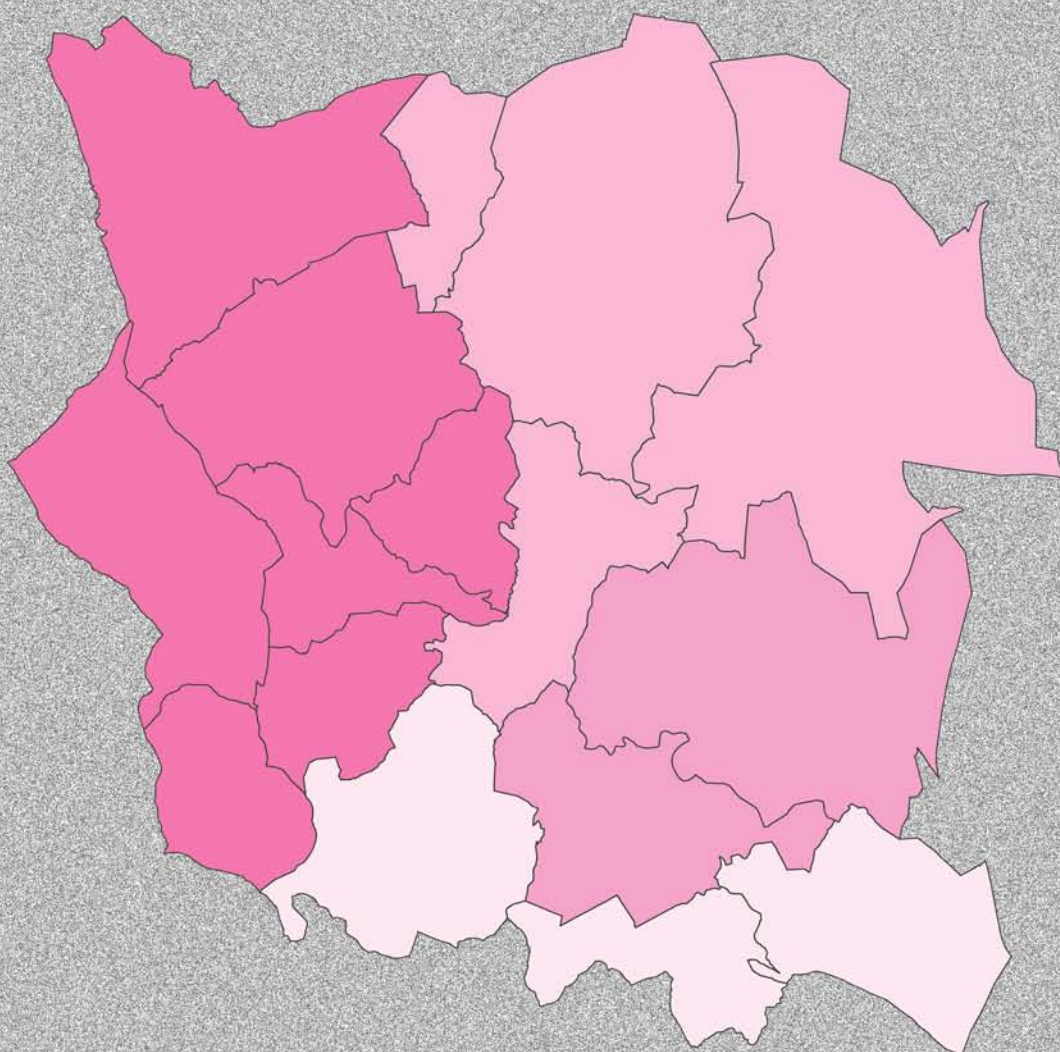


Carta Educativa do Concelho de Alenquer Relatório Final

2006



FICHA TÉCNICA

Edição e Propriedade:

Câmara Municipal de Alenquer

Grupo de Trabalho:

Álvaro Pedro;

Jorge Riso;

Maria José Venâncio;

Susana Lopes;

Tânia Esteves (Coordenação);

Estela Silva (Consultora).

Colaboração:

Agrupamento Horizontal de Escolas de Aldeia Gavinha/Merceana;

Agrupamento Vertical de Abrigada;

Agrupamento Vertical do Carregado;

Agrupamento Vertical Pêro de Alenquer;

Centro Infantil e Juvenil da Santa Casa da Misericórdia de Alenquer;

Colégio “Os Cartaxinhos”;

Departamento de Fomento e Serviços Urbanos da CMA;

Direcção Regional de Educação de Lisboa;

Divisão de Planeamento e Obras Particulares da CMA;

Escola Básica 2,3 Visconde Chancelheiros;

Escola Secundária Damião de Goes;

Instituto de Beneficência Maria da Conceição Pimentel – Instituto da Sãozinha;

Sistema de Informação Geográfica da CMA;

Sector de Informática da CMA.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FÍGURAS

ÍNDICE DE GRÁFICOS

ÍNDICE DE QUADROS

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Preâmbulo	2
1.2. Conceito e Finalidade	2
1.3. Objectivos Estratégicos	4
1.4. Conteúdo da Carta Educativa	5
1.5. Intervenientes e metodologia usada na elaboração da Carta Educativa	5
2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	7
3. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO	11
3.1. Enquadramento Territorial	12
3.2. Actividades Económicas e sua Localização	14
3.3. Dinâmica Demográfica	17
3.3.1. Estrutura Demográfica	23
3.4. Hierarquização dos Aglomerados	28
3.5. Rede Viária e Acessibilidades	29
4. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	31
4.1. Enquadramento geral da Educação e do Ensino	32
4.1.1. Nível de Ensino detido pela população residente	32
4.1.2. Taxas de Escolarização e de Cobertura	33
4.1.2.1. Educação Pré-Escolar	33
4.1.2.2. Ensino Básico - 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário	34
4.2. Oferta Educativa	35
4.2.1. Tipologia e localização do parque escolar	35
4.2.2. Educação Pré-Escolar	37
4.2.3. Ensino Básico – 1.º Ciclo	39
4.2.4. Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Ensino Secundário	42
4.2.5. Ensino Profissional	43
4.2.6. Ensino Superior	43
4.3. Tecnologias da Informação e Comunicação	44
4.4. Procura da Educação e do Ensino	44
4.4.1. Educação Pré-Escolar	45
4.4.1.1. Rede Pública	46
4.4.1.1.1. Evolução da População Escolar e Taxas de Ocupação	46
4.4.1.2. Rede Solidária e Privada	52
4.4.2. Ensino Básico	53

4.4.2.1. Primeiro Ciclo do Ensino Básico.....	54
4.4.2.1.1. Evolução da População Escolar e Taxas de Ocupação na rede pública.....	54
4.4.2.1.2. Taxas de Retenção	66
4.4.2.1.3. Actividades de Tempos Livres	68
4.4.2.1.4. Evolução da População Escolar na Rede Privada	69
4.4.3. Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico	69
4.4.3.1. Evolução da População Escolar e Taxas de Ocupação.....	69
4.4.3.2. Taxas de Retenção e Abandono	75
4.4.4. Ensino Secundário	77
4.4.4.1. Evolução da População Escolar	78
4.4.5. Ensino e Educação Especial.....	83
4.4.6. Ensino Profissional.....	84
4.4.7. Análise de fluxos (2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Profissional) no ano lectivo 2004/05.....	85
4.4.8. Ensino Recorrente	85
4.4.9. Educação Extra-Escolar	87
4.5. Acção Social Escolar e Transportes Escolares	89
4.5.1. Subsídio de Auxílios Económicos.....	89
4.5.2. Subsídios para Material Didáctico	90
4.5.3. Bolsas de estudo	91
4.5.4. Refeições.....	91
4.5.5. Transportes Escolares	92
4.6. Pessoal Não Docente	93
4.7. Síntese do Diagnóstico.....	95
4.7.1. Educação Pré-Escolar	95
4.7.2. Ensino Básico – 1.º Ciclo	95
4.7.3. Ensino Básico – 2.º e 3.º Ciclos.....	96
4.7.4. Ensino Secundário	96
4.7.5. Ensino Profissional.....	96
4.7.6. Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar	96
4.7.8. Qualidade dos edifícios escolares.....	97
4.7.9. Distribuição espacial da rede escolar	97
4.8. Nota Conclusiva	100
5. ANÁLISE PROSPECTIVA – PROJECCÕES DA POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR NO CONCELHO DE ALENQUER	101
5.1. Nota Introdutória	102
5.2. Metodologia	103
5.3. Prospectiva da Mortalidade	103
5.4. Análise da Natalidade e Fecundidade Geral	104
5.5. Prospectiva das Migrações	107
5.6. Projecção Derivada: Projecção da População a Escolarizar	110
6. PROPOSTAS DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA.....	116
6.1. Princípios Orientadores	117
6.2. Reordenamento - Identificação dos Territórios Educativos do Concelho de Alenquer	119

6.3. Programação - Propostas de intervenção na Rede Educativa	121
6.3.1. Descrição das propostas - Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico	121
6.3.1.1. Território Educativo de Alenquer - Considerações gerais e descrição das propostas	121
6.3.1.1.1. Freguesia de Santo Estêvão e Freguesia de Triana.....	122
6.3.1.2. Território Educativo de Abrigada - Considerações gerais e descrição das propostas	124
6.3.1.2.1. Freguesia de Abrigada	124
6.3.1.2.2. Freguesia de Cabanas de Torres.....	125
6.3.1.2.3. Freguesia de Meca.....	126
6.3.1.2.4. Freguesia de Ota.....	127
6.3.1.3. Território Educativo do Carregado - Considerações gerais e descrição das propostas	128
6.3.1.3.1. Freguesia de Cadafais.....	128
6.3.1.3.2. Freguesia do Carregado	130
6.3.1.3.3. Freguesia de Santana da Carnota.....	133
6.3.1.4. Território Educativo da Merceana - Considerações gerais e descrição das propostas	135
6.3.1.4.1. Freguesia de Aldeia Galega da Merceana.....	136
6.3.1.4.2. Freguesia de Aldeia Gavinha	138
6.3.1.4.3. Freguesia de Olhalvo	139
6.3.1.4.4. Freguesia do Pereiro de Palhacana	140
6.3.1.4.5. Freguesia de Ribafria	141
6.3.1.4.6. Freguesia de Ventosa	142
6.3.1.4.7. Freguesia de Vila Verde dos Francos.....	143
6.3.2. Medidas de intervenção – 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário	144
6.3.3. Programa de Execução	147
6.3.4. Programação Financeira.....	149
6.3.5. Articulação Institucional.....	154
7. MONITORIZAÇÃO / AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	155
7.1. Considerações Gerais.....	156
7.2. Faseamento do Processo de Monitorização	156
7.2.1. Recolha/Organização da Informação	156
7.2.2. Instrumentos de Acção	156
7.2.3. Avaliação dos Resultados.....	157
7.3. Gestão.....	157
8. BIBLIOGRAFIA.....	158
Anexo A - Tabela explicativa dos Critérios de Planeamento da Rede Educativa	165
Anexo B - Jardim de Infância (JI) – Critérios de Planeamento.....	166
Anexo C - Escola Básica do 1.º Ciclo (EB1) – Critérios de Planeamento.....	168
Anexo D - Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI) - Critérios de Planeamento	170
Anexo E - Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos (EB2,3) - Critérios de Planeamento	172

Anexo F – Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EB1,2,3,JI) - Critérios de Planeamento	174
Anexo G – Escola Secundária (ES) - Critérios de Planeamento.....	176

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 - Enquadramento Regional do Concelho de Alenquer	12
Figura n.º 2 - População Activa empregada no Sector Primário por freguesia (2001)	15
Figura n.º 3 - População Activa empregada no Sector Secundário por freguesia (2001)	15
Figura n.º 4 - População Activa empregada no Sector Terciário por freguesia (2001)	15
Figura n.º 5 - Variação da População Residente no Concelho de Alenquer por Freguesia	20
Figura n.º 6 - População e Densidades Populacionais no Concelho de Alenquer (2001)	21
Figura n.º 7 - Distribuição Espacial dos Aglomerados Urbanos.....	22
Figura n.º 8 - Índice de Envelhecimento por Freguesia (2001).....	25
Figura n.º 9 - Rede viária e Acessibilidades	29
Figura n.º 10 - Distribuição espacial do parque escolar do concelho, por freguesia (2004/2005)	35
Figura n.º 11 - Proposta de Territórios Educativos do Concelho de Alenquer.....	121

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 - Distribuição Percentual da População Activa por sector de actividade, no Concelho de Alenquer.....	14
Gráfico n.º 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Alenquer.....	17
Gráfico n.º 3 - Taxas de Crescimento Efectivo, Natural e Migratório no Concelho de Alenquer (1981/2001)	18
Gráfico n.º 4 - Evolução do Crescimento Natural da População Residente no Concelho de Alenquer (1981/2001)	19
Gráfico n.º 5 - Estrutura Etária da População Residente no Concelho de Alenquer (1991)	24
Gráfico n.º 6 - Estrutura Etária da População Residente no Concelho de Alenquer (2001)	26
Gráfico n.º 7 - Estrutura Etária da População do Concelho de Alenquer, por freguesias (2001)	27
Gráfico n.º 8 - Nível de Ensino atingido pela População Residente no Concelho de Alenquer	32
Gráfico n.º 9 - Distribuição percentual dos alunos por nível de ensino (2004/05)	45
Gráfico n.º 10 - Evolução do número de alunos na Educação Pré-Escolar Pública (1999-2005)	46
Gráfico n.º 11 - Evolução do número de crianças nos Jardins de Infância, por idades, entre os anos lectivos 1996/97 e 2004/05 (Rede Pública)	49
Gráfico n.º 12 - Evolução do número de alunos no 1.º CEB Público (1999-2005)	54
Gráfico n.º 13 - Evolução do número de alunos, por ano de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede pública)	57
Gráfico n.º 14 - Evolução das Taxas de Retenção no 1.º CEB Público (1999-2004)	66
Gráfico n.º 15 - Evolução do número de crianças a frequentar os A.T.L. por freguesia (2002/05)....	68
Gráfico n.º 16 - Evolução do número de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Privado (1999-2005)	69
Gráfico n.º 17 - Evolução do número de alunos matriculados no 2.º CEB (1999-2005)	70
Gráfico n.º 18 - Distribuição percentual do 2.º CEB, por escolas (2004/05).....	70
Gráfico n.º 19 - Evolução do número de alunos matriculados no 3.º CEB (1999-2005)	71
Gráfico n.º 20 - Distribuição percentual do 3.º CEB, por escolas (2004/05).....	71
Gráfico n.º 21 - Número de alunos na EBI de Abrigada, por ano de escolaridade (2004/05)	73
Gráfico n.º 22 - Número de alunos na EBI do Carregado, por ano de escolaridade (2004/05)	74

Gráfico n.º 23 - Número de alunos na EB2,3 Pêro de Alenquer, por ano de escolaridade (2004/05)	74
Gráfico n.º 24 - Número de alunos na EB2,3 Visconde Chancelheiros, por ano de escolaridade (2004/05)	75
Gráfico n.º 25 - Evolução das percentagens de retenção e abandono nos 2.º e 3.º CEB (1999-2004)	75
Gráfico n.º 26 - Evolução do número de alunos do Ensino Secundário (1999-2005)	78
Gráfico n.º 27 - Evolução do número de alunos dos cursos CSPOPE e CSPOVA (1999-2004)	79
Gráfico n.º 28 - Evolução do número de alunos na Escola Secundária Damião de Goes, por ano de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05	79
Gráfico n.º 29 - Taxas de Retenção e Abandono no Ensino Secundário (1999-2004)	81
Gráfico n.º 30 - Distribuição percentual dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (2004/05)	83
Gráfico n.º 31 - Evolução do número de alunos do Ensino Recorrente (1999/2005)	86
Gráfico n.º 32 - Evolução do número de alunos do Ensino Recorrente, por nível de ensino (2002 – 2005)	86
Gráfico n.º 33 - Evolução do número de alunos da Educação Extra-Escolar (2000-2005)	87
Gráfico n.º 34 - Evolução do número de alunos que receberam o Subsídio de Auxílios Económicos	90
Gráfico n.º 35 - Evolução do número de beneficiários dos transportes escolares (1999-2005)	93
Gráfico n.º 36 - Evolução da população residente, de acordo com os 4 cenários projectados	108
Gráfico n.º 37 - Estimativa do número total de alunos a escolarizar	113
Gráfico n.º 38 - Estimativa do número de alunos a escolarizar, por nível de ensino	113

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Evolução da População Residente no Concelho de Alenquer, por Grupos Etários (1960/2001)	23
Quadro n.º 2 - Índices Demográficos no Concelho de Alenquer (1960/2001)	26
Quadro n.º 3 - Evolução do saldo fisiológico, por freguesia, entre 1991 e 2001	27
Quadro n.º 4 - Hierarquia Urbana no Concelho de Alenquer	28
Quadro n.º 5 - Taxa de Cobertura da Educação Pré-Escolar (2000-2001)	33
Quadro n.º 6 - Taxa de escolarização no 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário (2000-2001)	34
Quadro n.º 7 - Tipologia dos Estabelecimentos de Ensino no Concelho (público e privado)	36
Quadro n.º 8 - Resumo dos Agrupamentos de Escolas – Ano lectivo 2004/05	36
Quadro n.º 9 - Caracterização dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar Pública (Ano Lectivo 2004/05)	38
Quadro n.º 10 - Recursos Humanos na Educação Pré-Escolar Pública (2004/05)	39
Quadro n.º 11 - Caracterização dos Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Público (Ano Lectivo 2004/05)	40
Quadro n.º 12 - Recursos Humanos no 1.º Ciclo do Ensino Básico (2004/05)	42
Quadro n.º 13 - Caracterização dos Estabelecimentos do 2º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário (Ano Lectivo 2004/05)	43
Quadro n.º 14 - Evolução do Número de Alunos por Nível de Ensino, Público e Privado (1999 – 2005)	44
Quadro n.º 15 - Distribuição numérica dos alunos por nível de ensino (2004/05)	45

Quadro n.º 16 - Evolução do número de crianças da Educação Pré-Escolar Pública, por Agrupamentos de Escolas.....	47
Quadro n.º 17 - Taxas de Ocupação (TO) da rede de Educação Pré-Escolar Pública (2004/05)	48
Quadro n.º 18 - Evolução do número de crianças, por Jardim de Infância e por idades, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede Pública)	49
Quadro n.º 19 - Evolução do número de crianças nos Jardins de Infância, por idades, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede Solidária e Rede Privada).....	53
Quadro n.º 20 - Evolução do número de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Público por Agrupamentos de Escolas (1999/2005)	55
Quadro n.º 21 - Taxas de Ocupação das Escolas do 1.º CEB, Público (2004/05).....	56
Quadro n.º 22 - Evolução do número de alunos nas EB1, por ano de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede Pública)	58
Quadro n.º 23 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (1999/00)	67
Quadro n.º 24 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (2000/01)	67
Quadro n.º 25 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (2001/02)	67
Quadro n.º 26 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (2002/03)	67
Quadro n.º 27 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (2003/04)	68
Quadro n.º 28 - Evolução do número de alunos, por ano de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05	69
Quadro n.º 29 - Taxas de Ocupação (TO) do 2.º e 3.º CEB (2004/05)	72
Quadro n.º 30 - Evolução do número de alunos do 2.º e 3.º Ciclos, por escolas e anos de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05... ..	72
Quadro n.º 31 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (1999/00)	76
Quadro n.º 32 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (2000/01)	76
Quadro n.º 33 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (2001/02).....	76
Quadro n.º 34 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (2002/03)	77
Quadro n.º 35 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (2003/04)	77
Quadro n.º 36 - Número de alunos e turmas no 10.º ano de escolaridade (Ano Lectivo 2004/05) ..	80
Quadro n.º 37 - Número de alunos e turmas no 11.º ano de escolaridade (Ano Lectivo 2004/05) ..	80
Quadro n.º 38 - Número de alunos e turmas no 12.º ano de escolaridade (Ano Lectivo 2004/05) ..	80
Quadro n.º 39 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (1999/00)	81
Quadro n.º 40 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (2000/01)	81
Quadro n.º 41 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (2001/02)	82
Quadro n.º 42 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (2002/03)	82
Quadro n.º 43 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (2003/04)	82
Quadro n.º 44 - Distribuição numérica dos alunos com necessidades educativas especiais por nível de ensino (2004-2005).....	83
Quadro n.º 45 - População Escolar do Ensino Profissional (2002-2005)	84
Quadro n.º 46 - Rede de Cursos de Educação Extra-escolar (2004/05).....	88
Quadro n.º 47 - Evolução dos encargos da Autarquia em Subsídios de Auxílios Económicos	90
Quadro n.º 48 - Evolução dos encargos da Autarquia em Subsídios para material didáctico.....	91
Quadro n.º 49 - Evolução dos alunos bolseiros (1999 – 2005).....	91
Quadro n.º 50 - Evolução dos encargos da Autarquia com o serviço de refeições (1999-2003)	92
Quadro n.º 51 - Evolução dos encargos da Autarquia em transportes escolares (1999-2005)	93
Quadro n.º 52 - Encargos da autarquia com Pessoal não Docente (2004-2005)	94

Quadro n.º 53 - Utilização de instalações/equipamentos fora do recinto escolar (Ano Lectivo 2004/05)	98
Quadro n.º 54 - Utilização do espaço escolar por instituições da comunidade (Ano Lectivo 2004/05)	99
Quadro n.º 55 - Indicadores da Natalidade e Fecundidade (por mil mulheres em idade fértil)	106
Quadro n.º 56 - Taxas de Fecundidade por idades das mães (por mil mulheres em idade fértil) no concelho de Alenquer (1991, 2001)	106
Quadro n.º 57 - Variação absoluta e relativa de acordo com os 4 cenários projectados	109
Quadro n.º 58 - Variação relativa da população residente, por cenários e período decenais de 2000/2010 e 2005/2015	110
Quadro n.º 59 - População residente agrupada por níveis de ensino (2000/2020)	110
Quadro n.º 60 - Média das Taxas de retenção e abandono por nível de ensino	111
Quadro n.º 61 - População com as taxas de produtividade do sistema	111
Quadro n.º 62 - Variação absoluta e relativa da estimativa do número de alunos a escolarizar, por nível de ensino	112
Quadro n.º 63 - Estimativa da população a escolarizar no ano lectivo 2014/2015 por freguesia e por nível de ensino	114
Quadro n.º 64 - Estimativa da população a escolarizar no ano lectivo 2014/2015, por Território Educativo	115
Quadro n.º 65 - Território Educativo de Alenquer (Equipamentos existentes - JI e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ano lectivo 2004/05)	115
Quadro n.º 66 - Descrição técnica da proposta n.º 1 - Construção de uma Escola Básica do 1.º com Jardim de Infância na Freguesia de Triana	123
Quadro n.º 67 - Descrição técnica da proposta n.º 2 - Requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Cheganças e alteração da tipologia para JI	123
Quadro n.º 68 - Território Educativo de Abrigada (Equipamentos existentes - JI e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ano lectivo 2004/05)	124
Quadro n.º 69 - Descrição técnica da proposta n.º 3 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Abrigada	125
Quadro n.º 70 - Descrição técnica da proposta n.º 4 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Cabanas de Torres	126
Quadro n.º 71 - Descrição técnica da proposta n.º 5 - Requalificação e ampliação da Escola Básica do 1.º ciclo de Canados	126
Quadro n.º 72 - Descrição técnica da proposta n.º 6 - Requalificação e ampliação da Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância de Ota	127
Quadro n.º 73 - Território Educativo do Carregado (Equipamentos existentes – JI e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ano lectivo 2004/05)	128
Quadro n.º 74 - Descrição técnica da proposta n.º 7 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na localidade de Cadafais	129
Quadro n.º 75 - Descrição técnica da proposta n.º 8 - Requalificação da EB1/JI de Casais da Marmeleira e alteração da tipologia para JI	130
Quadro n.º 76 - Descrição técnica da proposta n.º 9 - Construção de um Jardim de Infância na localidade do Carregado	131
Quadro n.º 77 - Descrição técnica da proposta n.º 10 - Requalificação da EB1 da Guizanderia e alteração da tipologia para JI	131
Quadro n.º 78 - Descrição técnica da proposta n.º 11 - Requalificação e ampliação da Escola Básica do 1.º Ciclo (P3) do Carregado	132
Quadro n.º 79 - Descrição técnica da proposta n.º 12 - Requalificação e ampliação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Cabanas de Torres	133
Quadro n.º 80 - Descrição técnica da proposta n.º 13 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo na freguesia de Santana da Carnota	133

Quadro n.º 81 - Descrição técnica da proposta n.º 14 – Requalificação e ampliação do Jardim de Infância de Santana da Carnota.....	134
Quadro n.º 82 - Território Educativo da Merceana (Equipamentos existentes - JI e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ano lectivo 2004/05)	135
Quadro n.º 83 - Descrição técnica da proposta n.º 15 - Construção de uma Escola Básica Integrada na freguesia de Aldeia Galega da Merceana.....	136
Quadro n.º 84 - Descrição técnica da proposta n.º 16 - Requalificação e ampliação da EB1 do Paiol	137
Quadro n.º 85 - Descrição técnica da proposta n.º 17 - Requalificação e ampliação da EB1/JI da Merceana e alteração da tipologia para JI	137
Quadro n.º 86 - Descrição técnica da proposta n.º 18 - Requalificação da EB1 de Aldeia Gavinha e alteração da tipologia para JI	138
Quadro n.º 87 - Descrição técnica da proposta n.º 19 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Olhalvo	139
Quadro n.º 88 - Descrição técnica da proposta n.º 20 - Requalificação e ampliação da EB1 de Pocariça	140
Quadro n.º 89 - Descrição técnica da proposta n.º 21 - Requalificação e ampliação do Jardim de Infância do Pereiro de Palhacana e alteração da tipologia para EB1/JI	140
Quadro n.º 90 - Descrição técnica da proposta n.º 22 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Ribafria	141
Quadro n.º 91 - Descrição técnica da proposta n.º 23 - Requalificação e ampliação da EB1/JI da Cortegana.....	142
Quadro n.º 92 - Descrição técnica da proposta n.º 24 - Requalificação da EB1/JI da Labrugeira e alteração da tipologia para JI	143
Quadro n.º 93 - Descrição técnica da proposta n.º 25 – Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Vila Verde dos Francos.....	144
Quadro n.º 94 - Síntese das Propostas	146
Quadro n.º 95 - Hierarquização das Propostas e Cronograma de Execução	148
Quadro n.º 96 - Orçamento dos investimentos em terrenos e construção de edifícios.....	150
Quadro n.º 97 - Orçamento dos Investimentos em Requalificações e Ampliações.....	151
Quadro n.º 98 - Investimento Total	153

1. INTRODUÇÃO

A carta educativa é a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”.

Art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro.

1.1. Preâmbulo

No contexto duma sociedade actual, onde a globalização e a mudança tecnológica assumem um papel preponderante, em Março de 2000, no Conselho Europeu de Lisboa, foi definida uma estratégia para a União Europeia, na qual se deu prioridade acrescida à qualidade dos investimentos em educação e formação.

Nesta conjuntura, são colocados novos desafios aos sistemas educativos europeus, entre os quais, o aumento da qualidade e eficácia da educação e formação, reconhecendo o papel preponderante que assumem no fortalecimento da coesão social.

Conscientes do interesse de todos os agentes educativos na melhoria do sistema educativo local, pretende-se que o presente documento se constitua como um instrumento que permita o desenvolvimento estratégico da educação, do ensino, da formação e da cultura no concelho de Alenquer, tendo por base as necessidades identificadas e as potencialidades existentes.

1.2. Conceito e Finalidade

O *Pacto Educativo para o Futuro*¹, fazendo da Escola o centro privilegiado das políticas educativas, apostando na dignificação do papel dos professores e dos educadores, na descentralização e no diálogo, traduz uma mudança na política educativa que se relaciona com o próprio conceito de escola e, conseqüentemente, tem implicações no planeamento da rede escolar.

O conceito de edifício escolar isolado traduz uma concepção desajustada de uma realidade onde a Escola deve ser encarada como um centro ou um elo de uma rede de locais de educação e formação, num espaço de múltiplas e diversas actividades de cariz comunitário.

¹ Manual de Elaboração da Carta Educativa, DAPP-ME, Fevereiro, 2000
GAE - CMA

A concepção de uma escola-organização, articulada com outras unidades de educação e formação, levou a que o conceito de Carta Escolar evoluísse para o conceito mais abrangente de Carta Educativa, entendida como projecto de intervenção e ordenamento da rede educativa inserida num contexto mais abrangente do ordenamento territorial.

A Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo da rede educativa, tem como objectivos:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, de modo a que, em cada momento, a oferta educativa concelhia corresponda à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar;
- Ser o reflexo, a nível municipal, do processo de reordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas;
- Uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município;
- Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como, as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Carta Educativa tem como objecto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respectiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as modalidades especiais de educação, e de educação extra-escolar.

A necessidade de consonância entre a oferta educativa e a procura obriga a um contínuo reajustamento da rede educativa, neste sentido, o planeamento da rede deve estruturar-se de acordo com os seguintes princípios:

- Concepção da aprendizagem e desenvolvimento educativo como um processo sequencial, integrado e complementar;
- Programação de equipamentos de acordo com a diversidade de tipologias, com a flexibilidade e versatilidade de soluções e com a complementaridade na gestão e utilização dos recursos;
- Visão prospectiva da realidade, construída a partir de potenciais cenários de desenvolvimento.

1.3. Objectivos estratégicos:

A Carta Educativa entendida enquanto produto e não como documento acabado, visa a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo e dos normativos daí emanados, nomeadamente:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da Rede Escolar colocadas pela evolução da política educativa, pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido do esbatimento das disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspectiva de adequação da rede escolar às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.

Neste sentido, são objectivos estratégicos da Política Educativa Municipal:

- Promover o aumento da qualidade educativa concelhia;
- Articular políticas da educação e da formação;
- Criar condições para o aumento da qualidade das aprendizagens e o incentivo das mesmas ao longo da vida;
- Orientar a expansão do sistema educativo no concelho de acordo com o desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

1.4. Conteúdo da Carta Educativa

O presente documento encontra-se estruturado em três partes distintas, embora exista uma interligação entre elas.

A primeira parte possui um carácter retrospectivo e integra:

- Enquadramento legislativo – Listagem da legislação de referência na área da educação e intervenção autárquica consultada na elaboração e fundamentação do presente documento;
- Caracterização Sócio-Económica do Concelho de Alenquer – Análise da realidade sócio-económica do concelho e da sua evolução demográfica;
- Diagnóstico Estratégico – Análise da realidade educativa do concelho.

A segunda parte tem um teor mais prospectivo e é composta por projecções demográficas, mais especificamente, projecções da população a escolarizar.

A terceira e última parte, diz respeito às propostas de reordenamento da rede escolar, com o respectivo programa de execução, previsão financeira e articulação institucional.

1.5. Intervenientes e metodologia usada na elaboração da Carta Educativa:

De acordo com o Decreto-Lei n.º7/2003, de 15 de Janeiro, a elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação.

Primeira Fase: Plano de Trabalho

Esta fase destinou-se à definição e identificação de conceitos, conteúdos e cronograma. Ainda nesta fase, foi iniciada a compilação, análise e triagem da informação, nomeadamente, a disponível no Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Alenquer.

Segunda Fase: Caracterização Sócio-Económica e Educativa do Concelho

Consistiu numa caracterização da realidade do Concelho de Alenquer em termos sócio-económicos e de educação /formação.

Terceira Fase: Projecções e Cenários de Desenvolvimento

Nesta fase, com a colaboração da Divisão de Loteamentos e Obras Particulares da Câmara Municipal, procedeu-se à definição de projecções e cenários de desenvolvimento demográfico do concelho e, especificamente, da população a escolarizar.

Quarta Fase: Formulação de Propostas

Esta fase teve como principal objectivo a operacionalização dos objectivos estratégicos definidos através de propostas de reordenamento da rede escolar.

A elaboração da Carta Educativa não pode dissociar-se da problemática do desenvolvimento/ordenamento do território, devendo constituir-se como parte integrante do Plano Director Municipal (PDM), neste sentido, é de todo pertinente referir que o PDM do concelho de Alenquer encontra-se em fase de revisão.

Quinta Fase: Aprovação

Esta fase teve como objectivo a aprovação da Carta Educativa pela Câmara Municipal de Alenquer e pela Assembleia, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação.

2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A legislação portuguesa no âmbito da educação/administração educacional tem vindo nas últimas décadas a concretizar a transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, as quais têm assumido um crescente protagonismo enquanto parceiros e responsáveis por alguns níveis de ensino.

Na preparação e elaboração da Carta Educativa do Concelho de Alenquer, foi consultada a seguinte legislação genérica:

- Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro – Transportes escolares (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro);
- Lei 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Despacho-Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88 – Define os princípios gerais da planificação da Rede Escolar;
- Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar;
- Despacho Normativo n.º 27/97, de 2 de Junho – Pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa;
- Despacho-Conjunto n.º 15/SEAE/SEEI/97, de 18 de Abril – Define regras para a extinção dos postos de ensino básico mediatizado;
- Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho – Consagra o regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar, estabelecendo a criação de uma rede nacional de educação pré-escolar que integra uma rede pública e uma rede privada, visando efectivar a universalidade da educação pré-escolar;
- Despacho-Conjunto n.º 258/97, de 21 de Agosto – Define os critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar;
- Despacho-Conjunto n.º 268/97, de 25 de Agosto – Define os critérios gerais de programação dos estabelecimentos de educação pré-escolar;
- Decreto-Lei n.º 291/97, de 4 de Setembro – Define o regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de educação pré-escolar;
- Despacho Normativo n.º 27/97, de 2 de Junho – Pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa;

- Despacho-Conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho – Estabelece o regime aplicável à prestação dos serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das actividades de apoio especializado existentes nas escolas, no quadro do desenvolvimento dos projectos educativos;
- Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro – Estabelece o novo regime de criação, organização e funcionamento das escolas profissionais no âmbito do ensino não superior;
- Decreto-Lei n.º 89-A/98, de 7 de Abril – Cria uma linha de crédito bonificado para financiamento da construção e aquisição de instalações e equipamento de estabelecimentos de educação pré-escolar;
- Decreto-Lei n.º 115/98, de 4 de Maio – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário;
- Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais – estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias;
- Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto – estabelece as bases da política de reordenamento do território e de urbanismo;
- Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro – Estabelece o quadro de transferência das atribuições das autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e de ensino;
- Decreto-Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto – Define as condições necessárias à constituição e à instalação dos agrupamentos de escolas do ensino básico;
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

As competências das autarquias para a área da educação surgem expressas nos seguintes diplomas:

- Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto – Regula a integração dos alunos portadores de deficiência nos estabelecimentos públicos de ensino nos níveis básico e secundário;

- Despacho Conjunto n.º 128/97, de 9 de Julho – Determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias Locais assegurem, no âmbito do apoio sócio-educativo às famílias as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos;
- Decreto-Lei n.º 115 A/98, de 4 de Maio – Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário;
- Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro – Estabelece o quadro de transferências das atribuições e competências das autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e ensino;
- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – Estabelece o quadro de competências, assim como, o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias;
- Decreto-Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto – define as condições necessárias à constituição e à instalação dos agrupamentos de escolas do ensino básico;
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

De acordo com os diplomas referidos, as principais competências dos órgãos municipais para a área educativa são, entre outras:

- Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e básica;
- Elaborar a Carta Educativa;
- Criar os Conselhos Municipais de Educação;
- Assegurar a gestão dos transportes escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e básica;
- Providenciar o alojamento de estudantes do ensino básico, em alternativa (ou complemento) ao transporte escolar;
- Comparticipar (no domínio da acção social escolar) os jovens que se encontram a frequentar a educação pré-escolar e básica;
- Envolver-se e apoiar actividades culturais e recreativas complementares e extra-escolares, no âmbito da educação pré-escolar e básica;
- Gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

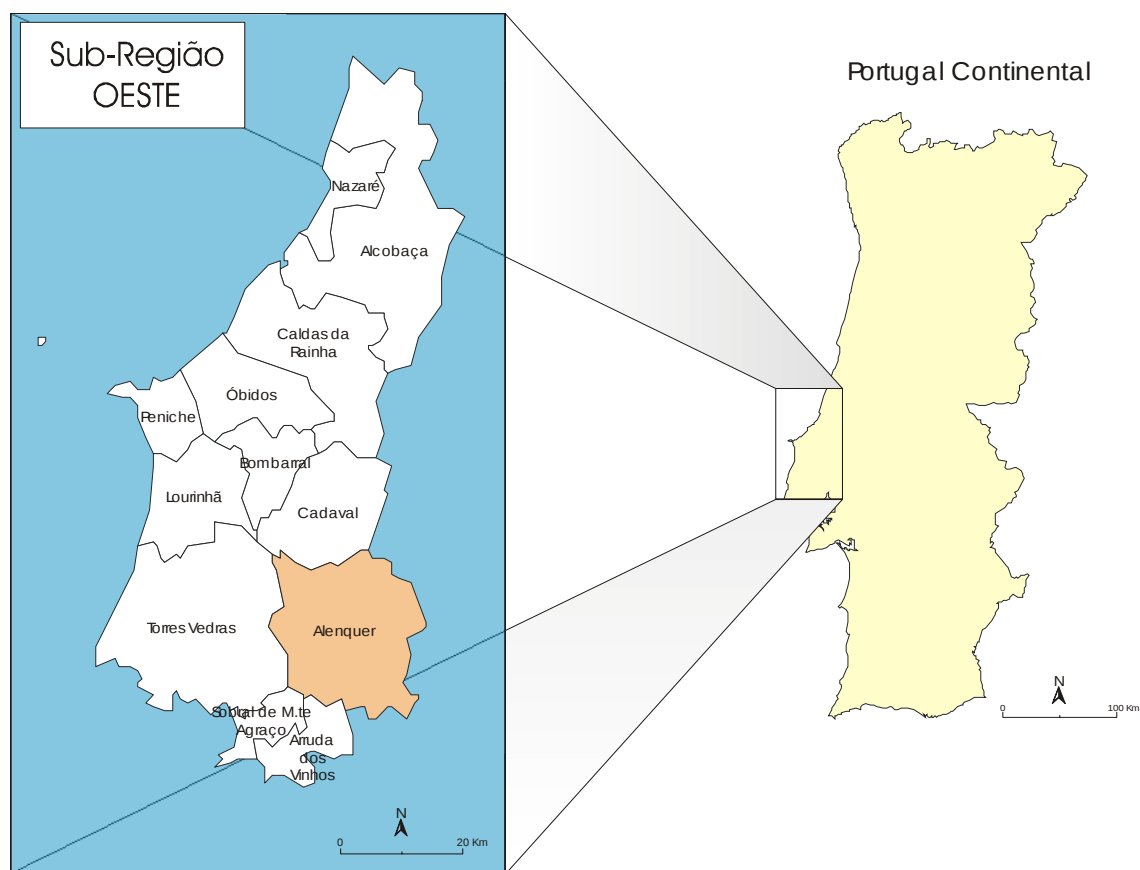
3. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO- ECONÓMICA DO CONCELHO

Neste capítulo procede-se ao enquadramento territorial do concelho de Alenquer e caracteriza-se, de modo sucinto, as principais actividades económicas do concelho, partindo da informação disponível no relatório da 1.ª Fase do Plano Director Municipal de Alenquer, no Pré-Diagnóstico Social do concelho de Alenquer e no Instituto Nacional de Estatística, considerando que esta caracterização é essencial no planeamento da oferta educativa e de formação.

3.1. Enquadramento Territorial

O concelho de Alenquer, com uma área de 302 km², localiza-se na margem direita da secção terminal da bacia hidrográfica do rio Tejo, integrando-se na área de intervenção da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Pertence à sub-região Oeste (NUT III), a qual possui uma área de cerca de 2200 km repartida por doze municípios, sendo que o concelho de Alenquer representa cerca de 14,5% da área total da sub-região em que está inserida. O concelho de Alenquer é o maior do distrito de Lisboa, logo após Sintra e Torres Vedras e localiza-se a 36km de Lisboa, sendo limitado a Norte pelo concelho de Cadaval, a sul pelos de Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço, a Oeste pelo concelho de Torres Vedras e a Este pelo de Azambuja, tal como se verifica no mapa seguinte:

Figura n.º 1 - Enquadramento Regional do Concelho de Alenquer



O concelho é composto pelas seguintes dezasseis freguesias: Abrigada, Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Gavinha, Cabanas de Torres, Cadafais, Carnota, Carregado, Meca, Olhalvo, Ota, Pereiro de Palhacana, Ribafria, Santo Estêvão, Triana, Ventosa e Vila Verde dos Francos. As condições específicas de inserção territorial do concelho geram interrelações que confrontam a ruralidade envolvente à Serra de Montejunto e a influência metropolitana que irradia a partir da cidade de Lisboa.

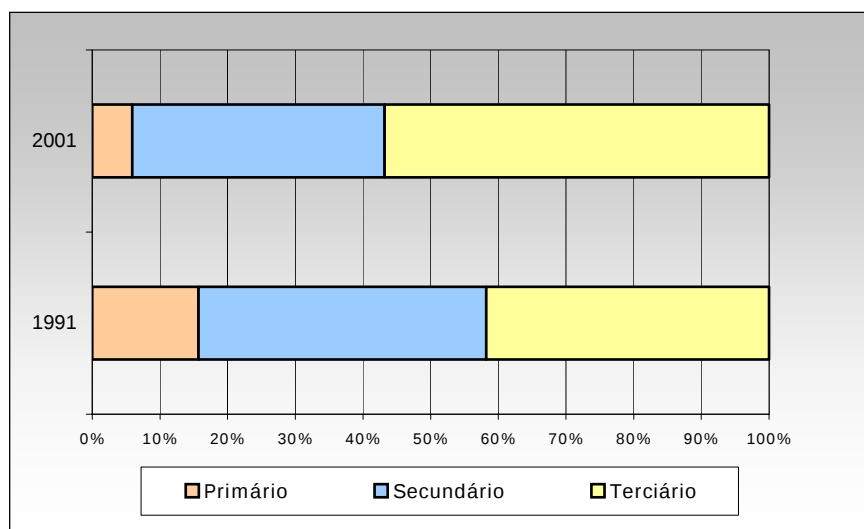
A implantação do novo Aeroporto de Lisboa (NAL) no espaço concelhio constitui um elemento cujo impacto será certamente profundo, trazendo um quadro de referência totalmente distinto do actual, não só a nível territorial, mas também, económico e social. A construção do NAL e das acessibilidades com ele relacionadas irá certamente modificar a dinâmica demográfica, a estrutura da população e a estrutura do povoamento do Concelho de Alenquer, o que irá ter um impacto imprevisível ao nível da rede educativa.

3.2. Actividades Económicas e sua Localização

Ao nível dos sectores de actividade, o sector primário apresenta ainda algum peso no concelho, no entanto, dado a idade já avançada de grande parte dos produtores agrícolas, crê-se que na próxima década este sector possa vir a registar um declínio acentuado, nomeadamente, no que diz respeito a explorações de dimensões mais reduzidas. Note-se que, entre os anos de 1991 e 2001, este sector registou uma diminuição de quase 50%, já no sector terciário verificou-se um acréscimo na ordem dos 84%. No sector secundário também se verificou um aumento neste período de tempo.

Em 2001, a maioria da população activa do concelho exerce a sua actividade no sector terciário (56,8%), sendo que neste sector são os serviços relacionados com actividades económicas que mais população empregam. O acréscimo verificado neste sector entre 1991 e 2001 verificou-se sobretudo devido ao declínio do sector primário.

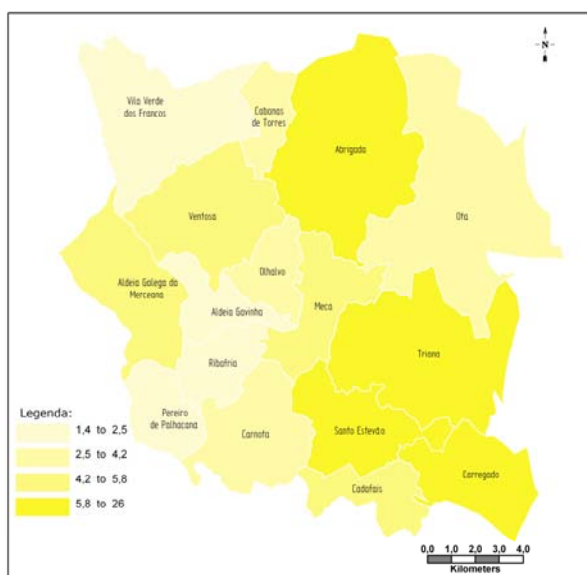
Gráfico n.º 1 - Distribuição Percentual da População Activa por sector de actividade, no Concelho de Alenquer (1991, 2001)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Ao procedermos a uma análise territorial por freguesia, constata-se que em 2001, no que concerne à população empregada por sector de actividade económica, o sector primário assume maior expressão nas freguesias de Abrigada (12,4%) e Ventosa (11,4%). No que concerne ao sector secundário, este assume maior relevância nas freguesias de Carregado (26%), Santo Estêvão (12,2%), Abrigada (9,8%) e Triana (8,7).

Figura n.º 3 - Sector Secundário

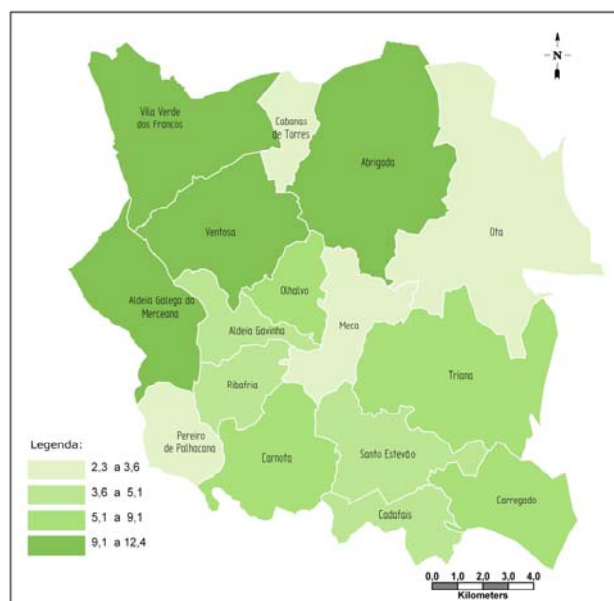


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Quanto ao sector terciário, este é o que possui mais peso ao nível da população empregada na maioria das freguesias, verificando-se em quase todas uma prevalência de serviços relacionados com actividades económicas. Neste sector, são também as freguesias de Carregado, Triana e Santo Estêvão que apresentam uma maior percentagem do total de população empregada.

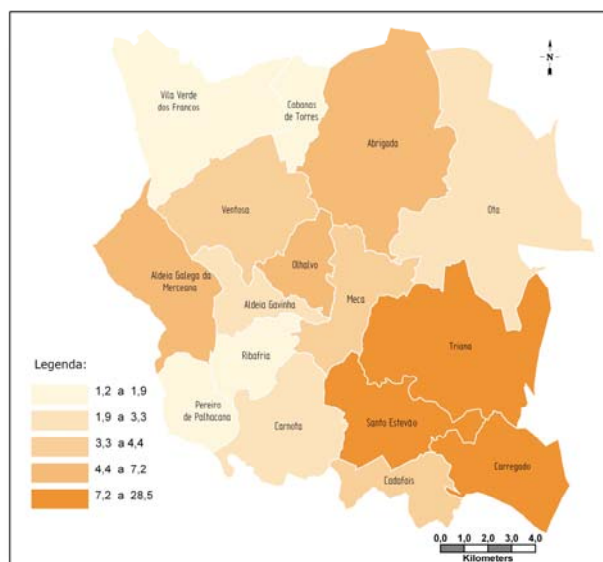
População Activa empregada por sector de actividade e freguesia (2001)

Figura n.º 2 - Sector Primário



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Figura n.º 4 - Sector Terciário



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A análise concelhia do emprego implica uma referência à Taxa de Actividade. Assim, ao nível deste indicador, verificamos que em 2001, Alenquer apresenta a segunda Taxa de Actividade mais elevada da sub-região Oeste (49,6%) apenas ultrapassada pelo concelho de Arruda dos Vinhos. Note-se que, entre os anos de 1991 e 2001, Alenquer foi o concelho desta região que registou o maior aumento a nível de Taxa de Actividade, cerca de 7,5%.

No que se refere ao tecido empresarial, segundo o Pré-Diagnóstico Social do concelho, nota-se um acréscimo do número de microempresas, enquanto as empresas que possuem um número maior de trabalhadores ou encerram ou crescem a um ritmo mais lento, facto que se vai reflectir no número de empregos. Em 2000, uma elevada percentagem do emprego encontrava-se concentrada em empresas de pequena dimensão (21%), enquanto que as de maior dimensão, empregam percentagens pouco significativas de população activa concelhia.

Segundo o relatório da 1.^a fase do Plano Director Municipal, Alenquer caracterizou-se por um elevado dinamismo económico, que se sustentou no crescimento do número de unidades empresariais, bem como do seu volume global de emprego.

Importa ainda caracterizar a mão de obra existente no concelho de Alenquer, uma vez que este é um exercício fundamental na apreensão das dinâmicas sociais e económicas.

A população empregada caracteriza-se pela sua estrutura relativamente jovem, sendo que os grupos etários mais jovens, nomeadamente, os dos vinte aos quarenta anos representam mais de metade do emprego local. Em termos evolutivos, destaca-se o acréscimo verificado no escalão dos vinte aos trinta anos, por contraponto aos escalões mais envelhecidos. Este facto, parece evidenciar um rejuvenescimento da mão de obra local, não numa lógica de substituição mas sim de criação de emprego.

De realçar ainda um acréscimo muito acentuado nos níveis de habilitação do emprego no concelho, uma vez que numa década, a população que detinha o 1.º ciclo ou inferior passou de 2/3 para cerca de 40% do valor global da mão-de-obra local, assim como, aumentou o peso dos trabalhadores habilitados com o ensino secundário e superior. No entanto, apesar da evolução particularmente positiva do nível das habilitações concelhio, é de realçar que a maioria dos trabalhadores locais possui apenas a escolaridade mínima obrigatória. Tal como o nível das habilitações, também as qualificações do emprego concelhio cresceram significativamente sendo de salientar o aumento do peso dos quadros superiores.

Deste modo, poder-se-á dizer que a mão-de-obra do concelho é caracterizada pela predominância dos escalões etários mais jovens, nomeadamente dos 20 aos 30 anos e está a evoluir significativamente para níveis de habilitação e qualificação mais elevados.

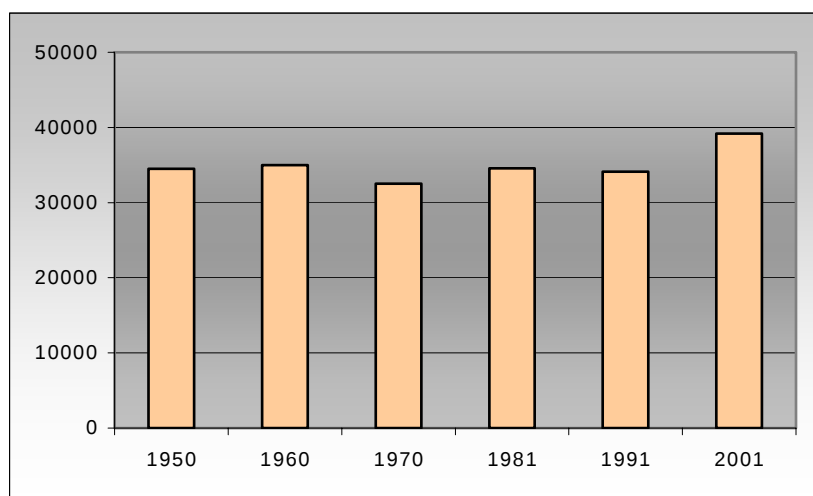
3.3. Dinâmica Demográfica

Segundo o relatório da 1.^a fase da Revisão do Plano Director Municipal de Alenquer, ao longo do século XX a dinâmica demográfica do concelho de Alenquer revela duas fases distintas: a primeira, até aos anos 60, caracterizou-se por um crescimento contínuo, embora moderado, já a segunda fase, compreendida entre essa data e 1991, foi marcada por uma evolução irregular, embora globalmente no sentido descendente.

No período entre 1900 e 2001, distinguem-se diferentes fases de evolução da população residente no concelho de Alenquer. De 1900 a 1960, a população aumentou cerca de 10 500 habitantes, verificando-se variações nas taxas de crescimento decenais entre 1,5% (1950/60) e 10,5% (1920/30). A partir de 1960 inicia-se um período de descida, com uma perda de 2500 habitantes em Alenquer, em consequência da guerra nas colónias ultramarinas. As implicações destas saídas vieram condicionar fortemente as dinâmicas evolutivas subsequentes, uma vez que atingiram maioritariamente as classes mais jovens e em idade fértil. A face mais visível desta realidade foi o duplo envelhecimento da população, traduzido no aumento da população idosa (envelhecimento no topo) e na diminuição da população jovem (envelhecimento na base).

No decénio de 1970 a vinda de população das ex-colónias e a travagem da emigração contribuem para a reposição da população perdida na década anterior. Concluída a fase de retorno dos ex-colonos, e permanecendo no geral as características predominantemente rurais do município, os anos 80 caracterizaram-se por um novo ciclo de perda de efectivos (menos 1,4% entre 1981 e 1991), ao que não terá sido alheio o reforço das migrações para a Área Metropolitana de Lisboa, já que a mesma se mostrava atractiva em diferentes domínios (mercado de trabalho, acessibilidades, entre outros).

Gráfico n.º 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Alenquer (1950/2001)



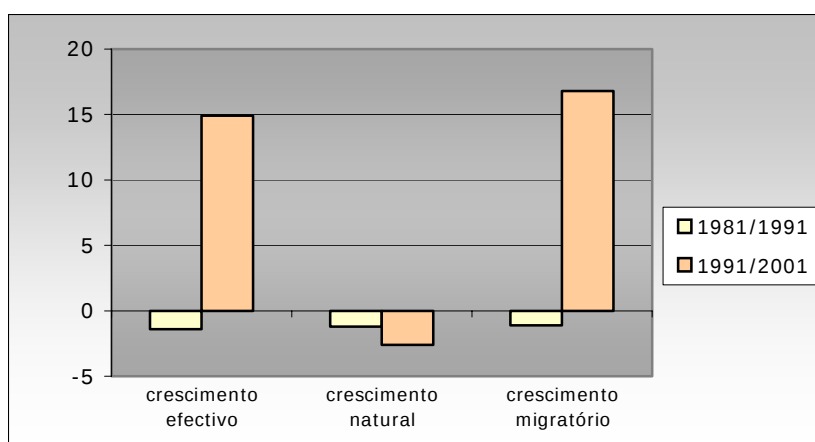
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A maior integração na AML e o recente dinamismo económico concelhio conduzem a uma nova inversão na tendência demográfica, como mostram os Censos de 2001 ao comprovarem um crescimento populacional na ordem dos 15% (14,9%) face a 1991.

A análise desta dinâmica segundo o contributo das diferentes componentes de crescimento demográfico efectivo (crescimento natural e crescimento migratório) mostra uma progressiva diminuição da capacidade endógena de substituição geracional, conferindo à intensidade e sentidos dos movimentos migratórios um papel primordial nesse processo.

Tomando como referência as duas últimas décadas, constata-se que a anteriormente referida inversão de comportamento da taxa de crescimento efectivo foi motivada pelo afluxo de indivíduos exteriores ao concelho, podendo as alterações ser sintetizadas em dois períodos: o primeiro, entre 1981 e 1991, caracterizado por uma ligeira diminuição dos efectivos (-1,4), em função dos valores negativos do crescimento natural e migratório; o segundo, entre 1991 e 2001, marcado por uma inversão do sentido dos movimentos migratórios (com ganhos locais na ordem dos 17%), situação que contribuiu para um acréscimo populacional (14,9%), apesar do tendência regressiva, entretanto agravada, do crescimento natural (-2,6).

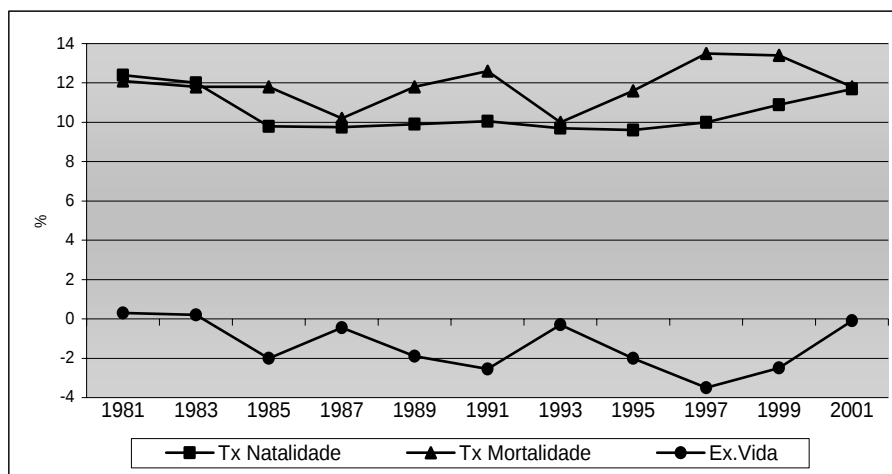
Gráfico n.º 3 - *Taxas de Crescimento Efectivo, Natural e Migratório no Concelho de Alenquer (1981/2001)*



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Desta abordagem destacam-se duas ideias-chave que importa aqui destacar: por um lado, a importância da componente migratória na dinâmica demográfica municipal demonstra uma alteração nas condições específicas que têm influenciado o grau de atractividade/repulsividade do concelho, por outro lado, o decréscimo da componente natural constitui um efeito estrutural da incidência do fenómeno migratório em décadas anteriores a 1991 sobre a actual composição etária dos efectivos, sendo complementada pela conjugação entre uma progressiva descida da taxa de natalidade e uma relativa estabilização da taxa de mortalidade, possuindo uma tradução evidente no decréscimo do respectivo excedente de vida.

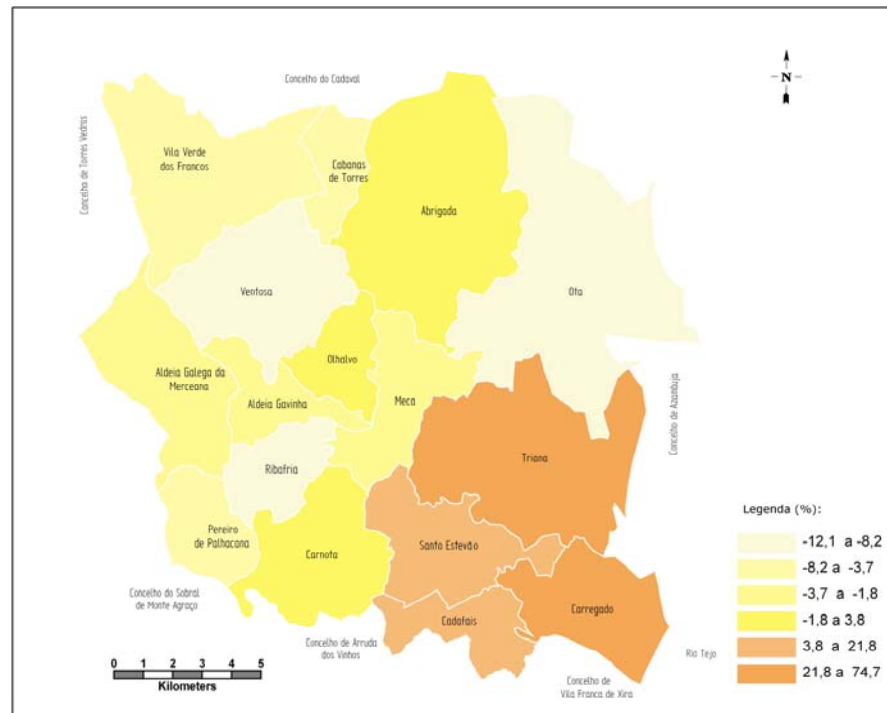
Gráfico n.º 4 - Evolução do Crescimento Natural da População Residente no Concelho de Alenquer (1981/2001)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A mutação dos mecanismos de crescimento demográfico observada nas últimas décadas encontra-se intimamente relacionada com a envolvente externa do concelho, caracterizada pelas múltiplas formas que assume localmente. O crescimento demográfico revela-se assim particularmente dependente do sentido e da intensidade dos fluxos migratórios, dado que a dinâmica de crescimento natural apresenta uma trajectória conducente quer à sua diminuição, quer ao envelhecimento populacional.

No entanto, tal como se pode verificar no quadro seguinte, o referido crescimento de população residente no concelho não é uma realidade para todas as suas freguesias, uma vez que, sobretudo, as freguesias de Ota, Ribafria e Ventosa, para o mesmo horizonte temporal de 10 anos, viram a sua população residente diminuir. Note-se que, em contrapartida, as freguesias de Santo Estêvão e Triana registaram um aumento populacional bastante acentuado, bem como a freguesia do Carregado, esta última foi a que mais população conseguiu atrair em termos absolutos – 3 876 habitantes – continuando a ser, à semelhança do que se verificava em 1991, a freguesia que detém um maior número de efectivos: 9 066 indivíduos, que representam 23% da população total do concelho em 2001.

Figura n.º 5 - Variação da população Residente no concelho de Alenquer por Freguesia (1991/2001)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

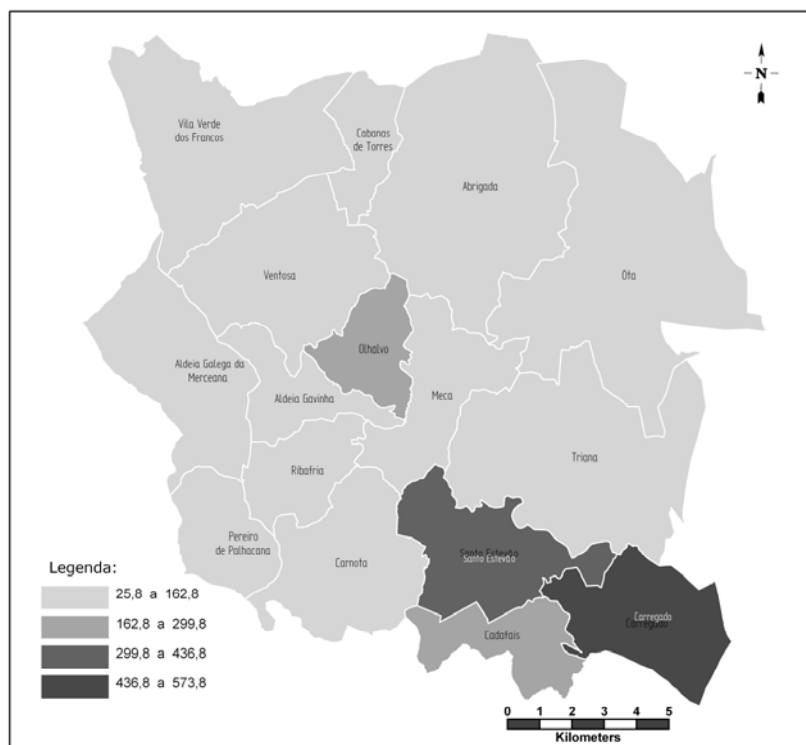
Temos então que as freguesias mais populosas do concelho são o Carregado e Santo Estêvão. Note-se que a freguesia de Ribafria, sendo no ano de 1991 a terceira freguesia com menor peso a nível do concelho, com apenas 3,3 pontos percentuais, foi aquela que entre 1991 e 2001 registou um decréscimo populacional maior, na ordem dos 12,1%, o que constitui uma situação preocupante, reveladora do facto das zonas consideradas mais rurais do concelho estarem a sofrer um decréscimo populacional, acompanhado por um elevado envelhecimento da população (como teremos oportunidade de verificar) enquanto que as freguesias que constituem a parte mais urbana do concelho têm vindo a registar ao longo dos anos um aumento no número de residentes.

Constata-se assim que a distribuição espacial do crescimento populacional ao nível de freguesia tem vindo a consolidar o peso detido pelos principais aglomerados urbanos do concelho, acentuando os contrastes pré-existentis relativamente ao restante território municipal.

Caracterizada por um acentuado contraste interno, a estrutura espacial do município de Alenquer está urbanisticamente estruturada no eixo Carregado-Alenquer-Ota, fruto das melhores condições de acessibilidade nesse espaço, sendo ainda perceptível o carácter rural de grande parte do território concelhio.

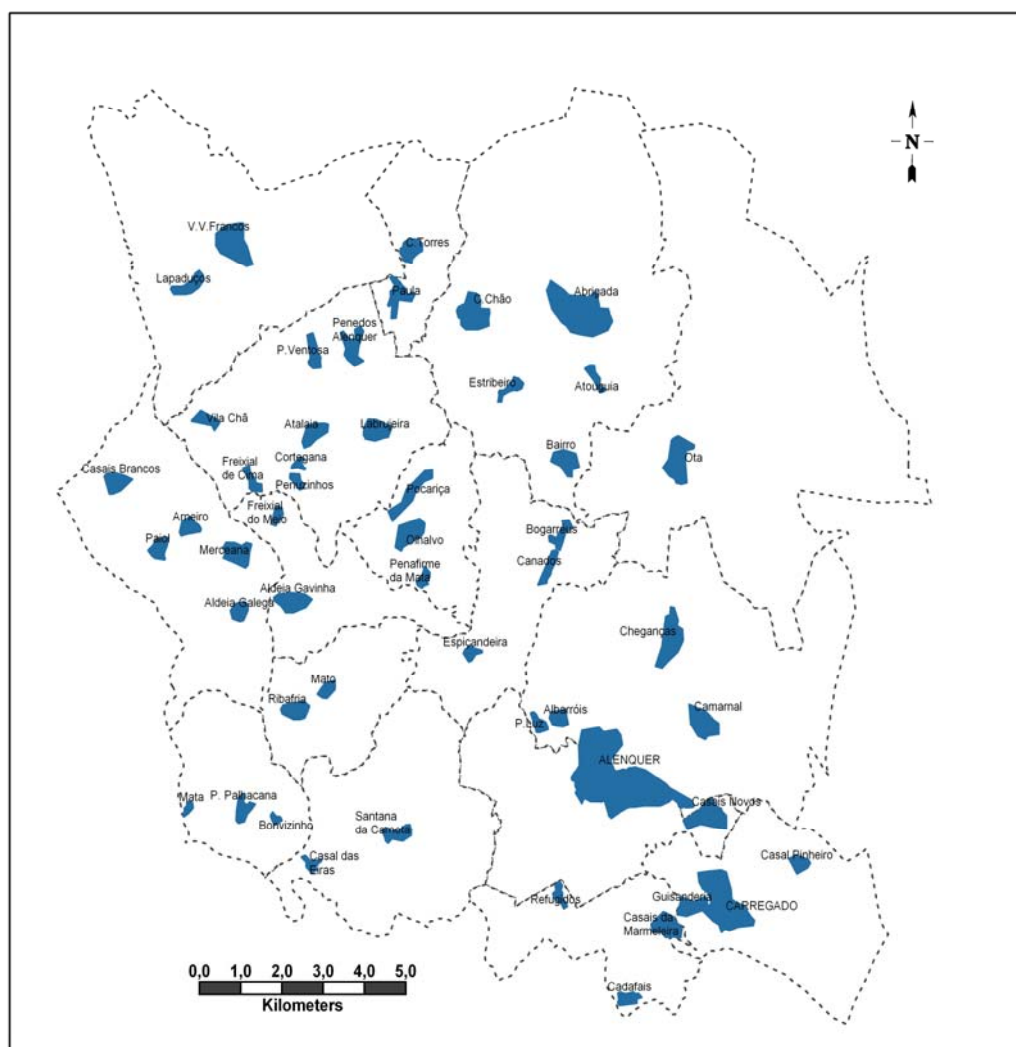
A figura que se segue demonstra a densidade populacional nas freguesias do concelho.

Figura n.º 6 - População e Densidades Populacionais no Concelho de Alenquer em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Relativamente às freguesias urbanas, verifica-se que a maior densidade regista-se na freguesia do Carregado (573,8 hab/km²), quanto às freguesias rurais, a concentração é menos nítida devido à existência de vastas áreas rústicas, no entanto, é de destacar o comportamento da freguesia de Olhalvo que consegue atingir valores de densidade populacional muito superiores à média concelhia.

Figura n.º 7 – Distribuição Espacial dos Aglomerados Urbanos

Fonte: Câmara Municipal de Alenquer

A análise da evolução da distribuição da população no concelho por freguesias permite identificar duas realidades distintas: o núcleo correspondente às freguesias urbanas (Carregado, Santo Estevão e Triana) e o núcleo associado às freguesias mais rurais (restantes freguesias). Deve-se destacar o comportamento da freguesia do Carregado, já que a mesma conseguiu entre 1991/2001 aumentar em cerca de 75% os seus efectivos populacionais.

Em suma, a distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão disperso, apoiada em núcleos de pequena dimensão, realidade que demonstra uma rede urbana relativamente débil.

Por último, a construção do NAL constitui uma realidade que, com toda a certeza, conduzirá a fortes mudanças a nível local. A imposição de restrições à construção/edificação na zona envolvente ao aeroporto, a relativa diminuição dos factores que potenciam o desenvolvimento das segundas residências (através do aumento do tráfego e ruído) e a atracção de novos habitantes constituem alguns dos aspectos susceptíveis de alterar a pressão exercida sobre o território.

3.3.1. Estrutura Demográfica

A análise da estrutura etária da população permite perspectivar o grau de sustentabilidade num horizonte temporal de médio prazo, nomeadamente no que concerne à sua capacidade endógena de renovação de gerações e ao potencial de recursos humanos (população em idade activa). Pretende-se assim, tendo por base a informação relativa à evolução demográfica concelhia, caracterizar mais detalhadamente o perfil da estrutura etária.

De um modo geral, da análise da estrutura etária ressalta a ideia de uma progressiva tendência para o envelhecimento demográfico, aliás esta é uma característica da sociedade portuguesa desde há quarenta anos a esta década.

Ao nível etário, como é possível observar no quadro seguinte, estamos na presença de uma população que, no ano de 2001, possui na sua maioria idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos (54%), o que perfaz uma estrutura etária adulta. No período intercensitário de 1991-2001, apenas as faixas etárias mais jovens (0-14 anos) perderam população, enquanto que para o mesmo período de tempo, o escalão dos 25-64 anos foi o que verificou um maior aumento populacional.

Quadro n.º 1 - *Evolução da População Residente no concelho de Alenquer, por Grupos Etários (1960/2001)*

Anos	0-14		15-24		25-64		65 e mais		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1960	8 448	25,1	4 357	12,9	18 000	53,4	2 885	8,6	33 690	100
1970	7 355	22,6	4 480	13,8	17 260	53,1	3 395	10,4	32 490	100
1981	7 477	21,6	4 750	13,7	17 809	51,5	4 539	13,1	34 575	100
1991	6 066	17,8	4 898	14,4	17 678	51,8	5 456	16	34 098	100
2001	6 190	15,8	5 177	13,2	21 050	53,7	6 763	17,3	39 180	100
Varição	-26,70 %		18,80 %		16,90 %		134,40 %		16,30 %	

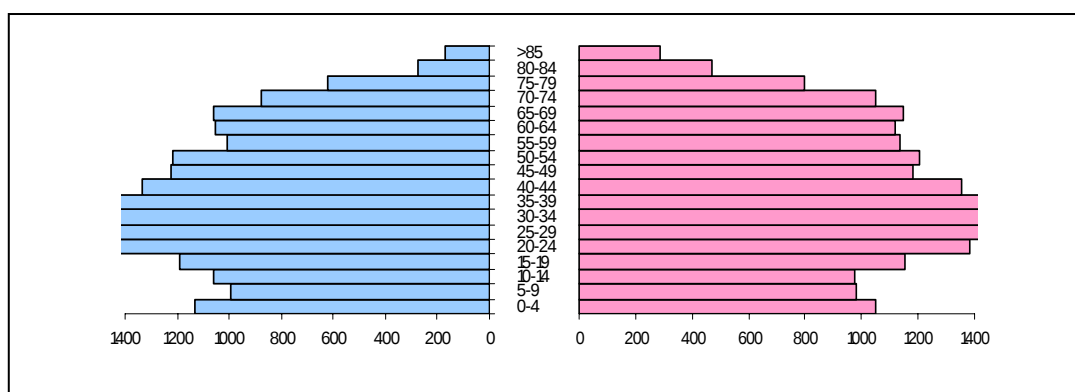
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

De realçar que em termos etários o número de jovens diminui nos últimos 40 anos cerca de 27%, enquanto que o número de idosos no concelho sofreu um aumento para o mesmo período temporal de 134%.

Esta característica reflecte-se na configuração da pirâmide etária que perde a forma triangular passando a apresentar uma forma tipo “urna”. O Índice de envelhecimento indica um aumento da proporção de idosos (idades superiores a 60 anos – “envelhecimento no topo”) e uma diminuição do número de indivíduos com menos de 15 anos.

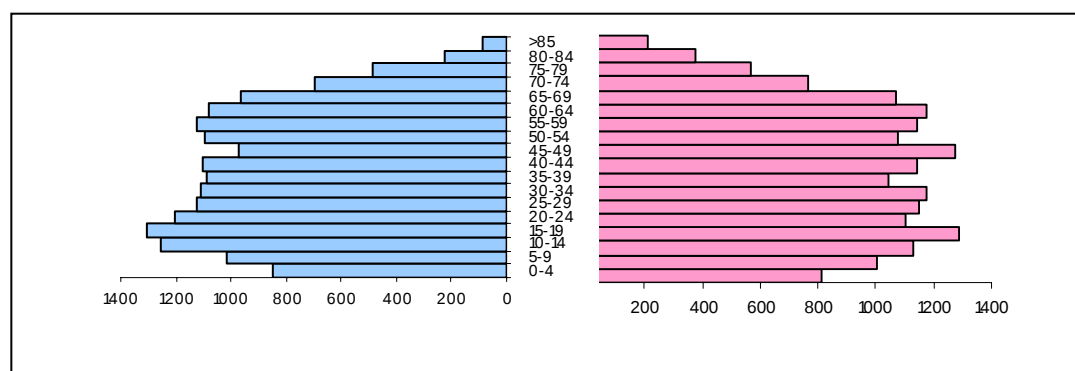
A confirmar-se esta tendência, as condições sócio-demográficas locais preconizarão um quadro de novas problemáticas que derivam de um contingente populacional pontuado por desequilíbrios crescentes na respectiva estrutura etária.

Gráfico n.º 5 – Estrutura Etária da População Residente no Concelho de Alenquer em 1991



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Gráfico n.º 6 – Estrutura Etária da População Residente no Concelho de Alenquer em 2001

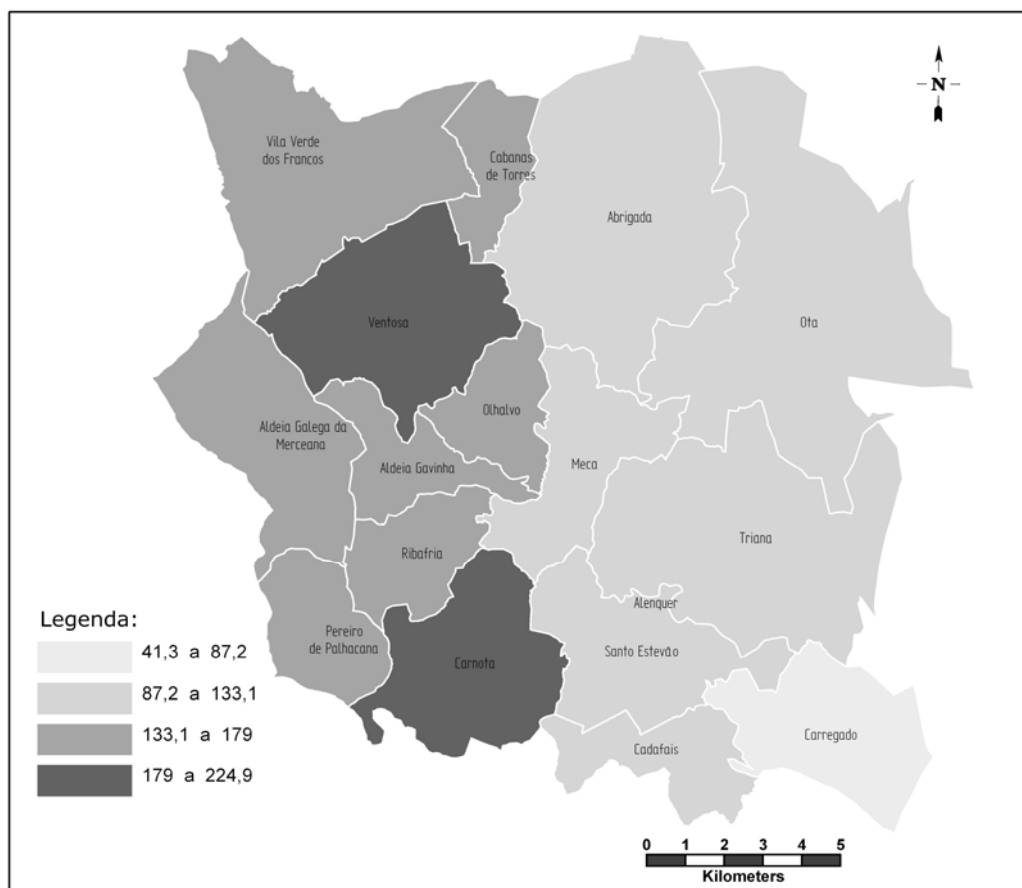


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Descendo ao nível da freguesia, desde logo se evidenciam as seguintes: Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Gavinha, Carnota, Olhalvo, Pereiro de Palhacana, Ventosa, Vila Verde dos Francos e Ribafria pois apresentam valores de índice de envelhecimento muito superiores à média concelhia nos anos analisados. Para além das razões que se prendem com a diminuição da taxa de mortalidade e que se subdividem em biológicas (raça, sexo, idade, tipo de alimentação) e sociais (condições higiénico-sanitárias, áreas de residência, ocupação,

rendimentos e instrução), é sobretudo a falta de alternativas ao nível da oferta de emprego o principal factor que determina o aumento do índice de envelhecimento, contribuindo para a migração das faixas etárias mais baixas que se deslocam para outros concelhos, o que determina um peso relativo das faixas etárias com mais de 65 anos muito superior às restantes.

Figura n.º 8 - Índice de Envelhecimento por Freguesia em 2001



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Esta situação de envelhecimento da população é confirmada pelo Índice de Dependência de Idosos que aumentou cerca de 2%, no período entre 1991 e 2001. Registando-se assim, em 2001, um Índice de Dependência de Idosos que ronda os 26%, o que significa que, para cada 100 indivíduos em idade activa, existiam 26 residentes idosos.

Quadro n.º 2 - Índices Demográficos no concelho de Alenquer (1960/2001)

Anos	Índice de Dependência dos Jovens (%)	Índice de Dependência de Idosos (%)	Índice de Dependência Total (%)
1960	35.7	12.2	47.9
1970	33.8	15.6	49.4
1981	33.1	20.1	53.3
1991	26.9	24.2	51.1
2001	23.6	25.8	49.4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Relativamente ao Índice de Dependência Total, é possível afirmar que no concelho de Alenquer, o peso global dos inactivos sobre os activos diminuiu, passando de 51,1%, em 1991, para 49,4% em 2001, o que constitui uma situação preocupante, dado existir um número semelhante de população activa e de população inactiva.

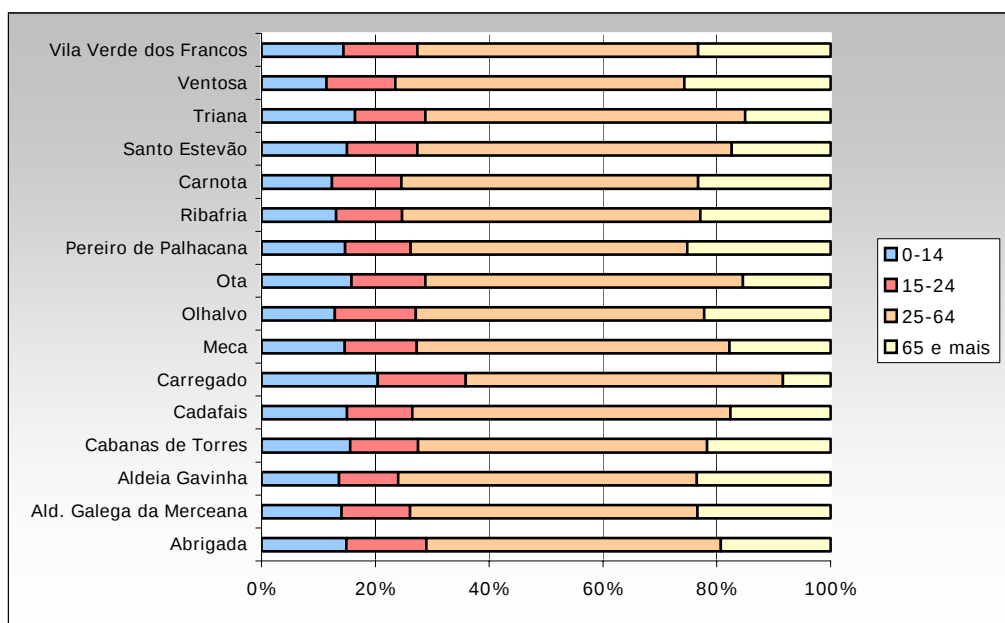
O Índice de Dependência dos Jovens também registou um decréscimo, passando de 26,9% para 23,6% entre 1991 e 2001. No que diz respeito ao Índice de Dependência dos Idosos, este contrariamente ao índice dos jovens, registou um aumento de quase 2% nesta década, passou de 24,2% para 25,8%.

Importa ainda referir as assimetrias da distribuição territorial destes fenómenos, assim, em grande parte das freguesias do concelho a percentagem de grupos inactivos ultrapassa já o número de indivíduos em idade activa, verificando-se a situação mais grave na freguesia de Pereiro de Palhacana, onde 66,5% da população se encontra em idade inactiva, sendo também a freguesia que apresenta um Índice de Dependência de Idosos mais elevado, para cada 100 indivíduos em idade activa existiam 42 idosos. Carregado é a freguesia que possui um valor mais baixo ao nível da população em idade inactiva (40,4%), registando também um maior Índice de Dependência de Jovens.

De uma maneira geral, como é referido no quadro seguinte, a análise ao nível de freguesia permite constatar que quase todas as freguesias do concelho de Alenquer apresentam um valor elevado de idosos. Verifica-se também que mais de 50% da população em quase todas as freguesias possui idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos.

Em 2001, a população com menos de 15 anos mantinha um peso na estrutura etária claramente acima da média concelhia nas freguesias de Carregado e Triana. Ao nível da população idosa, apenas Ota, Triana e Carregado registam uma percentagem de idosos abaixo da média concelhia, pois todas as outras freguesias superam este valor.

Gráfico n.º 7 – Estrutura Etária da População por freguesias (2001)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

No que respeita ao saldo fisiológico, este tem apresentado oscilações ao longo dos anos. O número de óbitos tem sido superior ao número de nados vivos, tendo esta diferença sido mais significativa nos anos de 1994 e 1996, com excepção para a freguesia do Carregado que tem apresentado sempre um saldo positivo. Tal como podemos constatar na tabela seguinte, a tendência nos últimos anos tem sido para uma melhoria no saldo fisiológico.

Quadro n.º 3 – Evolução do saldo fisiológico, por freguesia, entre 1991 e 2001

Freguesias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Abrigada	-12	2	-3	-20	-7	-13	-16	-15	-11	3	-10
A. Galega	-7	-17	-18	-16	-17	-9	-11	-28	-43	-25	-20
A. Gavinha	-1	-8	-8	-11	-5	-6	-12	3	-8	-9	-10
C. Torres	-6	-1	5	-2	-1	-5	-7	-8	-2	-10	-7
Cadafais	-1	-7	-8	-7	1	-2	-7	-2	9	2	-9
Carregado	30	30	49	37	50	44	88	65	62	106	87
Meca	2	-18	6	-1	-22	-16	-9	-5	2	-6	-3
Olhalvo	-15	1	-16	-14	-16	-20	-9	-18	0	-19	-13
Ota	-1	-2	11	-2	4	1	3	-5	-5	-3	-2
P. Palhacana	-6	-10	-5	-6	-5	-4	-11	-16	-10	-8	-10
Ribafria	-13	-9	-10	-5	-5	-3	-8	-2	1	-7	-3
S. Carnota	-16	-17	-11	-8	-13	-20	-13	-21	-8	-17	-4
St.º Estevão	-13	-23	-20	-45	-21	-34	-19	-10	-15	22	8
Triana	-4	-6	-29	-10	-2	-4	-16	7	-9	-2	26
Ventosa	-13	-18	-20	-22	-23	-28	-27	-8	-29	-20	-23
V. V. Francos	-8	-1	-2	0	-12	-8	-14	-17	-15	-22	-11
Total Concelho	-84	-104	-79	-132	-94	-127	-88	-80	-81	-15	-4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

3.4. Hierarquização dos Aglomerados

A hierarquia urbana do concelho de Alenquer foi estabelecida de acordo com os seguintes critérios: critério administrativo, critério demográfico, critério de acessibilidade, critério de funcionalidade. Assim, segundo o relatório da 1.^a fase do Plano Director Municipal de Alenquer, são definidos os seguintes níveis de Hierarquia Urbana:

Quadro n.º 4 – Hierarquia Urbana no concelho de Alenquer

Nível	Lugar
A – Lugar que corresponde à função administrativa máxima do território (sede de concelho) e outros que demonstram uma dinâmica económica muito significativa.	Alenquer, Carregado
B – Lugares a que corresponde a função administrativa correspondente a freguesia e dinâmica económica significativa	Ota
C – Lugares a que corresponda alguma dinâmica económica (independentemente de exercer funções administrativas)	Abrigada, Merceana, Olhalvo, Santana da Carnota
D – Lugares a que correspondem funções administrativas (sedes de freguesia) mesmo com dinâmica económica reduzida	Aldeia Galega, Aldeia Gavinha, Cabanas de Torres, Cadafais, Cortegana, Meca, Pereiro de Palhacana, Ribafria, Vila Verde dos Francos
E – Todos os restantes lugares (sem funções administrativas e dinâmica económica reduzida)	Atalaia, Bairro, Bogarréus, Cabanas Chão, Camarnal, Canados, Casais Brancos, Casais Marmeleira, Casais Novos, Cheganças, Estribeiro, Guizanderia, Labrugeira, Mato, Paiol, Paula, Penafirme da Mata, Penedos, Pocariça

Fonte: Câmara Municipal de Alenquer

A hierarquia urbana definida para o concelho de Alenquer revela a existência de uma estrutura urbana bipolar, na medida em que destaca Alenquer e o Carregado. De salientar ainda a existência de um desequilíbrio existente no concelho, o qual, se traduz na hierarquia definida. Verificamos, por exemplo, que o factor acessibilidade por se demonstrar desequilibrado no conjunto territorial vem reforçar a posição dos lugares que estão melhor providos a este nível, concluindo-se assim, que a acessibilidade aos/dos lugares é um factor de importância fulcral no seu desenvolvimento futuro.

Importa ainda referir, que a necessidade de execução de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias de acesso ao Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), irá modificar as acessibilidades do concelho e intra-concelhias.

4. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

No presente capítulo, procura-se caracterizar a oferta disponibilizada pelo Concelho de Alenquer em termos de infraestruturas educativas, analisando as condições do parque escolar existente, assim como, apresentar os dados relativos à procura do ensino nos últimos anos lectivos, no que diz respeito à educação pré-escolar, ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), ensino secundário, ensino profissional, ensino recorrente e educação extra-escolar.

4.1. Enquadramento Geral da Educação e do Ensino

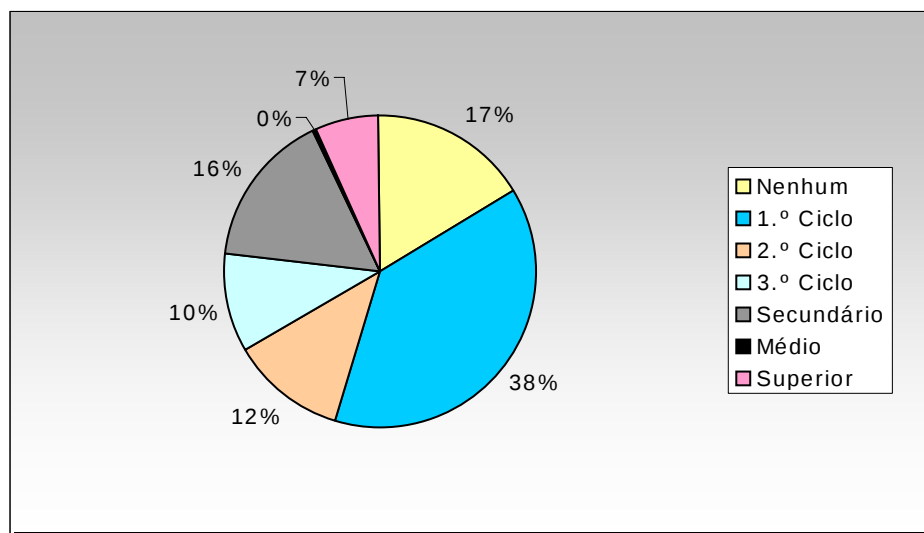
Neste ponto, será feita uma análise sucinta do nível de escolarização da população residente no concelho e das taxas de escolarização e de cobertura.

4.1.1. Nível de Ensino detido pela população residente

Segundo os resultados dos Censos 2001, o concelho de Alenquer apresenta uma taxa de 16,6% de população residente sem nenhuma escolarização, superior à taxa da Região Oeste (15,7%).

O nível de ensino que apresenta a taxa mais elevada de escolarização é o 1.º CEB (38%), sendo que o ensino médio e superior detêm as taxas mais baixas, 0,5% e 6,6%, respectivamente. Relativamente ao 2.º e 3.º CEB, a taxa registada foi de 22,3%. De um modo geral, temos:

Gráfico n.º 8 – Nível de ensino atingido pela população residente no concelho de Alenquer (2001)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001

Ao procedermos a uma análise por freguesia, constata-se que as freguesias de Santana da Carnota e Vila Verde dos Francos apresentam as taxas de população residente sem nenhuma escolarização mais elevadas do concelho, enquanto, as freguesias de Ota, Carregado, e Triana, são as que apresentam as percentagens mais baixas de população sem escolaridade. Quanto à taxa de analfabetismo, pese embora a redução de 4,4% verificada entre 1991 e 2001, a taxa atingida em 2001 (11,7%) não pode ser considerada satisfatória.

Comparando a evolução da taxa de analfabetismo no concelho com a da região Oeste, verifica-se que em 2001, a média do concelho é 1% superior à da região Oeste e 2,7% superior à média nacional.

4.1.2. Taxas de Escolarização e de Cobertura

O cálculo das taxas brutas de escolarização e da taxa de cobertura foi realizado a partir da relação entre o total de alunos que frequenta um determinado ciclo de ensino e a população residente que corresponde à frequência desse ciclo em idade normal. De salientar que este cálculo teve por base os dados dos Censos 2001 e reporta-se apenas ao ano lectivo 2000/2001, tendo sido considerado o número total de alunos matriculados no concelho (no ensino público e privado).

De salientar que estas taxas encontram-se dependentes não só da população residente que corresponde à frequência de cada ciclo em idade normal, mas também das reprovações e dos alunos que provêm de outros concelhos.

4.1.2.1. Educação Pré-Escolar

No que diz respeito à taxa de cobertura neste nível de ensino temos:

Quadro n.º 5 - Taxa de Cobertura da Educação Pré-Escolar (Ano Lectivo 2000-2001)

Idades	Alunos	População Residente	Taxa de Cobertura (%)
3 anos	214	411	52,1
4 anos	289	417	69,3
5 anos	262	391	67
Total	765	1219	62,8

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Da análise da tabela anterior, verifica-se que a taxa de cobertura da Educação Pré-Escolar situa-se nos 62,8% atingindo assim um valor abaixo do que seria desejável.

4.1.2.2. Ensino Básico - 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário

Relativamente a estes níveis de ensino a situação é a seguinte:

Quadro n. 6 - Taxa de escolarização no 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário (2000-2001)

Ciclos	Alunos	População Residente	Taxa de escolarização (%)
1.º CEB	1655	1590	104,1
2.º CEB	915	812	112,7
3.º CEB	1163	1220	95,3
Secundário	676	1323	51,1

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

O 2.º CEB é o nível de ensino com a taxa de escolarização mais elevada (112,7%), enquanto o ensino secundário regista a taxa mais baixa (51,1%), facto que vem alertar para a questão do abandono escolar.

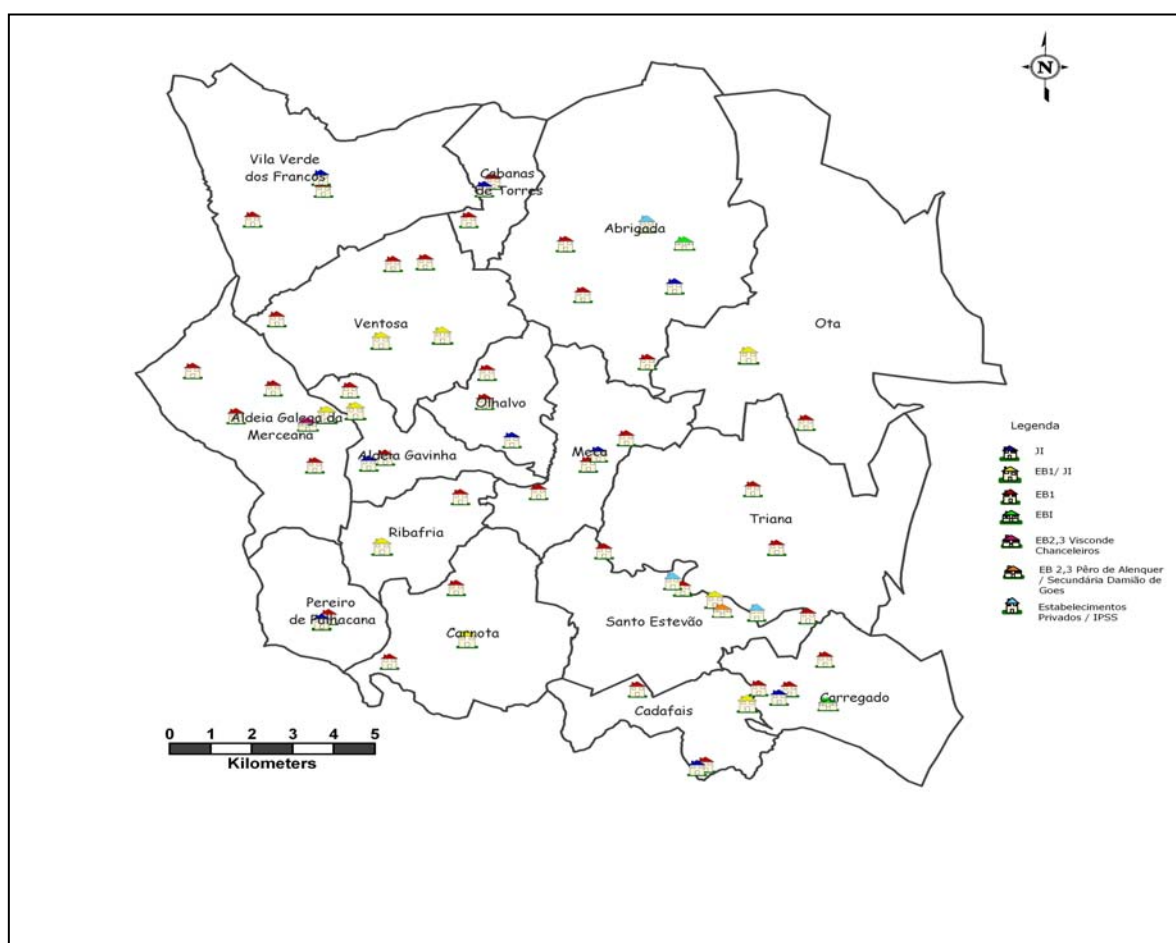
4.2. Oferta Educativa

No presente ponto, pretende-se fazer um levantamento do parque escolar existente no concelho, particularmente, no que concerne à sua tipologia, localização, estado de conservação, segurança e capacidade.

4.2.1. Tipologia e localização do parque escolar

As infra-estruturas escolares do concelho encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Figura n.º 10 – Distribuição espacial do parque escolar do concelho, por freguesia (2004/2005)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 7 – Tipologia dos Estabelecimentos de Ensino no Concelho (público e privado)

Freguesia	J.I.	E.B.1/JI	E.B.1	E.B.I.	E.B.2,3	E.S.
Abrigada	2	-	3	1	-	-
A. Galega	-	1	4	-	1	-
A. Gavinha	1	-	2	-	-	-
C. Torres	1	-	2	-	-	-
Cadafais	1	1	2	-	-	-
Carregado	1	-	3	1	-	-
Meca	1	-	3	-	-	-
Olhalvo	1	-	2	-	-	-
Ota	-	1	1	-	-	-
P. Palhacana	1	-	1	-	-	-
Ribafria	-	1	1	-	-	-
S. Carnota	-	1	2	-	-	-
St.º Estêvão	3	1	3	-	1	1
Triana	-	-	3	-	-	-
Ventosa	-	2	3	-	-	-
V. V. Francos	1	-	2	-	-	-
Total	13	8	37	2	2	1

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Tal como se pode verificar no quadro seguinte, a organização da rede educativa pública integra 4 Agrupamentos de escolas.

Quadro n.º 8 – Resumo dos Agrupamentos de Escolas – Ano lectivo 2004/05

Agrupamento	Nível Ensino	N.º Estabelecimentos	N.º Alunos
Abrigada	Pré-Escolar	4	120
	1.º CEB	9	280
	2.º/3.º CEB	1	386
Sub-total		14	786
Aldeia Gavinha/ Merceana	Pré-Escolar	8	223
	1.º CEB	19	345
	2.º/3.º CEB	-	-
Sub-total		27	568
Carregado	Pré-Escolar	3	140
	1.º CEB	7	475
	2.º/3.º CEB	1	658
Sub-total		11	1273

Agrupamento	Nível Ensino	N.º Estabelecimentos	N.º Alunos
Pêro de Alenquer	Pré-Escolar	2	135
	1.º CEB	11	564
	2.º/3.º CEB	1	728
Sub-total		14	1427

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

O agrupamento com maior número de estabelecimentos de ensino é o Agrupamento de Escolas de Aldeia Gavinha/Merceana, sendo o único agrupamento horizontal. Por outro lado, o agrupamento com maior número de alunos é o Agrupamento Pêro de Alenquer.

No concelho existem dois estabelecimentos de ensino da rede pública que não estão agrupados, a Escola E.B.2,3 Visconde Chancelheiros, situada na freguesia de Aldeia Galega da Merceana e a Escola Secundária Damião de Goes, sita na freguesia de Santo Estêvão.

4.2.2. Educação Pré-Escolar

Ao nível da educação pré-escolar, no concelho de Alenquer existe um total de 17 estabelecimentos da Rede Pública, 2 da Rede de Solidariedade Social e apenas 1 estabelecimento afecto à rede particular, o que perfaz um total de 20 estabelecimentos. Em termos de localização dos equipamentos por freguesia, é de referir o facto de todas as freguesias do concelho se encontrarem dotadas de pelo menos 1 estabelecimento de Ensino Pré-Escolar, à excepção da freguesia de Triana.

No que diz respeito à rede privada, existe apenas um estabelecimento, o Colégio “Os Cartaxinhos” que disponibiliza três salas. Em termos de Instituições Particulares de Solidariedade Social, existem 2 estabelecimentos, o Centro Infantil e Juvenil da Santa Casa da Misericórdia de Alenquer e o Instituto de Beneficência Maria da Conceição Pimentel – Instituto da Sãozinha, os quais possuem uma oferta de 11 salas de actividades.

Relativamente aos recursos físicos da rede pública, os Jardins de Infância disponibilizam uma oferta de 28 salas, sendo que na grande maioria funcionam em edifícios que foram adaptados, pelo que, nem sempre reúnem as condições arquitectónicas e pedagógicas ideais. Apenas o Jardim de Infância do Pereiro de Palhacana e o Jardim de Infância de Santana da Carnota foram construídos de raiz, encontrando-se portanto, num melhor estado de conservação. Os Jardins de Infância de Abrigada (uma das salas), Cabanas de Torres, Carregado, Ota, Merceana (uma das salas), Paredes e Vila Verde dos Francos funcionam em edifícios pré-fabricados.

No que diz respeito ao Estado de Conservação Geral (quadro n.º 9), foram incluídos na categoria “Bom” os equipamentos que foram construídos mais recentemente e que, por conseguinte, reúnem melhores condições arquitectónicas e pedagógicas. Na categoria “Razoável” estão considerados os edifícios que possuem alguns problemas estruturais e na categoria “Deficiente” os que funcionam em instalações provisórias e que, por isso, não reúnem os requisitos desejáveis.

Quadro n.º 9 - Caracterização dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar Pública (Ano Lectivo 2004/05)

Freguesia	Jardim Infância	Construção de Raiz	Estado Conservação Geral	N.º de Salas	Prolongamento	Espaços de Apoio		
						Refeitório	Sanitários	Recreio
Abrigada	Abrigada	Não	R	2	Sim	Sim	R	D
A. Galega	Merceana	Não	R	2	Sim	Sim	B	D
A. Gavinha	Aldeia Gavinha	Não	R	2	Sim	Sala adaptada	R	D
C. Torres	Cabanas Torres	Não	D	1	Sim	Sim	D	R
Cadafais	Cadafais	Não	R	1	Não	Sala adaptada	D	R
	C. Marmeleira	Não	B	1	Sim	Sim	R	R
Carregado	Carregado	Não	D	4	Sim	Sala adaptada	R	D
Meca	Meca	Não	D	1	Sim	Não	D	-
Olhalvo	Penafirme Mata	Não	B	2	Não	Sim	R	R
Ota	Ota	Não	R	1	Sim	Não	D	B
P. Palhacana	P. Palhacana	Sim	B	1	Não	Sala adaptada	B	B
Ribafria	Ribafria	Não	R	1	Não	Sim	D	R
St.º Estêvão	Paredes	Não	D	5	Sim	Sala adaptada	R	R
S. Carnota	S. Carnota	Sim	B	1	Sim	Sala adaptada	B	R
Ventosa	Cortegana	Não	R	1	Não	Sala adaptada	R	R
	Labruga	Não	R	1	Não	Sala adaptada	R	B
V. V. Francos	V. V. Francos	Não	D	1	Não	Sala adaptada	B	R

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Observações:

R – Razoável; B- Bom; D- Deficiente

Relativamente aos recursos humanos existentes na Educação Pré-Escolar pública, o maior número de educadores e auxiliares está concentrado no Agrupamento Horizontal de Aldeia Gavinha, aquele que tem um maior número de Jardins de Infância e de salas em funcionamento. No concelho, o valor médio é de 19 crianças por educador e 10 crianças por auxiliar. De salientar que também foram contabilizados os docentes de apoio.

Quadro n.º 10 – Recursos Humanos na Educação Pré-Escolar Pública (2004/05)

Agrupamento	Educadores	Auxiliares	Crianças	Crianças / Educador	Crianças / Auxiliar
Abrigada	7	11	120	17	11
Aldeia Gavinha	12	22	223	19	10
Carregado	7	11	140	20	13
Pêro Alenquer	7	15	135	19	9
Total	33	59	618	19	10

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.2.3. Ensino Básico – 1.º Ciclo

Relativamente ao primeiro ciclo do Ensino Básico público, a rede pública é composta por 46 estabelecimentos, dos quais 2 funcionam em Escolas Básicas Integradas. As freguesias de Aldeia Galega da Merceana e de Ventosa são as que possuem um maior número de estabelecimentos (5 escolas), enquanto a freguesia de Pereiro de Palhacana apenas possui uma escola com este nível de ensino. Existe ainda uma escola privada, o Colégio “Os Cartaxinhos”.

No ano lectivo 2004/05 estiveram em funcionamento 46 escolas da rede pública, com 87 salas e 104 turmas. Destes estabelecimentos, 17 tiveram necessidade de funcionar em regimes duplos, alguns devido à elevada taxa de ocupação, outros, porque não reuniam as condições necessárias para funcionar em regime normal.

O tipo de projecto predominante nas EB1 é o “Plano Centenário”, logo o parque escolar é bastante antigo, pelo que as condições a nível de infra-estruturas e de equipamentos encontram-se algo desajustadas face às necessidades actuais do ensino.

Relativamente ao Estado de Conservação Geral, apenas a EB1 de Cheganças foi incluída na categoria “Bom” uma vez que este é o estabelecimento mais recente e que, por conseguinte, reúne boas condições arquitectónicas e pedagógicas. As EB1 de Meca e de Paredes são, pelo contrário, as que possuem piores condições, funcionando em edifícios pré-fabricados, tendo sido incluídas na categoria “Deficiente”. Apenas 10 estabelecimentos possuem condições para o serviço de refeições, sendo que 4 destas escolas têm salas adaptadas a refeitórios.

Quadro n.º 11 - Caracterização dos Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Público (Ano Lectivo 2004/05)

Freguesia	Escola	Construção de Raiz	Estado de Conservação Geral	Regime de funcionamento	N.º Turmas	Salas		Espaços de Apoio		
						N.º Salas Aula	N.º Total Salas	Refeitório	Sanitários	Recreio
Abrigada	Abrigada	Sim	R	Normal	5	6	6	Sim	R	R
	Bairro	Sim	D	Normal	2	2	2	Não	D	D
	C. Chão	Sim	R	Normal	2	2	2	Não	R	R
	Estribeiro	Sim	D	Normal	1	1	1	Não	D	D
A. Galega	Aldeia Galega	Sim	R	Normal	1	1	1	Não	R	D
	Arneiro	Sim	R	Normal	1	1	1	Não	D	R
	C. Brancos	Sim	R	Normal	1	1	1	Não	D	R
	Merceana	Sim	R	Normal	2	2	2	Sim	R	R
	Paíol	Sim	R	Normal	1	2	2	Não	R	R
A. Gavinha	Aldeia Gavinha	Sim	R	Normal	1	2	3	Sala adaptada	B	R
	Freixial	Sim	R	Normal	1	1	2	Não	D	D
C. Torres	Cabanas Torres	Sim	R	Normal	2	2	2	Não	D	D
	Paúla	Sim	R	Duplo Manhã e Duplo Tarde	2	1	1	Não	D	D
Cadafais	Cadafais	Sim	R	Duplo Manhã	2	2	2	Não	B	R
	C. Marmeleira	Sim	R	Duplo Manhã e Duplo Tarde	2	1	1	Não	D	R
	Refugidos	Sim	R	Duplo Manhã	1	1	1	Não	R	D
Carregado	Carregado (P3)	Sim	R	Duplo Manhã e Duplo Tarde	10	5	8	Não	D	D
	Carregado (EBI)	Sim	R	Normal	6	6	7	Sim	B	R
	Guizanderia	Sim	R	Duplo Manhã	2	2	2	Não	D	R
	Torre	Sim	R	Duplo Manhã	2	2	2	Não	R	R
Meca	Canados	Sim	R	Normal	2	3	3	Não	R	R
	Espiçandeira	Sim	R	Duplo Manhã	1	1	1	Não	B	R
	Meca	Sim	D	Normal	1	1	1	Não	D	R
Olhalvo	Olhalvo	Sim	R	Duplo Manhã	2	2	2	Sim	B	R
	Pocariça	Sim	R	Normal	2	2	2	Não	R	R

Freguesia	Escola	Construção de Raiz	Estado de Conservação Geral	Regime de funcionamento	N.º Turmas	Salas		Espaços de Apoio		
						N.º Salas Aula	N.º Total Salas	Refeitório	Sanitários	Recreio
Ota	Ota	Sim	R	Normal	2	3	3	Não	R	R
P. Palhacana	P. Palhacana	Não	R	Normal	1	1	1	Sala adaptada	R	D
Ribafria	Azedia	Sim	R	Normal	1	1	1	Não	R	R
	Ribafria	Sim	R	Duplo Manhã e Duplo Tarde	2	1	1	Sim	R	R
S. Carnota	Eiras	Sim	R	Normal	1	1	1	Não	D	D
	Pipa	Sim	R	Duplo Manhã	1	1	1	Não	D	D
	Santana Carnota	Sim	R	Normal	2	2	2	Não	D	R
St.º Estêvão	Alenquer	Sim	R	Normal, Duplo Manhã e Duplo Tarde	15	9	12	Não	R	D
	Paredes	Não	D	Normal, Duplo Manhã e Duplo Tarde	7	4	6	Não	D	D
	Passinha	Sim	R	Duplo Manhã	1	2	2	Não	R	R
Triana	Camarnal	Sim	R	Duplo Manhã	1	2	2	Não	R	R
	Cheganças	Sim	B	Normal	2	2	2	Sim	R	B
	Pancas	Sim	R	Duplo Manhã	1	1	1	Não	B	R
Ventosa	Cortegana	Sim	R	Normal	2	3	3	Sala adaptada	D	D
	Labrugeira	Sim	R	Duplo Manhã e Duplo Tarde	2	1	1	Não	D	R
	Penedos	Sim	D	Normal	1	1	1	Não	D	D
	Penafirme V.	Sim	R	Normal	1	1	2	Não	R	R
	Vila Chã	Sim	R	Normal	1	2	2	Não	D	R
V. V. Francos	Lapaduços	Sim	R	Normal	1	1	1	Não	R	D
	V.V. Francos	Sim	R	Normal	2	2	2	Sala adaptada	D	D

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Observações:

R – Razoável; B- Bom; D- Deficiente

A autarquia, através do Pelouro da Educação criou uma rede pública de A.T.L. (Actividades de Tempos Livres) cujo principal objectivo é promover através do lúdico-pedagógico, um

espaço de prazer e de aprendizagem espontânea, proporcionando às crianças do 1.º CEB uma ocupação do seu tempo livre de forma criativa e educativa.

A rede é composta por seis A.T.L. que estão situados nas seguintes freguesias: Abrigada, Aldeia Galega (Merceana), Carregado, Ota, Santo Estêvão (Alenquer) e Ventosa (Penedos de Alenquer).

Em termos de recursos humanos, no 1.º Ciclo do Ensino Básico o número médio de alunos por professor é de 14, sendo mais elevado nos Agrupamentos de Abrigada e Pêro de Alenquer. O número de crianças por auxiliar no concelho de Alenquer ascende a 43, sendo que no Agrupamento de Abrigada este valor eleva-se aos 70 alunos por auxiliar.

Quadro n.º 12 - Recursos Humanos no 1.º Ciclo do Ensino Básico (2004/05)

Agrupamento	Professores	Auxiliares	Crianças	Crianças/Professor	Crianças/Auxiliar
Abrigada	19	4	280	15	70
Aldeia Gavinha	27	7	345	13	49
Carregado	40	15	475	12	32
Pêro Alenquer	37	13	564	15	43
Total	123	39	1664	14	43

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.2.4. Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Ensino Secundário

A rede do 2.º e 3.º CEB é composta por 4 estabelecimentos públicos localizados nas freguesias de Abrigada, Aldeia Galega da Merceana, Carregado e Santo Estêvão, 2 dos quais funcionam em Escolas Básicas Integradas, não existindo qualquer oferta ao nível da rede privada. No que diz respeito ao ensino secundário, existe apenas um estabelecimento situado na freguesia de Santo Estêvão.

Quadro n.º 13 - Caracterização dos Estabelecimentos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário (Ano Lectivo 2004/05)

Escolas	Estado de Conservação Geral	N.º Total Salas	Salas Específicas				Instalações Gimnodesportivas			Espaços de Apoio
			Salas Trabalhos Manuais	Oficinas	Laboratórios	Estado Conservação	Campo de Jogos	Balneário	Ginásio	
EBI Abrigada	R	27	4	-	3	R	D	D	D	R
EBI Carregado	R	19	6		1	B	B	B	B	B
EB 2,3 Pêro de Alenquer	B	31	4		2	B	D	B	B	B
EB 2,3 Visconde Chancelheiros	R	16	2	1	4	B	B	B	- ¹	R
ES Damião Goes	B	41	-	3	4 ²	R	B	B	B	R

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Observações:

R – Razoável; B - Bom; D – Deficiente.

¹ Os alunos têm educação física no Clube Regional de Recreio e Cultura da Merceana.² A escola não tem laboratórios, mas sim, salas adaptadas.**4.2.5. Ensino Profissional**

No Concelho de Alenquer não existem escolas profissionais, facto que leva os alunos a deslocarem-se para escolas dos concelhos vizinhos.

4.2.6. Ensino Superior

Não existe no Concelho nenhum estabelecimento que ministre este nível de ensino.

4.3. Tecnologias da Informação e Comunicação

Considerando a importância que a Internet assume na sociedade actual, a Câmara Municipal efectuou uma candidatura ao PRODEP III (Medida 9.1. – Apetrechamento Informático das Escolas e ligação à Internet e Intranets) tendo como objectivo a oferta de equipamento informático e Internet a todas as escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico. De realçar, que muitas escolas já se encontravam equipadas com computadores e impressoras antes desta iniciativa. Relativamente à assistência técnica aos equipamentos informáticos, esta é fornecida por técnicos da Câmara.

4.4. Procura de Educação e do Ensino

Neste ponto procede-se à análise da evolução da frequência escolar e da sua distribuição espacial, bem como, dos níveis de sucesso escolar e dos fluxos de alunos.

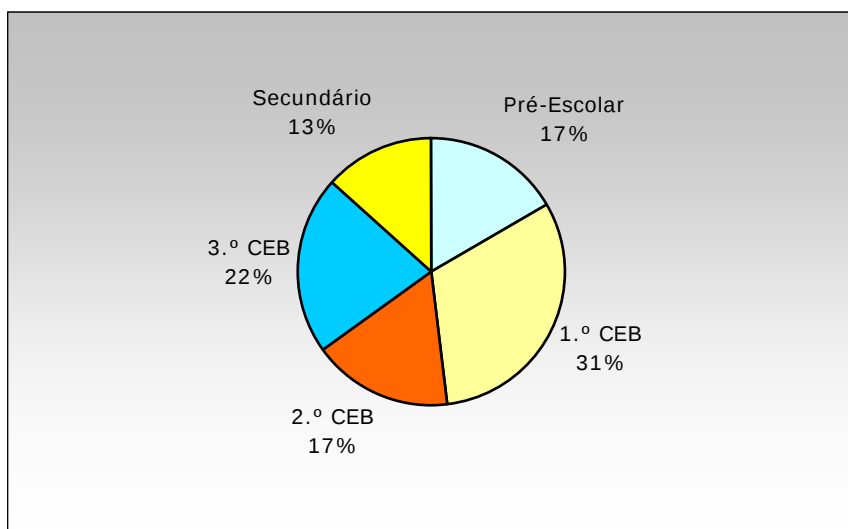
No que diz respeito à frequência escolar, no concelho de Alenquer houve um acréscimo generalizado do número de alunos, sendo que o nível que registou uma variação mais elevada entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 foi o pré-escolar (27,9%).

Quadro n.º 14 – *Evolução do Número de Alunos por Nível de Ensino, Público e Privado (1999 – 2005)*

Nível Ensino	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	Variação 1999/05 (%)
Pré-Escolar	731	867	916	918	937	935	27,9
1.º CEB	1654	1616	1617	1646	1694	1749	5,6
2.º CEB	897	915	952	906	913	952	6,1
3.º CEB	1174	1163	1231	1246	1317	1216	3,6
Secundário	706	676	727	735	658	748	6
Total	5162	5237	5443	5451	5519	5600	8,5

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Relativamente à distribuição dos alunos por nível de ensino (público e privado) no ano lectivo 2004/05 temos:

Gráfico n.º 9 - Distribuição percentual dos alunos por nível de ensino (2004/05)

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Da análise do gráfico constatamos que no ano lectivo 2004/05 o 1.º e o 3.º CEB foram os níveis de ensino com maior número de alunos.

Quadro n.º 15 – Distribuição numérica dos alunos por nível de ensino (2004/05)

Nível de Ensino	Público	Privado	Total de Alunos
Pré-Escolar	618	317	935
1.º CEB	1664	85	1749
2.º CEB	952	-	952
3.º CEB	1216	-	1216
Secundário	748	-	748
Total	5198	402	5600

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Segue-se uma análise aos diversos níveis de ensino.

4.4.1. Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, destinando-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

Segundo o artigo 10.º da Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, este nível de ensino tem como objectivos:

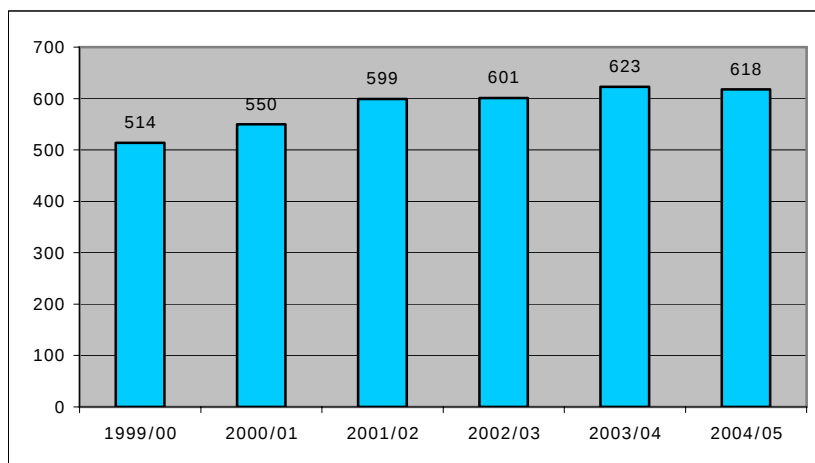
- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança, com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente, no âmbito da saúde individual e colectiva;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade.

4.4.1.1. Rede Pública

4.4.1.1.1. Evolução da População Escolar e Taxas de Ocupação

O número de crianças a frequentar os Jardins de Infância do concelho de Alenquer aumentou gradualmente ao longo dos últimos anos lectivos. O maior acréscimo verificou-se na passagem do ano lectivo 2000/01 para 2001/02.

Gráfico n.º 10 - *Evolução do número de crianças na Educação Pré-Escolar da Rede Pública (1999-2005)*



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Numa análise por agrupamento de escolas, constata-se que o agrupamento que registou uma variação mais elevada foi o de Abrigada (31,9%). De salientar que nos agrupamentos do Carregado e Pêro de Alenquer o crescimento verificado poderia ter sido maior, caso a oferta de salas fosse mais significativa.

Quadro n.º 16 – *Evolução do número de crianças da Educação Pré-Escolar Pública, por Agrupamentos de Escolas*

Agrupamento	1999/00	2004/05	Variação (%)
Abrigada	91	120	31,9
Aldeia Gavinha	189	223	18
Carregado	119	140	17,6
Pêro Alenquer	115	135	17,4
Total do Concelho	514	618	20,2

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

De acordo com o Despacho n.º 13 765/2004 e tendo como objectivo avaliar o nível de ocupação dos Jardins de Infância e das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública, procedeu-se ao levantamento do número de salas existentes. Estes dados acrescidos da informação relativa ao número de alunos que frequentam estes níveis de ensino, permitiram o cálculo das taxas de ocupação.

No ano lectivo 2004/05, verifica-se que na maioria das freguesias o índice de ocupação dos Jardins de Infância, foi 100%. Os Jardins de Infância onde a taxa de ocupação foi mais baixa foram os de Aldeia Gavinha (60%) e do Pereiro (64%).

Quadro n.º 17 – Taxas de Ocupação (TO) da rede de Educação Pré-Escolar Pública (2004/05)

Freguesia	Jardim Infância	Capacidade Máxima	2004/2005	
			Crianças	TO (%)
Abrigada	Abrigada	50	50	100
A. Galega	Merceana	50	44	88
A. Gavinha	Aldeia Gavinha	50	30	60
C. Torres	Cabanas Torres	25	25	100
Cadafais	Cadafais	25	25	100
	C. Marmeleira	25	25	100
Carregado	Carregado	100	90	100*
Meca	Meca	25	20	100*
Olhalvo	Penafirme Mata	50	46	92
Ota	Ota	25	25	100
P. Palhacana	P. Palhacana	25	16	64
Ribafria	Ribafria	25	25	100
St.º Estêvão	Paredes	125	115	100*
S. Carnota	S. Carnota	25	20	100*
Ventosa	Cortegana	25	21	84
	Labrugeira	25	19	76
V. V. Francos	V. V. Francos	25	22	88

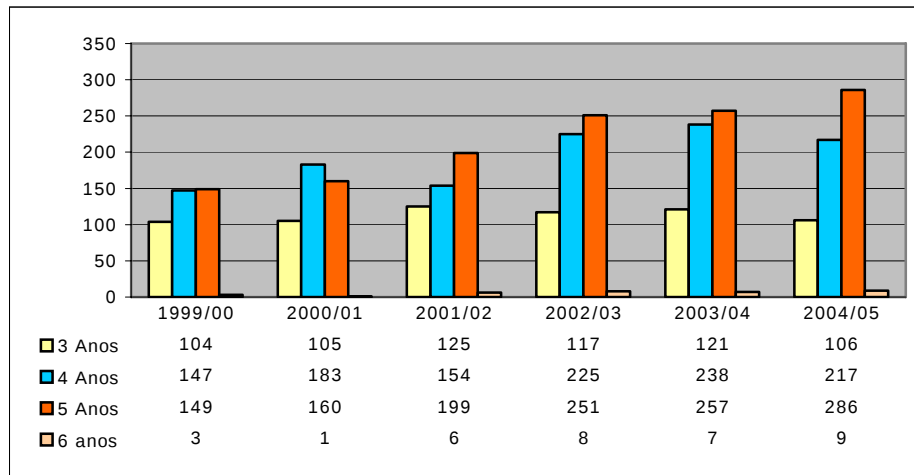
Fonte: Gabinete da Educação da CMA

* Nestes estabelecimentos a taxa de ocupação foi condicionada pela existência de alunos com necessidades educativas especiais.

Procedendo à análise do número de crianças por idades, constata-se que os jardins de infância da rede pública recebem, maioritariamente, crianças com 5 anos de idade.

Seguidamente, apresenta-se a distribuição do número de crianças por idades e por JI de cada freguesia, ao longo dos últimos 6 anos lectivos.

Gráfico n.º 11 - Evolução do número de crianças nos Jardins de Infância, por idades, entre os anos lectivos 1996/97 e 2004/05 (Rede Pública)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 18 - Evolução do número de crianças, por Jardim de Infância e por idades, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede Pública)

FREGUESIAS	ANOS LECTIVOS					
ABRIGADA						
Jl Abrigada	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
3 Anos	9	13	14	9	10	7
4 Anos	8	9	19	15	22	19
5 Anos	12	11	12	20	18	24
+ 5 Anos	-	-	-	1	-	-
Sub-Total	29	33	45	45	50	50
ALDEIA GALEGA						
EB1/Jl Merceana						
3 Anos	17	14	6	14	17	14
4 Anos	8	26	11	11	18	17
5 Anos	18	8	28	12	13	12
+ 5 Anos	1	-	1	1	-	1
Sub-Total	44	48	46	38	48	44
ALDEIA GAVINHA						
Jl Aldeia Gavinha						
3 Anos	8	12	9	9	11	14
4 Anos	10	10	12	11	10	8
5 Anos	8	10	13	14	12	8
+ 5 Anos	-	-	1	-	-	-
Sub-Total	26	32	35	34	33	30

CABANAS TORRES						
JI Cabanas Torres	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
3 Anos	7	3	5	5	9	4
4 Anos	6	8	5	6	10	11
5 Anos	6	9	9	6	6	10
+ 5 Anos	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	19	20	19	17	25	25
CADAF AIS						
JI Cadafais						
3 Anos	5	6	7	8	2	4
4 Anos	6	5	10	5	13	7
5 Anos	8	4	8	11	5	14
+ 5 Anos	-	1	-	1	1	-
Sub-Total	19	16	25	25	21	25
EB1/JI Casais Marmeleira						
3 Anos	-	-	6	15	4	-
4 Anos	-	-	3	6	13	10
5 Anos	-	-	-	4	8	14
+ 5 Anos	-	-	1	-	-	1
Sub-Total	-	-	10	25	25	25
CARREGADO						
JI Carregado						
3 Anos	28	5	18	3	9	2
4 Anos	41	43	31	44	30	41
5 Anos	31	47	46	48	54	46
+ 5 Anos	-	-	-	-	4	1
Sub-Total	100	95	95	95	97	90
MECA						
JI Meca						
3 Anos	4	9	-	2	4	2
4 Anos	4	9	15	8	10	8
5 Anos	10	5	11	15	6	10
Sub-Total	18	23	26	25	20	20
OLHALVO						
JI Penafirme da Mata						
3 Anos	3	9	8	1	4	16
4 Anos	7	5	11	11	9	14
5 Anos	9	7	6	12	12	15
+ 5 Anos	-	-	-	1	-	1

Sub-Total	19	21	25	25	25	46
OTA						
EB1/JI Ota	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
3 Anos	6	1	2	8	5	6
4 Anos	10	13	8	8	8	13
5 Anos	9	11	15	9	12	6
+ 5 Anos	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	25	25	25	25	25	25
PEREIRO PALHACANA						
Jl Pereiro Palhacana						
3 Anos	4	6	10	1	5	5
4 Anos	6	5	3	11	1	6
5 Anos	10	5	8	4	10	4
+ 5 Anos	-	-	1	-	-	1
Sub-Total	20	16	22	16	16	16
RIBAFRIA						
EB1/JI Ribafria						
3 Anos	3	11	7	5	5	6
4 Anos	5	7	9	9	7	8
5 Anos	9	7	5	10	12	11
+ 5 Anos	-	-	-	1	1	-
Sub-Total	17	25	21	25	25	25
STO ESTÊVÃO						
EB1/JI Paredes						
3 Anos	16	26	31	14	20	3
4 Anos	51	43	40	44	53	38
5 Anos	48	46	44	57	52	70
+ 5 Anos	-	-	-	-	-	4
Sub-Total	115	115	115	115	125	115
S. CARNOTA						
EB1/JI S. CARNOTA						
3 Anos	-	9	8	8	5	-
4 Anos	-	11	11	5	10	5
5 Anos	-	5	11	12	5	15
+5 Anos	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	-	25	30	25	20	20

VENTOSA						
EB1/JI Cortegana	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
3 Anos	11	1	7	6	4	7
4 Anos	9	14	4	10	8	4
5 Anos	5	10	14	4	11	10
+ 5 Anos	-	-	-	1	-	-
Sub-Total	25	25	25	21	23	21
EB1/JI Labrugeira						
3 Anos	3	2	8	7	3	8
4 Anos	5	5	3	13	9	2
5 Anos	10	4	4	5	13	9
+ 5 Anos	-	-	-	-	-	-
Sub-Total	18	11	15	25	25	19
V.V. FRANCOS						
JI V. V. Francos						
3 Anos	10	4	-	2	4	8
4 Anos	5	9	6	8	7	6
5 Anos	3	7	12	8	8	8
+ 5 Anos	2	-	2	2	1	-
Sub-Total	20	20	20	20	20	22
Total Concelho	514	550	599	601	623	618

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.4.1.2. Rede Solidária e Privada

Relativamente à evolução da população pré-escolar na rede solidária e privada, tal como se pode verificar no quadro n.º 19, o número de crianças tem-se mantido estável. Numa análise mais detalhada, constata-se que na rede privada existe uma distribuição equitativa pelas idades de frequência.

Particularmente no que diz respeito às Instituições Particulares de Solidariedade Social, verifica-se que o Centro Infantil e Juvenil da Santa Casa da Misericórdia de Alenquer teve um aumento significativo do número de crianças no ano lectivo 2000/01.

Quadro n.º 19 – Evolução do número de crianças nos Jardins de Infância, por idades, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede Solidária e Rede Privada)

Jardim de Infância	Anos Lectivos					
REDE PRIVADA						
Jl Cartaxinhos	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
3 Anos	-	25	25	25	25	25
4 Anos	-	25	25	25	25	25
5 Anos	-	25	25	25	25	25
+ 5 Anos	-	-	-	-	-	-
Total	-	75	75	75	75	75
REDE SOLIDÁRIA						
Jl I. Sãozinha						
3 Anos	13	16	16	14	22	20
4 Anos	20	20	20	20	15	14
5 Anos	16	14	14	15	10	14
+ 5 Anos	1	-	-	1	-	2
Total	50	50	50	50	47	50
Jl CIJ Santa Casa Misericórdia						
3 Anos	55	68	62	63	66	67
4 Anos	53	61	62	61	63	66
5 Anos	58	63	68	68	62	59
+ 5 Anos	1	-	-	-	1	-
Total	167	192	192	192	192	192
Total Geral	217	317	317	317	314	317

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.4.2. Ensino Básico

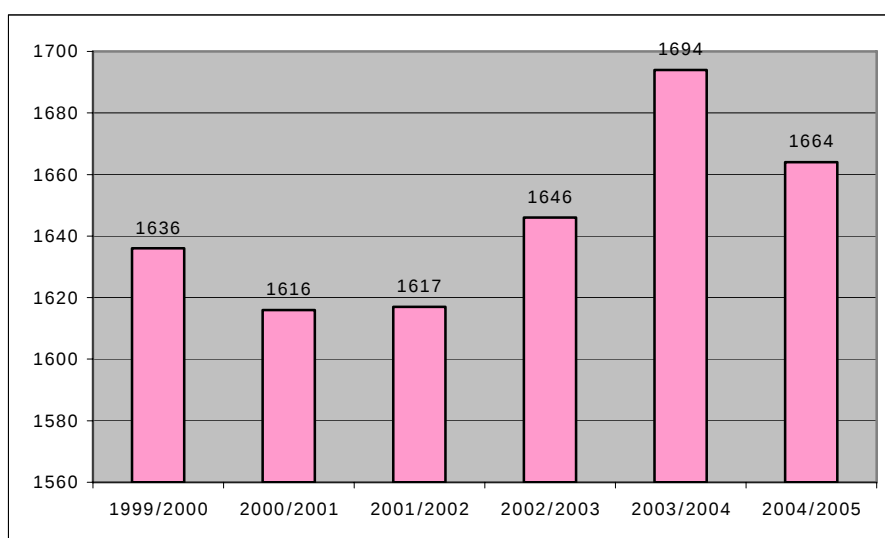
O Ensino Básico compreende três ciclos, sendo o primeiro de quatro anos, o segundo de dois e o terceiro de três anos, os quais devem ser perspectivados numa lógica de articulação e sequencialidade entre os ciclos, conferindo a cada um a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior.

4.4.2.1. Primeiro Ciclo do Ensino Básico

4.4.2.1.1. Evolução da População Escolar e Taxas de Ocupação na Rede Pública

No Concelho de Alenquer houve uma evolução positiva do número de alunos nas escolas do 1.º CEB público, passando de 1636 alunos no ano lectivo 1999/00, para 1664 no ano lectivo 2004/05. Este crescimento da população escolar ocorre, essencialmente, devido a um aumento do número de alunos na freguesia de Santo Estevão.

Gráfico n.º 12 - Evolução do número de alunos no 1.º Ciclo do Ensino Básico Público (1999-2005)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Analisando a evolução da população escolar por freguesia, apesar do aumento registado na frequência escolar, verificou-se um decréscimo do número de alunos na maioria das freguesias, sobretudo em Meca e Vila Verde dos Francos, cujas escolas tiveram menos 25 e 19 alunos, respectivamente.

No ano lectivo 2004/05, quinze, das quarenta e seis escolas do 1.º CEB público tiveram menos de 11 alunos, com destaque para a EB1 do Estribeiro (3) e EB1 da Base Aérea da Ota (5). Pelo contrário, as escolas com maior número de alunos foram as de Alenquer (313) e do Carregado (P3) (210).

No que diz respeito à evolução do número de alunos por agrupamento, verifica-se que nos Agrupamentos de Abrigada e Aldeia Gavinha a evolução foi negativa. O Agrupamento de Escolas Pêro de Alenquer registou a evolução mais dinâmica (22,9%). Os contributos mais significativos para essa tendência vieram sobretudo da EB1 de Alenquer e da EB1 de Paredes.

Quadro n.º 20 – *Evolução do número de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Público por Agrupamentos de Escolas (1999/2005)*

Agrupamento	1999/00	2004/05	Variação (%)
Abrigada	317	280	-11,7
Aldeia Gavinha	398	345	-13,3
Carregado	462	475	2,8
Pêro Alenquer	459	564	22,9
Total	1636	1664	1,7

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Considerando a taxa de ocupação como a relação entre a capacidade de um estabelecimento de ensino e o total de alunos que frequentam esse estabelecimento, verifica-se que no ano lectivo 2004/05, nas EB1 das freguesias de Abrigada, Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Gavinha, Cabanas de Torres, Meca, Olhalvo, Ota, Pereiro de Palhacana, Santana da Carnota, Triana e Vila Verde dos Francos a capacidade existente é inferior à frequência escolar.

No entanto, as escolas de Alenquer, Casais da Marmeleira, Carregado (EBI e P3), Paredes e Ribafria não têm capacidade suficiente face à procura existente, encontrando-se sobrelotadas e a funcionar em regimes duplos.

Quadro n.º 21 – Taxas de Ocupação das Escolas do 1.º CEB, Público (2004/05)

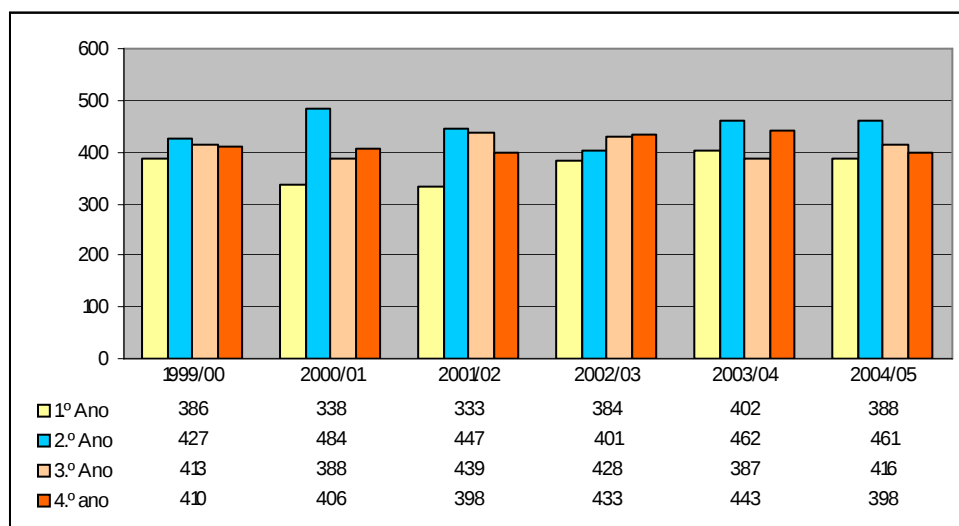
Freguesia	Escola	Capacidade Máxima	Ano Lectivo 2004 / 2005	
			N.º Alunos	TO (%)
Abrigada	Abrigada	144	110	76
	Bairro	48	20	42
	Estribeiro	18	3	17
	C. Chão	48	19	40
A. Galega	Aldeia Galega	18	9	50
	Arneiro	18	13	72
	C. Brancos	18	7	39
	Merceana	48	34	71
	Paíol	18	10	56
A. Gavinha	Aldeia Gavinha	48	39	81
	Freixial	18	10	21
C. Torres	Cabanas Torres	48	25	52
	Paúla	24	21	88
Cadafais	Cadafais	48	18	38
	C. Marmeleira	24	30	125
	Refugidos	18	6	33
Carregado	Carregado (P3)	120	210	175
	Carregado (EBI)	144	137	95
	Guizanderia	48	39	81
	Torre	48	35	73
Meca	Canados	72	30	42
	Espiçandeira	18	16	89
	Meca	18	9	50
Olhalvo	Olhalvo	48	26	54
	Pocariça	48	36	75
Ota	Base Aérea	18	5	28
	Ota	72	43	60
P. Palhacana	P. Palhacana	18	17	94
Ribafria	Azedia	18	7	39
	Ribafria	24	30	125
S. Carnota	Eiras	18	8	44
	Pipa	18	7	39
	Santana Carnota	48	26	54
Sto.º Estêvão	Alenquer	216	313	145
	Paredes	96	141	147

St.º Estêvão	Escola	Capacidade Máxima	Ano Lectivo 2004/2005	
			N.º Alunos	TO (%)
	Passinha	48	12	25
Triana	Camarnal	48	16	33
	Cheganças	48	23	48
	Pancas	18	6	33
	Cortegana	48	20	42
Ventosa	Labrugeira	24	20	83
	Penedos	18	6	33
	Penafirme V.	18	10	56
	Vila Chã	18	10	56
	Lapaduços	18	12	67
V. V. Francos	V.V. Francos	48	28	58

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Procedendo a uma análise do número de crianças que frequentaram as EB1 do concelho nos últimos anos lectivos, verifica-se uma prevalência dos alunos do 2.º ano de escolaridade com excepção do ano lectivo 2002/03.

Gráfico n.º 13 – Evolução do número de alunos, por ano de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede Pública)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 22 – Evolução do número de alunos nas EB1, por ano de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede Pública)

FREGUESIAS/EB1	ANOS LECTIVOS					
ABRIGADA						
EB1 Abrigada	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	26	19	19	16	23	27
2.º Ano	32	31	29	32	26	25
3.º Ano	25	30	32	26	28	27
4.º Ano	25	25	25	35	29	31
Sub-Total	108	105	105	109	106	110
EB1 Bairro						
1.º Ano	5	3	1	-	8	7
2.º Ano	10	7	6	1	1	10
3.º Ano	8	9	6	7	3	-
4.º Ano	7	8	8	7	5	3
Sub-Total	30	27	21	15	17	20
EB1 C. Chão						
1.º Ano	8	6	4	-	6	4
2.º Ano	5	9	6	5	5	5
3.º Ano	1	5	9	5	4	6
4.º Ano	3	1	5	11	6	4
Sub-Total	17	21	24	21	21	19
EB1 Estribeiro						
1.º Ano	2	1	-	-	2	-
2.º Ano	3	2	1	1	-	2
3.º Ano	3	3	2	1	1	-
4.º Ano	3	3	3	2	1	1
Sub-Total	11	9	6	4	4	3
ALDEIA GALEGA						
EB1 Aldeia Galega						
1.º Ano	3	3	-	5	4	2
2.º Ano	1	2	3	-	4	3
3.º Ano	1	2	2	2	1	3
4.º Ano	2	1	1	2	2	1
Sub-Total	7	8	6	9	11	9

EB1 Arneiro	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	4	2	1	2	3	3
2.º Ano	6	8	8	1	2	3
3.º Ano	4	1	1	8	4	2
4.º Ano	4	6	6	1	7	5
Sub-Total	18	17	16	12	16	13
EB1 C. Brancos						
1.º Ano	2	2	1	4	1	1
2.º Ano	5	3	3	1	4	2
3.º Ano	9	5	3	3	-	3
4.º Ano	5	9	4	3	4	1
Sub-Total	21	19	11	11	9	7
EB1/JI Merceana						
1.º Ano	4	4	5	16	4	9
2.º Ano	10	7	8	9	16	5
3.º Ano	6	7	4	7	7	14
4.º Ano	4	5	7	4	6	4
Sub-Total	24	23	24	36	33	34
EB1 Paiol						
1.º Ano	1	5	1	6	6	2
2.º Ano	9	5	9	1	3	5
3.º Ano	5	6	6	9	2	2
4.º Ano	5	3	6	5	7	1
Sub-Total	20	19	22	21	18	10
EB1 Aldeia Gavinha						
1.º Ano	8	7	9	7	15	8
2.º Ano	16	12	9	9	9	13
3.º Ano	13	11	8	6	9	12
4.º Ano	14	12	10	8	10	6
Sub-Total	51	42	36	30	43	39
Freixial						
1.º Ano	1	-	3	4	1	1
2.º Ano	5	-	1	3	3	1
3.º Ano	1	5	-	1	4	6
4.º Ano	2	1	5	1	1	2
Sub-Total	9	6	9	9	9	10

C. TORRES						
EB1 C. Torres						
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	11	6	6	6	2	5
2.º Ano	7	11	9	7	7	4
3.º Ano	4	5	7	8	6	7
4.º Ano	6	7	7	7	9	9
Sub-Total	28	29	29	28	24	25
EB1 Paúla						
1.º Ano	4	3	4	5	5	4
2.º Ano	5	5	5	6	6	8
3.º Ano	2	5	5	4	5	3
4.º Ano	3	2	5	4	4	6
Sub-Total	14	15	19	19	20	21
CADAF AIS						
EB1 Cadafais						
1.º Ano	1	3	5	6	3	3
2.º Ano	3	1	6	4	7	4
3.º Ano	3	3	3	6	5	6
4.º Ano	4	5	6	3	5	5
Sub-Total	11	12	20	19	20	18
EB1/JI C. Marmeleira						
1.º Ano	2	3	5	4	5	13
2.º Ano	6	3	4	8	5	7
3.º Ano	6	5	4	4	6	5
4.º Ano	6	7	6	4	6	5
Sub-Total	20	18	19	20	22	30
EB1 Refugidos						
1.º Ano	4	5	1	-	4	-
2.º Ano	3	7	4	4	-	3
3.º Ano	4	1	4	5	5	-
4.º Ano	-	4	1	3	3	3
Sub-Total	11	17	10	12	12	6

CARREGADO						
EB1 Carregado (P3)	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	52	35	43	40	62	45
2.º Ano	42	66	52	50	56	71
3.º Ano	54	40	56	46	40	55
4.º Ano	55	59	48	58	44	39
Sub-Total	203	200	199	194	202	210
EBI Carregado						
1.º Ano	42	32	24	37	25	25
2.º Ano	43	45	41	26	39	36
3.º Ano	44	38	36	28	31	31
4.º Ano	48	48	43	30	35	45
Sub-Total	177	163	144	121	130	137
EBI Guizanderia						
1.º Ano	2	6	4	8	10	5
2.º Ano	5	5	8	11	14	16
3.º Ano	4	3	9	14	9	11
4.º Ano	5	5	9	9	15	7
Sub-Total	16	19	30	42	48	39
EBI Torre						
1.º Ano	7	3	6	6	5	9
2.º Ano	3	7	3	6	7	12
3.º Ano	8	3	7	2	7	6
4.º Ano	6	9	3	7	2	8
Sub-Total	24	22	19	21	21	35
MECA						
EB1 Canados						
1.º Ano	12	9	4	5	9	6
2.º Ano	14	14	11	3	5	11
3.º Ano	13	16	17	13	5	5
4.º Ano	16	15	18	14	15	8
Sub-Total	55	54	50	35	34	30
EB1 Espiçandeira						
1.º Ano	2	5	2	4	5	2
2.º Ano	4	5	5	3	5	6
3.º Ano	3	5	4	5	3	3
4.º Ano	7	4	4	5	4	2

Sub-Total	16	19	15	17	17	13
EB1 Meca						
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	3	-	-	-	3	3
2.º Ano	1	3	1	2	3	4
3.º Ano	4	1	3	-	-	2
4.º Ano	1	1	1	3	-	-
Sub-Total	9	5	5	5	6	9
OLHALVO						
EB1 Olhalvo						
1.º Ano	11	8	6	5	12	-
2.º Ano	12	8	10	7	10	-
3.º Ano	11	14	7	16	7	12
4.º Ano	16	-	13	7	12	15
Sub-Total	50	30	36	35	41	27
EB1 P. Mata						
1.º Ano	7	2	1	2	-	-
2.º Ano	1	7	4	1	2	-
3.º Ano	1	1	5	4	4	-
4.º Ano	3	2	1	5	1	-
Sub-Total	12	12	11	12	7	-
EB1 Pocariça						
1.º Ano	1	7	1	2	4	19
2.º Ano	5	1	8	2	-	17
3.º Ano	4	6	1	6	3	-
4.º Ano	3	3	4	3	5	-
Sub-Total	13	17	14	13	12	36
OTA						
EB1 Base Aérea						
1.º Ano	2	4	2	3	3	-
2.º Ano	-	2	5	2	3	3
3.º Ano	2	-	3	4	2	1
4.º Ano	2	4	-	2	4	1
Sub-Total	6	10	10	11	12	5
EB1 Ota						
1.º Ano	13	9	9	15	11	10
2.º Ano	13	19	10	9	19	9
3.º Ano	7	10	18	15	9	15
4.º Ano	12	9	9	8	12	9

Sub-Total	45	47	46	47	51	43
PEREIRO PALHACANA						
EB1 P. Palhacana	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	2	9	3	6	2	6
2.º Ano	1	4	9	3	4	2
3.º Ano	-	1	6	8	6	4
4.º Ano	7	3	1	4	9	5
Sub-Total	10	17	19	21	21	17
RIBAFRIA						
EB1 Azedia						
1.º Ano	2	2	2	1	2	-
2.º Ano	6	4	2	3	-	4
3.º Ano	3	5	4	1	3	-
4.º Ano	1	3	4	4	-	3
Sub-Total	12	14	12	9	5	7
EB1/JI Ribafria						
1.º Ano	8	7	5	1	15	10
2.º Ano	2	10	9	5	2	10
3.º Ano	4	2	9	10	6	4
4.º Ano	1	5	2	10	14	6
Sub-Total	15	24	25	26	37	30
SANTANA CARNOTA						
EB1 Eiras						
1.º Ano	3	4	-	4	2	1
2.º Ano	2	4	7	-	4	2
3.º Ano	3	1	2	7	-	4
4.º Ano	4	4	-	2	7	-
Sub-Total	12	13	9	13	13	7
EB1 Pipa						
1.º Ano	4	-	1	3	1	2
2.º Ano	1	4	3	2	2	2
3.º Ano	4	2	3	3	1	2
4.º Ano	-	3	1	2	2	1
Sub-Total	9	9	8	10	6	7
EB1/JI S. Carnota						
1.º Ano	7	6	6	8	6	3
2.º Ano	6	10	6	7	11	10
3.º Ano	4	7	10	5	4	8
4.º Ano	13	5	6	9	6	5

Sub-Total	30	28	28	29	27	26
S. ESTÊVÃO						
EB1 Alenquer	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	51	58	76	79	72	78
2.º Ano	44	60	71	79	82	67
3.º Ano	64	44	57	70	81	84
4.º Ano	45	60	50	62	64	84
Sub-Total	204	222	254	290	299	313
EB1/JI Paredes						
1.º Ano	29	26	38	31	33	35
2.º Ano	43	39	32	44	46	43
3.º Ano	29	35	40	42	38	25
4.º Ano	23	29	35	39	42	34
Sub-Total	124	129	145	156	159	137
EB1 Passinha						
1.º Ano	8	4	3	-	6	4
2.º Ano	4	5	4	3	1	7
3.º Ano	2	4	1	-	2	1
4.º Ano	4	2	2	1	-	-
Sub-Total	18	15	10	4	9	12
TRIANA						
EB1 Camarnal						
1.º Ano	3	4	1	8	3	3
2.º Ano	4	5	3	1	8	4
3.º Ano	6	5	4	3	1	8
4.º Ano	2	2	4	5	5	-
Sub-Total	15	16	12	17	17	15
EB1 Cheganças						
1.º Ano	3	4	7	4	3	6
2.º Ano	5	6	5	8	4	3
3.º Ano	4	5	5	5	8	7
4.º Ano	8	4	5	6	6	7
Sub-Total	20	19	22	23	21	23
EB1 Pancas						
1.º Ano	-	-	2	1	-	-
2.º Ano	1	-	-	2	1	-
3.º Ano	1	1	-	-	3	3
4.º Ano	3	1	-	-	-	3

Sub-Total	5	2	2	3	4	6
VENTOSA						
EB1/JI Cortegana	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	4	3	5	5	4	6
2.º Ano	8	7	3	5	7	4
3.º Ano	-	5	8	3	3	6
4.º Ano	8	-	7	7	3	4
Sub-Total	20	15	23	20	17	20
EB1/JI Labrugeira						
1.º Ano	7	7	5	3	4	6
2.º Ano	4	5	7	7	3	3
3.º Ano	12	12	7	5	8	2
4.º Ano	6	3	5	6	6	9
Sub-Total	29	27	24	21	21	20
EB1 Penedos						
1.º Ano	-	2	-	2	-	1
2.º Ano	4	1	3	-	2	-
3.º Ano	2	3	2	2	3	2
4.º Ano	3	1	2	2	2	3
Sub-Total	9	7	7	6	7	6
EB1 Penafirme V.						
1.º Ano	3	1	3	2	-	3
2.º Ano	2	4	1	3	2	-
3.º Ano	2	2	2	2	4	3
4.º Ano	1	2	1	2	2	4
Sub-Total	8	9	7	9	8	10
EB1 Vila Chã						
1.º Ano	1	1	1	4	-	3
2.º Ano	2	4	1	2	1	-
3.º Ano	4	1	4	1	2	5
4.º Ano	4	6	2	4	8	2
Sub-Total	11	12	8	11	11	10
VILA VERDE DOS FRANCOS						
EB1 Lapaduchos						
1.º Ano	6	2	3	2	2	3
2.º Ano	3	7	3	4	3	5
3.º Ano	6	2	6	2	4	4
4.º Ano	3	3	2	6	4	-

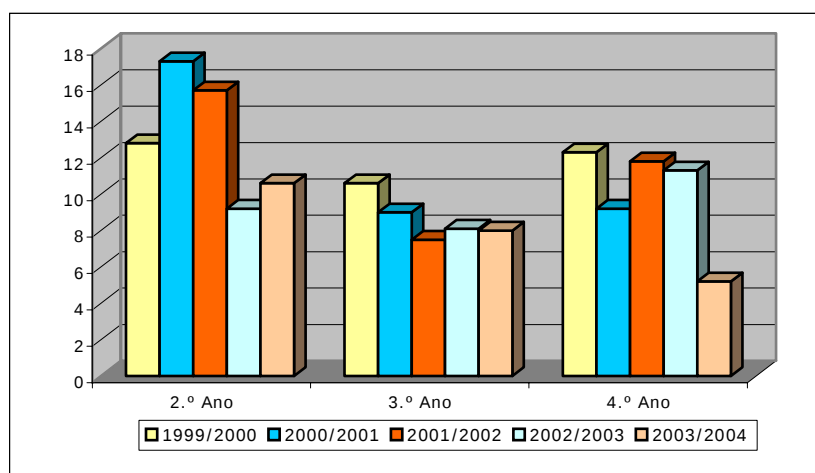
Sub-Total	18	14	14	14	13	12
EB1 V.V. Francos	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	5	6	5	12	6	5
2.º Ano	16	10	9	9	18	8
3.º Ano	13	11	7	4	-	7
4.º Ano	7	12	11	11	9	8
Sub-Total	41	39	32	36	33	28
Total Concelho	1636	1616	1617	1646	1694	1664

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.4.2.1.2. Taxas de Retenção

No que diz respeito às taxas de retenção no 1.º CEB público, o 2.º ano de escolaridade é o que possui as taxas de retenção mais elevadas, com exceção para o ano lectivo 2002/2003 onde o 4.º ano regista o valor mais elevado.

Gráfico n.º 14 – Evolução das Taxas de Retenção no 1.º CEB Público (1999-2004)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

As tabelas seguintes permitem a análise das taxas de retenção, abandono e sucesso entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05.

Quadro n.º 23 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (1999/00)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
2.º	429	55	12,8	0	0	374	87,2
3.º	414	44	10,63	0	0	370	89,4
4.º	408	50	12,3	0	0	358	87,8
Total	1251	149	11,9	0	0	1102	88,1

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 24 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (2000/01)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
2.º	479	83	17,3	1	0,2	395	82,5
3.º	391	35	9	0	0	356	91
4.º	413	38	9,2	0	0	375	90,8
Total	1283	156	12,2	1	0,1	1126	87,6

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 25 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (2001/02)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
2.º	447	70	15,7	0	0	377	84,3
3.º	439	33	7,5	0	0	406	92,5
4.º	398	47	11,8	0	0	351	88,2
Total	1284	150	11,7	0	0	1134	88,3

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 26 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (2002/03)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
2.º	402	37	9,2	0	0	365	90,8
3.º	418	34	8,1	0	0	384	91,9
4.º	433	49	11,3	0	0	384	88,7
Total	1253	120	9,6	0	0	1133	90,4

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

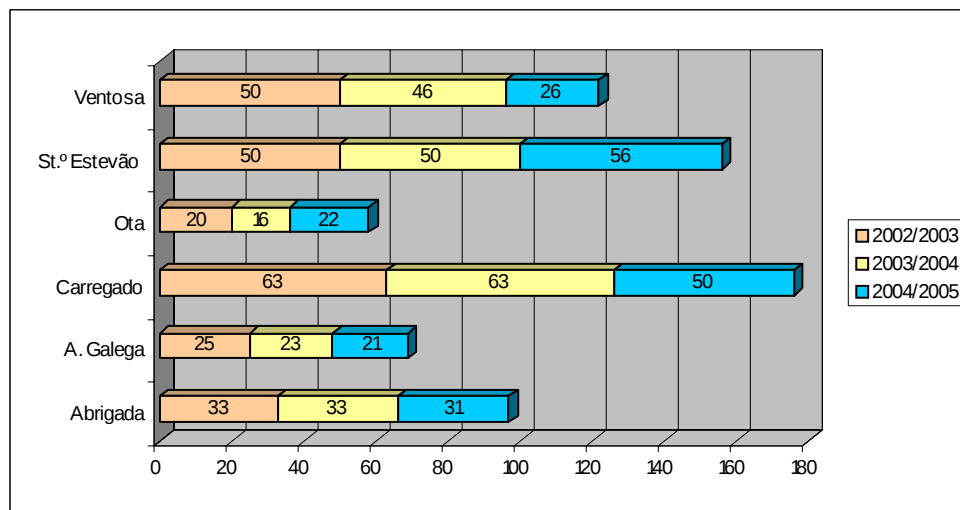
Quadro n.º 27 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 1.º CEB (2003/04)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
2.º	462	49	10,6	3	0,6	410	88,7
3.º	387	31	8	1	0,3	355	91,7
4.º	443	23	5,2	-	-	420	94,8
Total	1292	103	8	4	0,3	1185	91,7

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.4.2.1.3. Actividades de Tempos Livres

Relativamente ao número de crianças que têm frequentado as actividades de tempos livres temos:

Gráfico n.º 15 – Evolução do número de crianças a frequentar os A.T.L. por freguesia (2002/05)

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

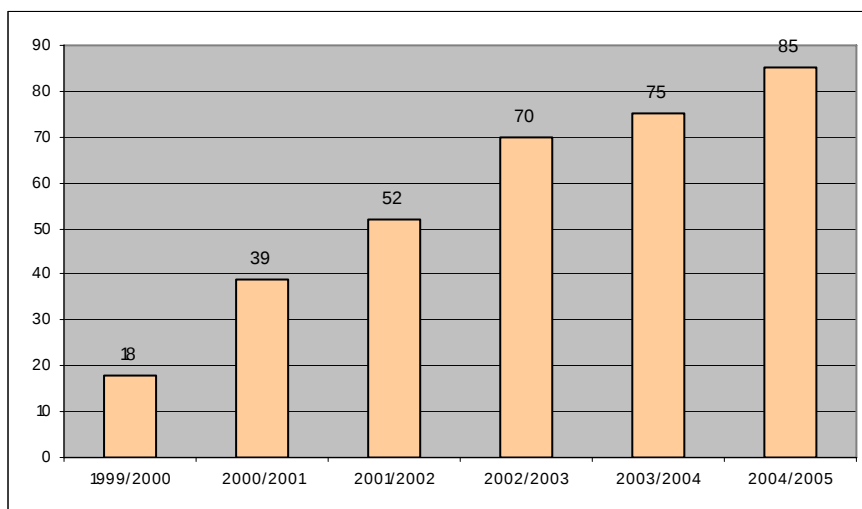
Da análise do gráfico, verifica-se que as freguesias onde existe um maior número de crianças a frequentar o A.T.L. são as do Carregado e Santo Estêvão. De salientar que estes dois estabelecimentos funcionam em regime duplo (de manhã e de tarde) tal como o A.T.L. de Ventosa, enquanto os restantes só funcionam de tarde. Durante as interrupções lectivas todos os estabelecimentos funcionam o dia inteiro, promovendo sempre que possível, actividades conjuntas.

De salientar que, para além da rede pública existem ainda os A.T.L. da rede solidária: Santa Casa da Misericórdia de Alenquer, Santa Casa da Misericórdia de Charnais e Instituto de Beneficência Maria Conceição Pimentel – Sãozinha.

4.4.2.1.4. Evolução da População Escolar na Rede Privada

O ensino privado no 1.º CEB assume pouca expressão no concelho, existindo apenas um estabelecimento de ensino, o Colégio “Os Cartaxinhos”. Relativamente ao número de alunos inscritos, destaca-se o aumento verificado entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05, no entanto, importa referir que o colégio também recebe alunos de outros concelhos.

Gráfico n.º 16 - Evolução do número de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico Privado (1999-2005)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 28 – Evolução do número de alunos, por ano de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05 (Rede Privada)

Colégio “Os Cartaxinhos”	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
1.º Ano	8	16	14	21	25	28
2.º Ano	4	16	14	15	18	22
3.º Ano	4	4	16	16	16	20
4.º ano	2	3	8	18	16	15
Total	18	39	52	70	75	85

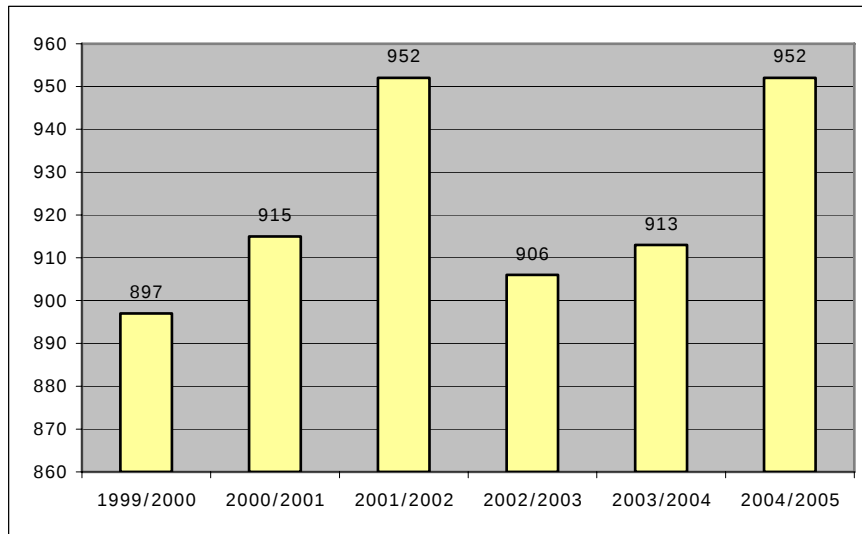
Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.4.3. Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico

4.4.3.1. Evolução da População Escolar e Taxas de Ocupação

O 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico registaram uma variação positiva entre o ano lectivo 1999/00 e 2004/05. Relativamente ao 2.º Ciclo do Ensino Básico, a situação é a seguinte:

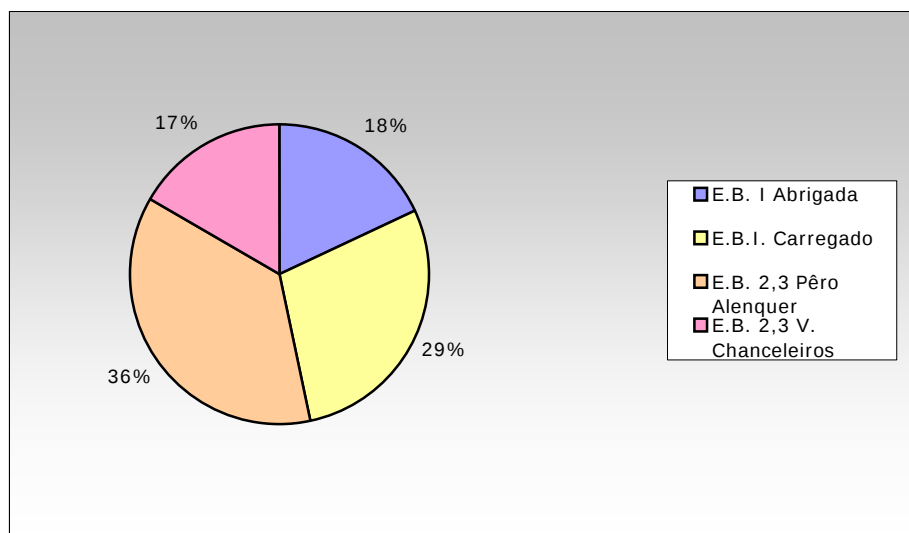
Gráfico n.º 17 - Evolução do número de alunos matriculados no 2.º CEB (1999-2005)



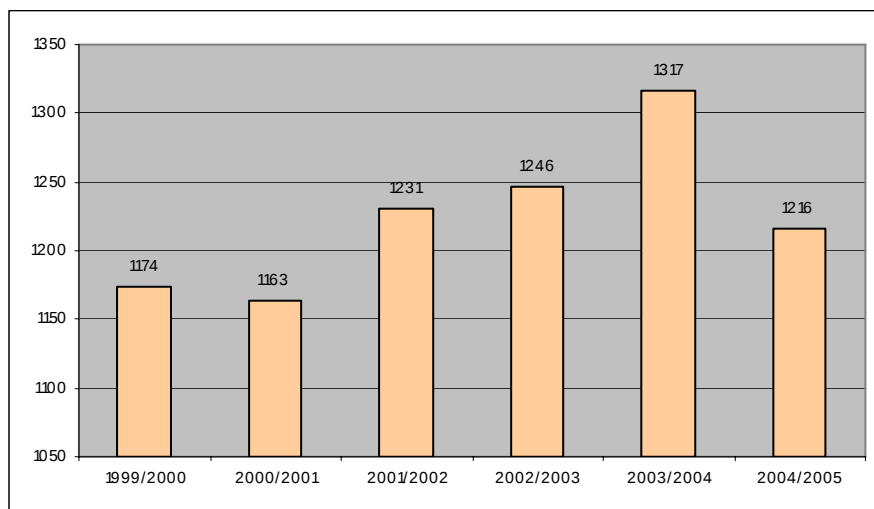
Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Tal como se pode verificar no gráfico anterior registou-se uma quebra na procura no ano lectivo 2002/03, tendo sido mais tarde compensada pelo aumento da frequência no ano lectivo 2004/05. Ao analisar a distribuição dos alunos pelas escolas do concelho, constata-se que as que possuem um maior número de alunos são a Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Pêro de Alenquer e a Escola Básica Integrada do Carregado. De salientar, que nestes níveis de ensino não existe no concelho oferta ao nível dos estabelecimentos privados.

Gráfico n.º 18 - Distribuição percentual do 2.º CEB, por escolas (2004/05)

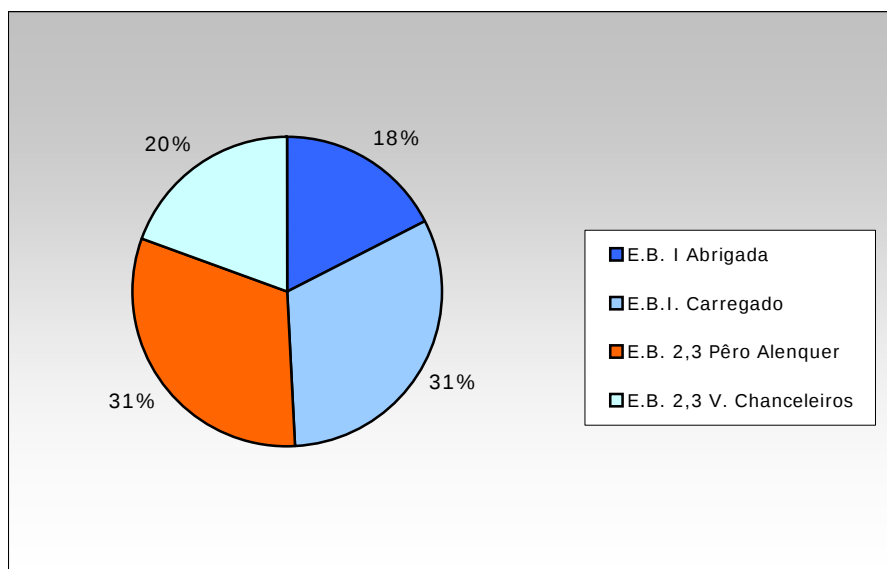


Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Gráfico n.º 19 - Evolução do número de alunos matriculados no 3.º CEB (1999-2005)

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Relativamente ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, analisando a procura nos últimos anos, verifica-se uma quebra acentuada no ano lectivo 2004/05. No que diz respeito à distribuição dos alunos pelas escolas, a situação é idêntica à verificada no 2.º Ciclo do Ensino Básico, ou seja, as escolas de Alenquer e do Carregado concentram a maioria dos alunos do concelho.

Gráfico n.º 20 - Distribuição percentual do 3.º CEB, por escolas (2004/05)

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

A análise da tabela seguinte permite concluir que três das escolas que ministram estes níveis de ensino encontram-se sobrelotadas, com destaque para a E.B.2,3 Pêro de Alenquer.

Quadro n.º 29 - Taxas de Ocupação (TO) do 2.º e 3.º CEB (2004/05)

Escola	Capacidade Máxima (Turmas)	N.º Turmas	Taxa de ocupação (%)
E.B.I. Abrigada	20	19	95
E.B.I. Carregado	24	29	121
E.B. 2,3 Pêro de Alenquer	26	32	123
E.B. 2,3 Visconde Chancelheiros	16	17	106

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

A tabela seguinte permite analisar o número de alunos, por escolas e por ano de escolaridade.

Quadro n.º 30 - Evolução do número de alunos do 2.º e 3.º Ciclos, por escolas e anos de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05

EBI Abrigada	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
5.º Ano	99	76	79	94	99	82
6.º Ano	91	110	69	71	95	90
7.º Ano	86	86	118	89	86	93
8.º Ano	64	64	77	102	66	70
9.º Ano	79	59	58	59	81	51
Total	419	395	401	415	427	386
EBI Carregado						
5.º Ano	138	159	167	115	135	124
6.º Ano	147	134	169	168	116	149
7.º Ano	141	160	161	170	191	123
8.º Ano	114	122	144	140	116	149
9.º Ano	100	95	110	124	124	113
Total	640	670	751	717	682	658
EB 2,3 Pêro Alenquer						
5.º Ano	135	132	139	126	175	166
6.º Ano	128	138	139	138	127	183
7.º Ano	144	141	144	148	167	130
8.º Ano	107	120	111	130	120	137
9.º Ano	118	114	125	86	135	112
Total	632	645	658	628	724	728

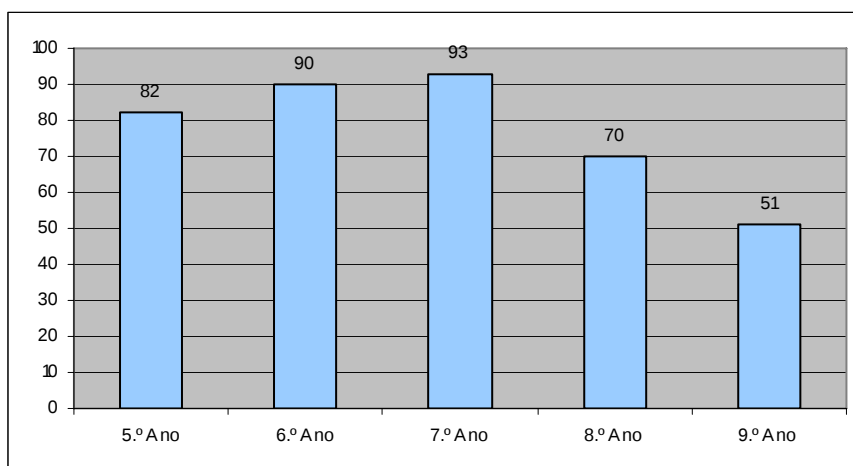
EB 2,3 Visconde Chancelheiros						
5.º Ano	86	90	107	93	82	93
6.º Ano	73	76	83	101	84	65
7.º Ano	81	60	68	78	106	102
8.º Ano	76	68	64	66	56	87
9.º Ano	64	74	51	54	69	49
Total	380	368	373	392	397	396

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Os gráficos seguintes apresentam o número de alunos, por ano e por escola no ano lectivo 2004/05. Relativamente ao 2.º ciclo, verifica-se que apenas na EB2,3 Visconde Chancelheiros o número de alunos inscritos no 5.º ano é superior ao número de alunos inscritos no 6.º ano. Nos restantes estabelecimentos a situação é inversa.

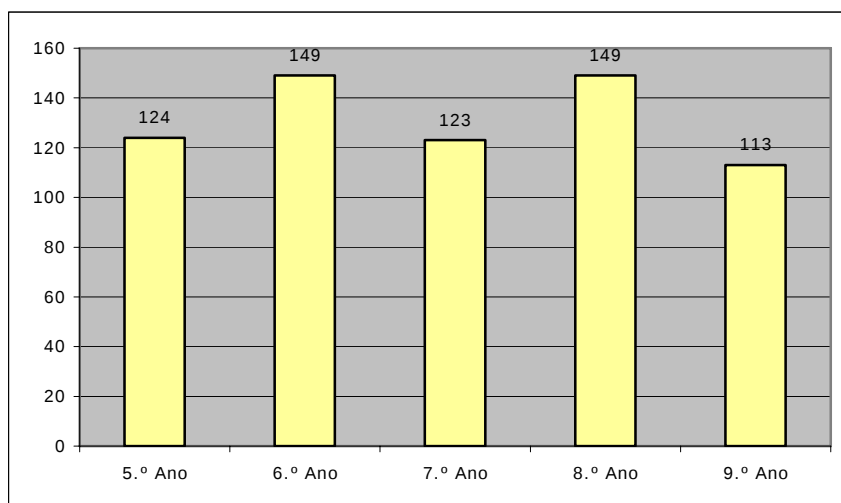
Em termos do 3.º ciclo, salienta-se o facto do 9.º ano ser aquele onde surgem menos alunos inscritos, este facto reporta para a problemática da retenção e do abandono escolar. Esta tendência é mais acentuada na EB2,3 Visconde Chancelheiros e na EBI do Carregado.

Gráfico n.º 21 – Número de alunos na EBI de Abrigada, por ano de escolaridade (2004/05)



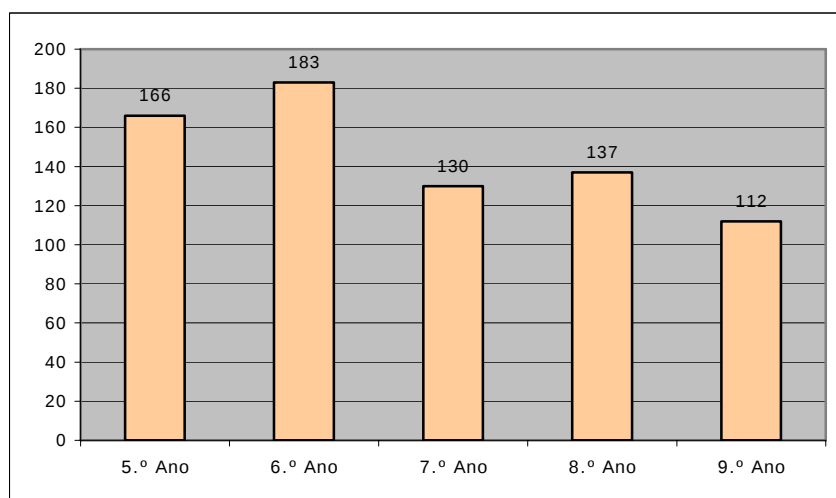
Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Gráfico n.º 22 – Número de alunos na EBI do Carregado, por ano de escolaridade (2004/05)



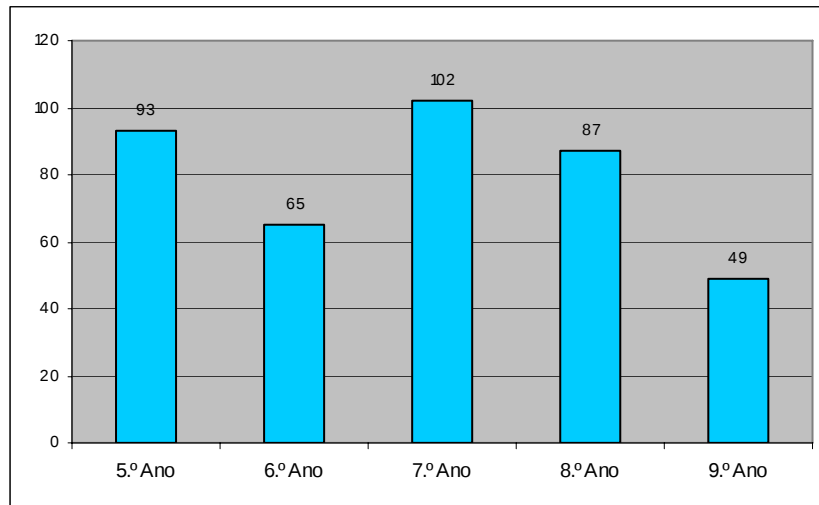
Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Gráfico n.º 23 - Número de alunos na EB2,3 Pêro de Alenquer, por ano de escolaridade (2004/05)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Gráfico n.º 24 - Número de alunos na EB2,3 Visconde Chancelheiros, por ano de escolaridade (2004/05)

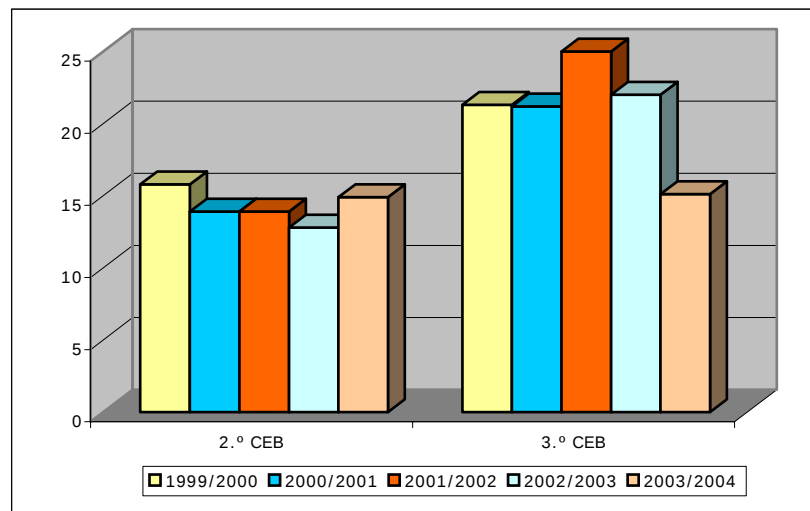


Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.4.3.2. Taxas de Retenção e Abandono

Relativamente às taxas de retenção e abandono nos 2.º e 3.º CEB, Público, temos:

Gráfico n.º 26 - Evolução das percentagens de retenção e abandono nos 2.º e 3.º CEB (1999-2004)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

A retenção e o abandono são mais significativos ao nível do 3.º Ciclo do Ensino Básico, ainda que a tendência nos últimos dois anos lectivos tenha sido para a diminuição das taxas. No 2.º Ciclo do Ensino Básico a situação tem-se mantido relativamente estável ao longo dos últimos 5 anos.

Quadro n.º 31 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (1999/00)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
5.º Ano	458	63	14	4	0,9	391	85,4
6.º Ano	439	71	17	3	0,7	365	83,2
Sub-total	897	134	15	7	0,8	756	84,3
7.º Ano	452	112	25	16	3,5	324	71,7
8.º Ano	361	54	15	9	2,5	298	82,6
9.º Ano	361	48	13,3	11	3	302	83,7
Sub-total	1174	214	18,2	36	3,1	924	78,7
Total	2432	348	14,3	43	2,1	1680	69,1

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 32 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (2000/01)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
5.º Ano	457	64	14	1	0,2	392	85,8
6.º Ano	458	62	13,5	0	0	396	86,5
Sub-total	915	126	13,8	1	0,1	788	86,1
7.º Ano	447	113	25,3	14	3,1	320	71,6
8.º Ano	374	59	15,8	12	3,2	303	81
9.º Ano	342	42	12,3	7	2	293	85,7
Sub-total	1163	214	18,4	33	2,8	916	78,8
Total	2078	340	16,4	34	1,6	1704	82

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 33 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (2001/02)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
5.º Ano	492	58	11,8	10	2	424	86,2
6.º Ano	460	53	11,5	11	2,4	396	86,1
Sub-total	952	111	11,7	21	2,2	820	86,1
7.º Ano	491	124	25,3	10	2	357	72,7
8.º Ano	396	105	26,5	16	4	275	69,4
9.º Ano	344	49	14,2	4	1,2	291	84,6
Sub-total	1231	278	22,6	30	2,4	923	75
Total	2183	389	17,8	51	2,3	1743	79,8

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 34 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (2002/03)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
5.º Ano	428	57	13,3	5	1,2	366	85,5
6.º Ano	478	49	10,3	5	1	424	88,7
Sub-total	906	106	11,7	10	1,1	790	87,2
7.º Ano	485	129	26,6	20	4,12	336	69,3
8.º Ano	438	54	12,3	12	2,7	372	84,9
9.º Ano	323	48	14,9	11	3,4	264	81,7
Sub-total	1246	231	18,5	43	3,5	972	78
Total	2152	337	15,7	53	2,5	1762	81,9

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 35 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no 2.º e 3.º CEB (2003/04)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
5.º Ano	491	60	12,2	13	2,6	418	85,1
6.º Ano	422	61	14,5	2	0,5	359	85,1
Sub-total	913	121	13,3	15	1,6	777	85,1
7.º Ano	550	89	16,2	13	2,4	448	81,5
8.º Ano	358	50	14	6	1,7	302	84,4
9.º Ano	409	35	8,6	6	1,5	368	90
Sub-total	1317	174	13,2	25	1,9	1118	85
Total	2230	295	13,2	40	1,8	1895	85

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.4.4. Ensino Secundário

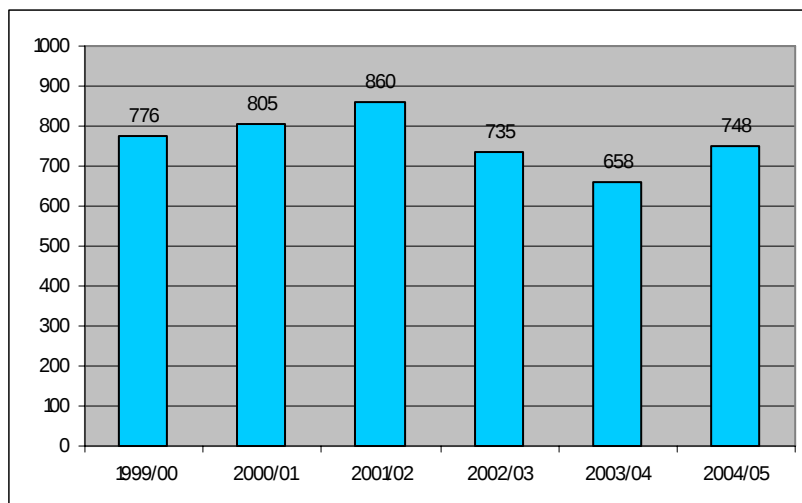
Segundo a Lei n.º 49/2005, que contempla a alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os alunos que completarem com aproveitamento o ensino básico. Organizando-se segundo formas diferenciadas, contempla a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo componentes de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

No concelho de Alenquer, este nível de ensino é ministrado apenas na Escola Secundária Damião de Goes, não existindo nenhuma escola privada.

4.4.4.1. Evolução da População Escolar

Relativamente à evolução do número de alunos no ensino secundário verifica-se que no ano lectivo 2004/05 houve um aumento na procura.

Gráfico n.º 26 - Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário (1999-2005)

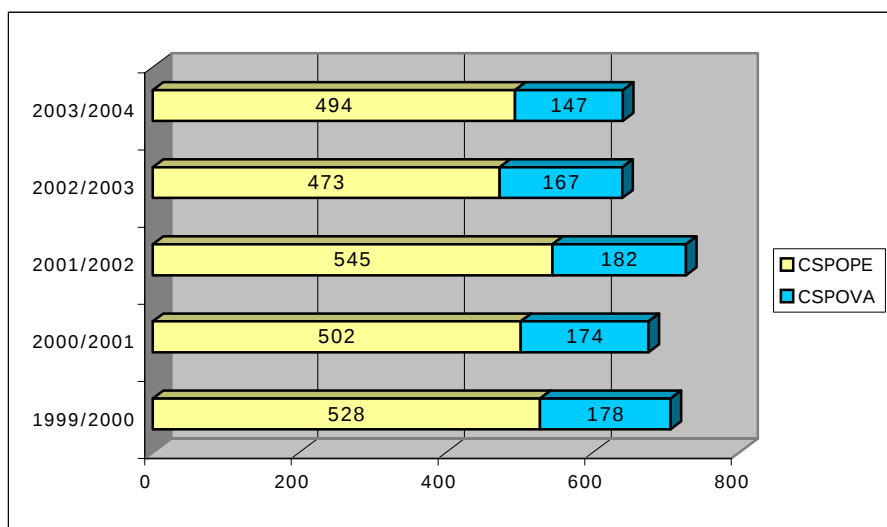


Fonte: Gabinete da Educação da CMA

O Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março aprovou os novos planos de estudo dos cursos científico-humanísticos e dos cursos tecnológicos do nível secundário. Os planos de estudo criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, encontram-se em processo gradual de extinção.

A análise seguinte tem ainda em conta os cursos CSPOVA – Cursos Secundários Predominantemente Orientados para a Vida Activa e os Cursos CSPOPE - Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos. Tal como se constata nos gráficos seguintes, os cursos CSPOPE têm tido maior procura que os cursos CSPOVA.

Gráfico n.º 27 – Evolução do número de alunos que frequentaram os cursos CSPOPE e CSPOVA (1999-2004)

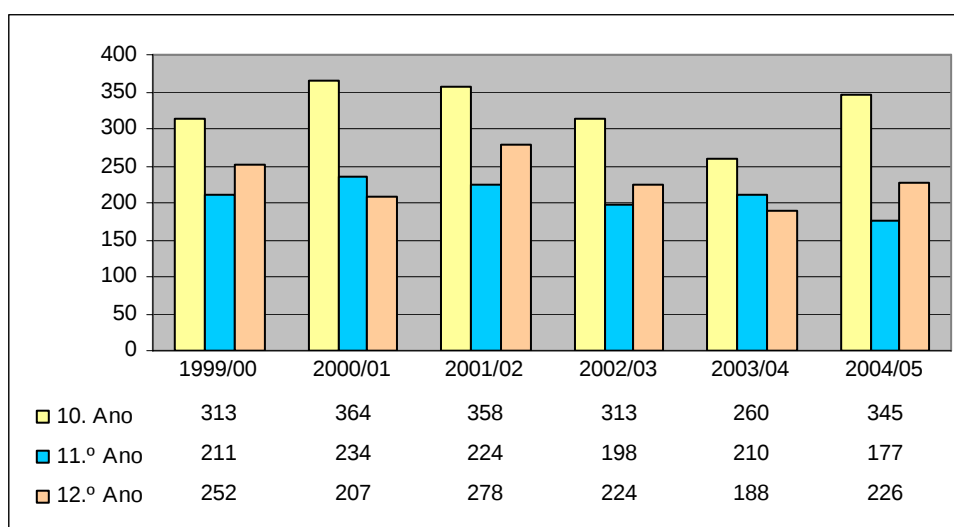


Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Nos cursos CSPOPE, nos anos lectivos analisados, o agrupamento com maior número de alunos é o Científico-Natural, seguido do agrupamento de Humanidades. Relativamente aos cursos CSPOVA, o agrupamento com maior procura é o de Administração. De salientar que os cursos de multimédia e ordenamento do território não tiveram procura por parte dos alunos.

Nos anos analisados, é de salientar o predomínio dos alunos do 10.º ano de escolaridade.

Gráfico n.º 28 - Evolução do número de alunos matriculados na Escola Secundária Damião de Goes, por ano de escolaridade, entre os anos lectivos 1999/00 e 2004/05



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Relativamente ao número de alunos por turma, ano de escolaridade e agrupamento, no ano lectivo 2004/05, a Escola Secundária teve 33 turmas no ensino diurno (14 turmas no 10.º ano, 9 turmas no 11.º ano e 10 turmas no 12.º ano) num total de 748 alunos.

Quadro n.º 36 - Número de alunos e turmas no 10.º ano de escolaridade (Ano Lectivo 2004/05)

Cursos Científico-Humanísticos	Turmas	N.º Alunos
Ciências e Tecnologias	6	148
Ciências Sócio-Económicas	2	39
Ciências Sociais e Humanas	2	53
Línguas e Literaturas	-	-
Artes Visuais	1	22
Cursos Tecnológicos		
Informática	1	27
Administração	2	56
Total	14	345

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 37 - Número de alunos e turmas no 11.º ano de escolaridade (Ano Lectivo 2004/05)

Agrupamentos	Turmas	N.º Alunos
1.º Agrupamento	5	104
2.º Agrupamento	1	16
3.º Agrupamento	2	37
4.º Agrupamento	1	20
Total	9	177

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

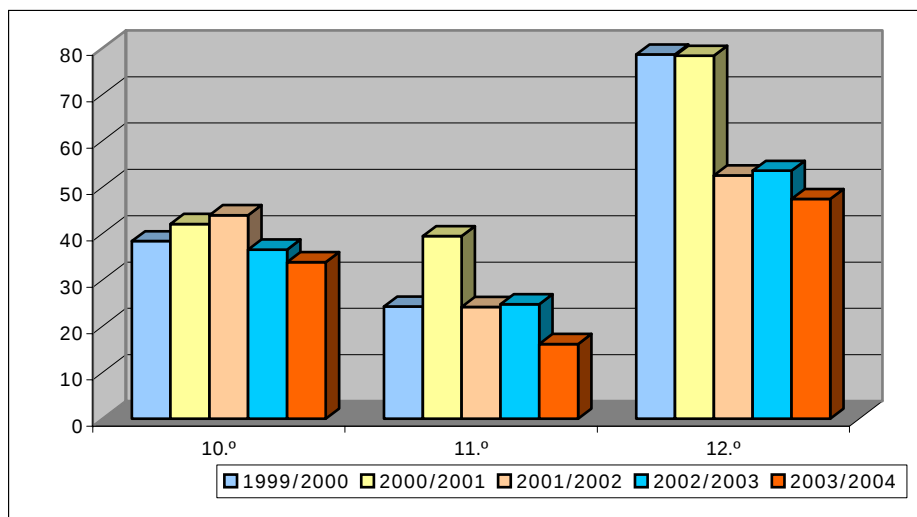
Quadro n.º 38 - Número de alunos e turmas no 12.º ano de escolaridade (Ano Lectivo 2004/05)

Agrupamentos	Turmas	N.º Alunos
1.º Agrupamento	4	117
2.º Agrupamento	2	22
3.º Agrupamento	2	54
4.º Agrupamento	2	33
Total	10	226

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Analisando a retenção e o abandono, verifica-se que o 12.º ano tem tido as taxas mais elevadas ainda que nos últimos anos tenham sofrido um decréscimo. Pelo contrário, as taxas de retenção e abandono no 11.º ano são as mais baixas deste nível de ensino.

Gráfico n.º 29 - Taxas de Retenção e Abandono no Ensino Secundário (1999-2004)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 39 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (1999/00)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos Matriculados	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
10.º Ano	313	78	24,9	42	13,4	193	61,7
11.º Ano	211	36	17,1	15	7,1	160	75,8
12.º Ano	252	185	73,4	13	5,2	54	21,4
Total	776	299	38,5	70	9	407	52,5

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 40 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (2000/01)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos Matriculados	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
10.º Ano	364	90	24,7	63	17,3	211	58
11.º Ano	234	64	27,4	28	12	142	60,7
12.º Ano	207	124	59,9	38	18,4	45	21,7
Total	805	278	34,5	129	16	398	49,4

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 41 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (2001/02)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos Matriculados	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
10.º Ano	358	98	27,4	59	16,5	201	56,2
11.º Ano	224	32	14,3	22	9,8	170	75,9
12.º Ano	278	94	33,8	52	18,7	132	47,5
Total	860	224	26,1	133	15,5	503	58,5

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 42 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (2002/03)

Ano de Escolaridade	N.º Alunos Matriculados	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
10.º Ano	313	81	25,9	33	10,6	199	63,6
11.º Ano	198	33	16,7	15	8	150	75,8
12.º Ano	224	102	45,5	17	8	105	46,9
Total	735	216	29,4	65	8,8	454	61,8

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 43 - Taxas de Retenção, Abandono e Sucesso no Ensino Secundário (2003/04)

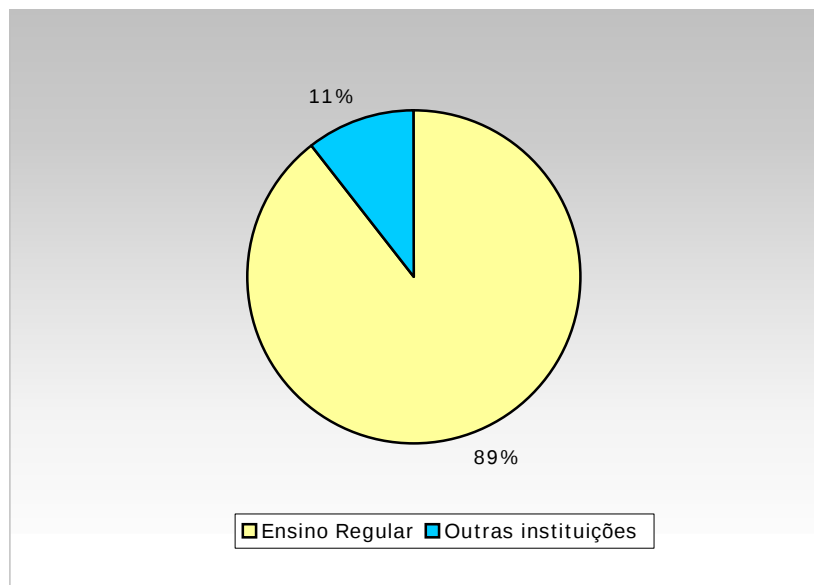
Ano de Escolaridade	N.º Alunos Matriculados	Retidos		Abandono		Sucesso	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
10.º Ano	260	57	21,9	31	11,9	172	66,2
11.º Ano	210	19	9	15	7,1	176	83,8
12.º Ano	188	78	41,5	11	5,9	99	52,7
Total	658	154	23,4	57	8,7	447	67,9

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.4.5. Ensino e Educação Especial

No concelho de Alenquer, os alunos do ensino e educação especial estão distribuídos da seguinte forma:

Gráfico n.º 30 - Distribuição percentual dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (2004/05)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

No que diz respeito aos alunos integrados no ensino regular, os dados disponíveis no ano lectivo 2004-2005 traduzem-se da seguinte forma:

Quadro n.º 44 – Distribuição numérica dos alunos com necessidades educativas especiais por nível de ensino (2004-2005)

Nível de Ensino	N.º Alunos
Pré-Escolar	28
1.º CEB	218
2.º CEB	85
3.º CEB	53
Secundário	3
Total de Alunos	387

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

O 1.º CEB é o nível de ensino com mais alunos com necessidades educativas especiais, seguido do 2.º e 3.º ciclos.

Face à procura existente, para além das escolas do ensino regular existe um conjunto de instituições capazes de dar resposta às necessidades em termos de educação especial. De salientar que destas instituições apenas uma se situa no concelho, o Centro de Actividades Ocupacionais de Olhalvo.

4.4.6. Ensino Profissional

Ao nível do ensino profissional, existe apenas um estabelecimento privado no concelho – o Centro de Formação do Grupo Salvador Caetano, situado no Carregado, freguesia do Carregado.

Tendo como objectivo qualificar profissionalmente jovens dos 15 aos 25 anos, o Centro promove a valorização da formação alternadamente entre um Pólo de Aprendizagem e um posto de trabalho de uma Empresa, facilitando a transição da escola para a vida activa. Os cursos de Aprendizagem, de acordo com as diferentes saídas profissionais, conferem qualificações profissionais de nível II e III e equivalência escolar ao 9.º ou 12.º Ano de Escolaridade, respectivamente. Estes cursos são sobretudo direccionados para as áreas automóvel e metalomecânica.

No ano lectivo 2004/05 foram leccionados no Centro de Formação 5 cursos: Mecânica Automóvel (nível II), Pintura Automóvel (nível II), Técnicos de Electricidade e Electrónica Automóvel (nível III), Técnicos de Manutenção Industrial (nível III) e Técnicos de Mecatrónica Automóvel (nível III) para um universo de 121 formandos. Importa referir que estes formandos são provenientes não só do concelho de Alenquer, mas também de concelhos vizinhos.

No âmbito do ensino regular, verifica-se que no ano lectivo 2002/04 funcionaram 4 cursos profissionais abrangendo 41 alunos e no ano lectivo 2003/05 apenas 2 cursos para um universo de 26 alunos.

Quadro n.º 45 – População Escolar do Ensino Profissional (2002-2005)

Escola	Curso	Ano Lectivo	N.º Alunos	Concluíram	Abandonaram
E.B. 2,3 Pêro de Alenquer	Empregado de serviços comerciais	2002/04	14	10	4
	Electricista de instalações	2002/04	15	10	5
E.B. 2,3 Visconde Chancelheiros	Carpinteiro	2002/04	6	6	-
	Serralharia Civil	2002/04	6	5	1
E.B.I. Carregado	Informática	2003/05	14	8	5
	Cozinheiro	2003/05	12	8	4

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

De salientar que as escolas referidas anteriormente não possuem capacidade para disponibilizar a oferta de outros cursos de ensino profissional.

4.4.7. Análise de fluxos (2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Profissional) no ano lectivo 2004/05

A população escolar que frequenta o 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário é servida pela rede local de escolas, no entanto, embora a análise efectuada neste documento seja de base concelhia, é necessário considerar os fluxos de alunos que por diversos motivos, se deslocam para concelhos limítrofes ou vice-versa. A este propósito, é de referir que os fluxos verificados se devem ao facto da rede de transportes públicos nem sempre ser a mais adequada, a uma opção de escolha ou ao facto de não haver o curso pretendido. Deste modo, 51 alunos residentes no concelho provenientes das freguesias de Cadafais, Pereiro de Palhacana e Santana da Carnota deslocaram-se para escolas do concelho de Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos.

No que diz respeito ao ensino secundário, 55 alunos foram para escolas do concelho de Vila Franca de Xira e 66 alunos das freguesias de Aldeia Galega da Merceana, Ventosa e Vila Verde dos Francos frequentaram o ensino profissional e secundário no concelho de Torres Vedras. De registar também a deslocação de 8 alunos das freguesias de Carregado, Triana e Santo Estêvão que frequentaram o ensino profissional no concelho de Lisboa.

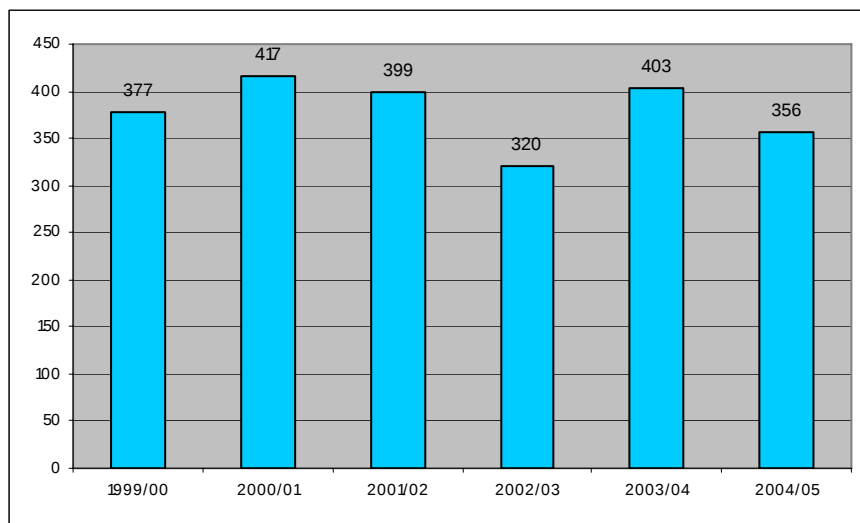
De referir, que a Escola Básica 2,3 Visconde Chancelheiros serve não só alunos do concelho, tendo recebido também, 18 alunos provenientes do concelho de Torres Vedras.

4.4.8. Ensino Recorrente

O ensino recorrente destina-se aos indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensino básico e secundário e aos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema educativo na idade normal de formação.

De um modo geral, a procura do ensino recorrente tem sofrido oscilações ao longo dos anos registando-se uma quebra acentuada no ano lectivo 2002/2003.

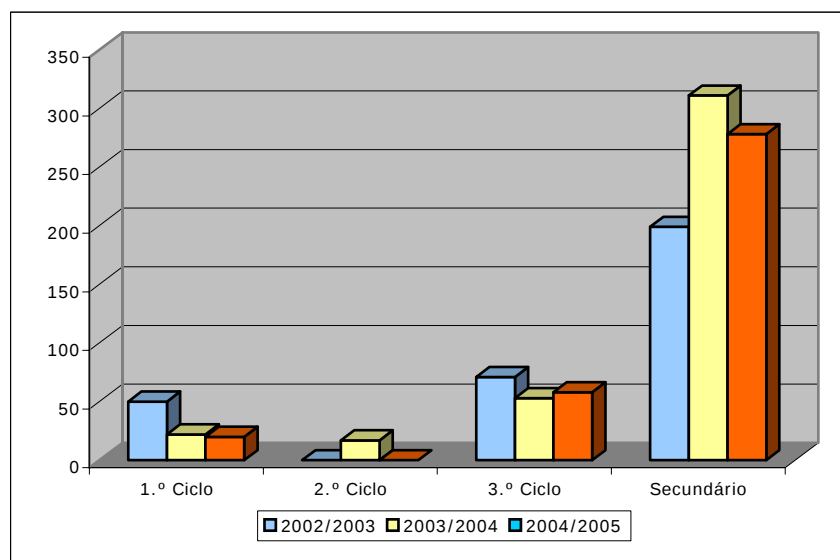
Gráfico n.º 31 – Evolução do número de alunos do Ensino Recorrente (1999/ 2005)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

De modo geral, por nível de ensino, a situação no concelho é a seguinte:

Gráfico n.º 32 – Evolução do número de alunos do Ensino Recorrente, por nível de ensino (2002 – 2005)



Fonte: Gabinete da Educação da CMA

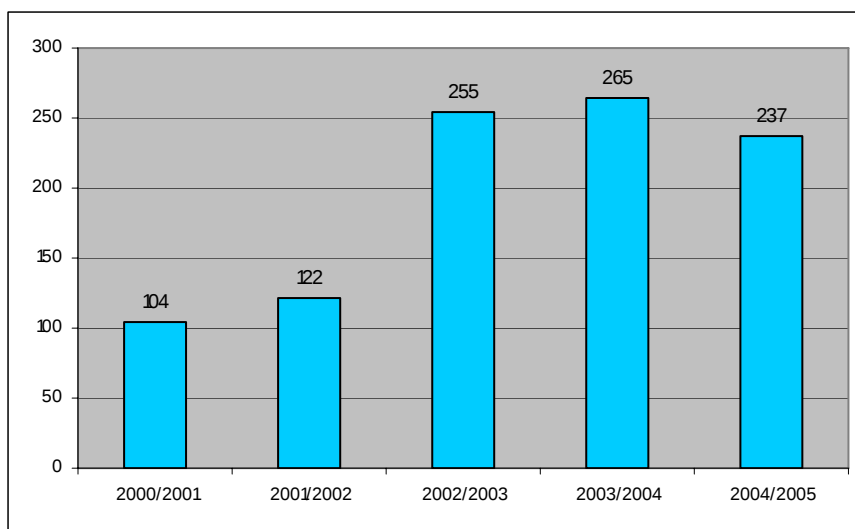
O ensino secundário é o nível com maior procura, seguido do 3.º CEB. De registar também a diminuição do número de alunos a frequentar o 1.º CEB.

4.4.9. Educação Extra-Escolar

A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.

Relativamente aos dados fornecidos pela Organização Local de Educação e Formação de Adultos de Alenquer, temos:

Gráfico n.º 33 – *Evolução do número de alunos da Educação Extra-Escolar (2000-2005)*



Fonte: Organização Local de Educação e Formação de Adultos de Alenquer

Da análise do gráfico constata-se um aumento acentuado na procura no ano lectivo 2002/03, seguido de uma estabilização e quebra ligeira.

No ano lectivo 2004-2005 funcionaram 8 cursos de educação extra-escolar em 10 localidades do concelho, abrangendo um universo de 237 formandos.

Quadro n.º 46 - Rede de Cursos de Educação Extra-escolar (2004/05)

Curso	Local de funcionamento	N.º de Formandos
Artes Decorativas	Cabanas Torres	12
	Labrugeira	27
	Merceana	10
	Ota	12
Atualização de Inglês 2	Alenquer	18
Corte e Costura 2	Refugidos	12
Expressão Dramática	Refugidos	18
Expressão Vocal	Aldeia Gavinha	14
Português para Estrangeiros	Carregado	12
Saúde e Movimento	Aldeia Gavinha	24
	Cadafais	27
	Vila Chã	30
Tapeçaria	Alenquer	15
	Carregado	15
Total Concelho		237

Fonte: Organização Local de Educação e Formação de Adultos de Alenquer

Da análise da tabela anterior, verifica-se que o curso que apresenta maior número de formandos é o de “Saúde e Movimento”. O curso que funciona num maior número de localidades é o de “Artes Decorativas”. Importa ainda referir que apenas 8 das 16 freguesias existentes no concelho tiveram cursos em funcionamento neste ano lectivo, sendo que os mesmos foram ministrados em vários tipos de estabelecimentos (Juntas de Freguesia, Escolas do 1.º CEB e Associações Recreativas/Clubes Desportivos).

4.5. Acção Social Escolar e Transportes Escolares

De acordo com n.º 4 do art.º 12.º do Decreto-lei n.º 7/2003, a Carta Educativa deve incidir na forma como é efectuada a actuação da Câmara Municipal nas áreas da Acção Social Escolar e Transportes.

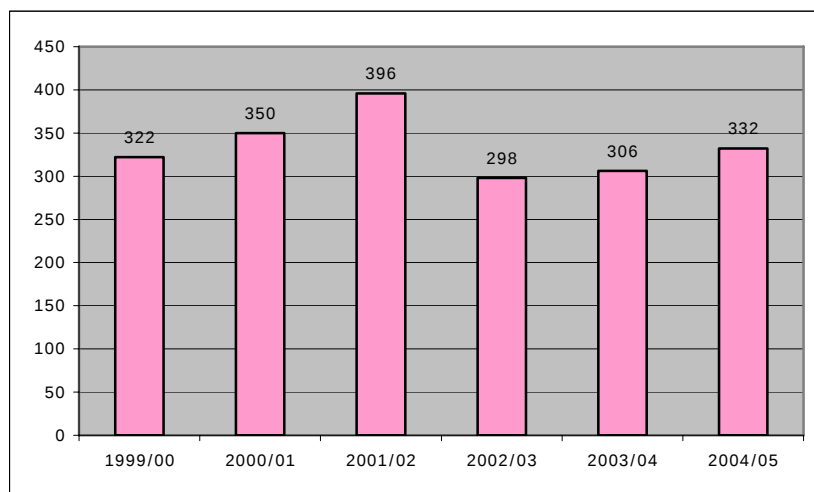
As medidas da Acção Social Escolar concretizadas no Concelho têm sido anualmente consertadas em sede do Conselho Consultivo de Acção Social Escolar. Este órgão consultivo, onde tinha assento para além da Câmara Municipal, a Delegação Escolar e dois professores, avaliava as medidas implementadas e realizava os trâmites necessários à condução das propostas a apresentar para o ano seguinte. Após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 7/2003 o Conselho Consultivo foi extinto, passando as suas competências para o Conselho Municipal de Educação. Seguidamente, analisaremos as diferentes dimensões da Acção Social Escolar.

Relativamente à rede privada, existem subsídios atribuídos pelo Ministério da Educação, denominados “Contratos de Desenvolvimento” no caso da Educação Pré-Escolar, e “Contratos Simples” atribuídos no âmbito do 1.º Ciclo. No que diz respeito à rede solidária, são estabelecidos protocolos com a Segurança Social e atribuídos subsídios ao nível da Creche, Pré-Escolar e A.T.L..

4.5.1. Subsídio de Auxílios Económicos

Segundo o Decreto-Lei n.º 399-A/84, compete à Câmara Municipal aprovar a atribuição de auxílios económicos às crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico, entendidos como subsídios destinados a comparticipar nas despesas escolares dos alunos. A atribuição do subsídio deve efectuar-se sempre que possível antes do início do ano lectivo, o que nem sempre acontece por dificuldades várias da Administração Local. Seria de todo interessante que a Autarquia, pudesse contornar este tipo de situação de modo a obviar os transtornos causados pela entrega destas verbas fora de tempo útil.

O número de alunos que beneficiam deste subsídio tem sofrido alterações ao longo dos anos. No ano lectivo 1999/2000 atribuiu-se o subsídio a 322 alunos, o que constituiu um encargo para a Câmara Municipal de Alenquer de 6.701,65€. Nos dois anos lectivos seguintes, o número de alunos subsidiados aumentou, tendo o encargo atingido no ano lectivo 2001/2002, o valor de 9.701,94€. De realçar que foi neste ano lectivo que a autarquia atribuiu o maior número de subsídios, tendo abrangido 396 alunos. No ano lectivo 2002/2003 registou-se um decréscimo no número de alunos subsidiados, aumentando novamente nos dois anos lectivos subsequentes.

Gráfico n.º 34 - Evolução do número de alunos que receberam o Subsídio de Auxílios Económicos

Fonte: Gabinete da Acção Social da CMA

O aumento registado nos encargos deve-se, sobretudo, ao aumento do valor do subsídio atribuído. No ano lectivo 1999/00 os alunos do escalão A receberam 21.20€, já no ano lectivo 2004/05 receberam 30€. De salientar que os valores dos subsídios atribuídos são calculados de acordo com o valor dos manuais escolares.

Quadro n.º 47 - Evolução dos encargos da Autarquia em Subsídios de Auxílios Económicos

Anos	N.º Alunos	Valor do subsídio		Encargos da Autarquia
		Escalão A	Escalão B	
1999/00	322	21.20€	16.21€	6.701,65€
2000/01	350	24.94€	19.96€	8.574,62€
2001/02	396	24.94€	19.96€	9.701,94€
2002/03	298	25€	20€	7225€
2003/04	306	30€	22.50€	8880€
2004/05	332	30€	22.50€	9630€

Fonte: Gabinete da Acção Social da CMA

4.5.2. Subsídios para Material Didáctico

Para além do subsídio de auxílios económicos, a autarquia atribui um subsídio anual para material didáctico no valor de 5.99€ por aluno. Este subsídio é dado aos Agrupamentos de Escolas no início do ano lectivo, sendo que os encargos dependem directamente do número de crianças a frequentar os jardins-de-infância e as escolas do 1.º CEB.

Quadro n.º 48 - Evolução dos encargos da Autarquia em Subsídios para Material Didático

2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
12.375,34 €	12.614,94 €	13.459,53 €	13.878,83€	13.753,04 €

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.5.3. Bolsas de estudo

Em cumprimento do estabelecido no artigo 12.º do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo da Câmara Municipal de Alenquer, as bolsas são atribuídas a alunos que ingressam pela primeira vez no ensino superior e a alunos que já se encontram a frequentar este nível de ensino. Dentro destas duas categorias, faz-se ainda a distinção entre alunos carenciados economicamente e alunos não carenciados que se distingam pelo seu mérito escolar.

O valor anual das bolsas de estudo foi até ao ano lectivo 2000/2001 de 350€ para os candidatos economicamente carenciados e de 150€ para os candidatos economicamente não carenciados. No ano lectivo 2001/2002 a autarquia deixou de atribuir bolsas aos alunos candidatos não carenciados que se distinguiam pelo mérito escolar. A partir deste ano lectivo o valor anual das bolsas passou a ser de 500€ sendo as mesmas atribuídas apenas a candidatos economicamente carenciados. O número de bolsas atribuído encontra-se na tabela seguinte:

Quadro n.º 49 – Evolução dos alunos bolseiros (1999 – 2005)

1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
7	8	4	7	11	8

Fonte: Gabinete da Acção Social da CMA

4.5.4. Refeições

O subsídio atribuído pela autarquia para as refeições cobre apenas uma parte do seu valor (fixado por Despacho publicado em Diário da República) para os alunos sem escalão e pago na totalidade para os alunos com escalão A. De salientar, que este serviço só existe na EBI de Abrigada e do Carregado, uma vez que estas são as únicas escolas que possuem refeitório.

Existe ainda uma excepção que diz respeito aos alunos cujas escolas da sua área de residência foram suspensas e que, por isso, se deslocam à EB 2,3 Pêro de Alenquer, nestes

casos a Câmara paga a totalidade do valor das refeições. O custo médio por refeição tem sofrido alterações ao longo dos anos, sendo no ano lectivo 2004/05, de €1.17.

Quadro n.º 50 - Evolução dos encargos da Autarquia com o serviço de refeições (1999-2003)

Ano Lectivo	N.º Refeições	Encargos da Autarquia
1999/2000	28226	8.565,60 €
2000/2001	31046	9.418,40 €
2001/2002	28354	10.279,28 €
2002/2003	29741	11.185,16 €

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

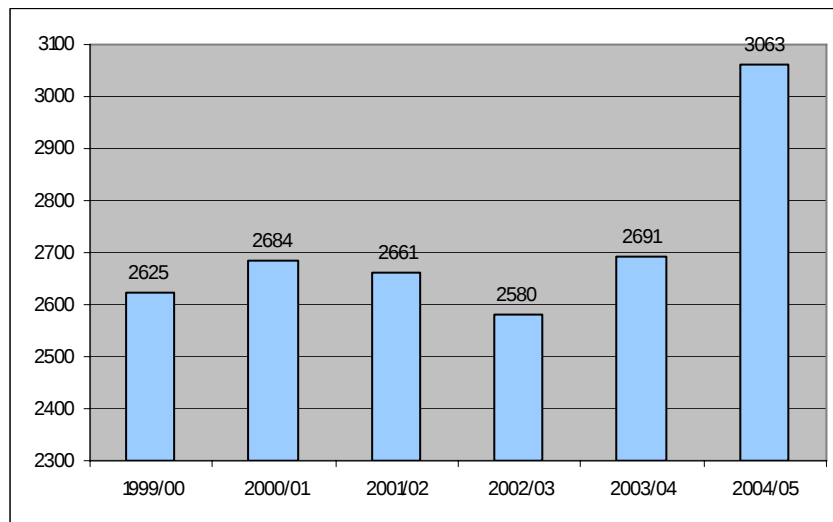
4.5.5. Transportes Escolares

O serviço de transportes escolares abrange apenas os alunos que frequentam o Ensino Básico e Secundário oficial, Particular com Contrato de Associação ou Paralelismo Pedagógico, ou Cooperativo em iguais condições, quando a paragem de transporte público que serve a área de residência diste 3 ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respectivamente sem ou com refeitório. O transporte escolar é gratuito para os estudantes que frequentam a escolaridade obrigatória e participado em 50% para os estudantes do ensino secundário.

A Câmara Municipal alargou este serviço aos alunos que frequentam escolas profissionais e às crianças que frequentam os Jardins de Infância, neste último caso, sem olhar à rigidez da lei quanto a distâncias.

Os percursos são efectuados em transportes colectivos e em circuitos especiais (veículos das juntas de freguesia, táxis, veículos das colectividades e veículos municipais). De salientar que a autarquia celebrou um protocolo de colaboração com as juntas de freguesia e colectividades para a realização dos transportes. Relativamente aos transportes escolares efectuados em táxis é elaborado concurso público nos termos do decreto-lei n.º197/99, de 8 de Junho.

O número de alunos a beneficiar dos transportes escolares registou um aumento bastante significativo no ano lectivo 2004/05, atingindo os 3063 alunos. Importa ainda referir que este número de alunos abrange o pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos, Ensino Secundário, ATL, Ensino Profissional e Alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Gráfico n.º 35 – *Evolução do número de beneficiários dos transportes escolares (1999-2005)*

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Tal como se pode constatar na tabela seguinte os encargos da autarquia têm vindo a aumentar, atingindo o valor mais elevado no ano lectivo 2004/05.

Quadro n.º 51 - *Evolução dos encargos da Autarquia em transportes escolares (1999-2005)*

Ano Lectivo	N.º Alunos	Encargos da Autarquia
1999/00	2625	549.950,95 €
2000/01	2684	625.721,69 €
2001/02	2661	649.519,74 €
2002/03	2580	690.710,84 €
2003/04	2691	736.121,08 €
2004/05	3063	828.166,59 €

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

4.6. Pessoal Não Docente

A autarquia tem na colocação de pessoal não docente um papel essencial pois em muitos casos, substitui-se ao Ministério da Educação na colocação de auxiliares nas escolas do 1.º CEB. No entanto, tratando-se de uma aposta séria da Câmara Municipal, esse apoio tem continuado ao longo dos anos, devendo por isso, contabilizar-se esse investimento.

Quadro n.º 52 - Encargos da Autarquia com Pessoal não Docente (2004-2005)

Estabelecimentos	N.º Funcionários	Encargos da Autarquia
Jardins -de- Infância	48	316.312,65 €
Escolas 1.º CEB	23 (6 do C.E.F.P.)*	92.654,50 €
A.T.L.	19 (2 E.P.)*	93.435,99 €
Transportes de Crianças com NEE	2	12.503,72 €

Fonte: Gabinete de Educação da CMA

* C.E.F.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional

* E.P. – Estágios Profissionais

4.7. Síntese do Diagnóstico

4.7.1. Educação Pré-Escolar

A capacidade instalada (oferta) na educação pré-escolar ao nível do concelho é de 20 estabelecimentos, 17 da rede pública, 2 da solidária e 1 da privada. Esta oferta abrange potencialmente 1050 crianças em 42 salas, destas, 28 pertencem à rede pública, 11 à rede solidária e 3 à privada. No ano lectivo 2004/05, frequentaram este nível 935 crianças, sendo que 618 frequentaram a rede pública e 317 a rede solidária e privada.

Verifica-se que ao nível da oferta pública, ainda existe capacidade para abranger mais 82 crianças, no entanto, embora exista oferta instalada por utilizar, nos principais centros populacionais, os Jardins de Infância estão sobrelotados, existindo lista de espera. A rede privada apenas tem capacidade para abranger mais 8 crianças.

Relativamente aos recursos humanos, na rede pública o rácio é de um docente para cada 18,7 crianças. Em termos de pessoal não docente, verifica-se que existe um funcionário para cada 10,4 crianças.

De salientar que nas freguesias do Carregado e de Sto. Estêvão, a capacidade instalada é manifestamente inferior à procura, existindo elevadas listas de espera sobretudo em Sto. Estêvão.

4.7.2. Ensino Básico – 1.º Ciclo

A capacidade instalada no 1.º Ciclo do Ensino Básico é composta por 47 estabelecimentos de ensino, 46 da rede pública e 1 da rede privada. Abrange potencialmente 2376 crianças em 99 salas, das quais 95 são da rede pública e 4 da rede privada.

No ano lectivo 2004/05, frequentaram este nível de ensino 1749 alunos, sendo que 1664 estiveram na rede pública e 85 na privada, num total de 108 turmas, 104 no ensino público e 4 no privado. Verifica-se que, no cômputo geral, ainda existe capacidade para abranger 627 crianças.

Ao analisar a procura, verifica-se que nos principais centros urbanos as escolas estão sobrelotadas, pelo contrário, no meio rural existem várias escolas em risco de suspensão. No ano lectivo 2004/05, 15 das 46 escolas tiveram uma frequência inferior a 11 alunos.

Nas escolas mais periféricas, e localizadas em centros populacionais secundários, a maioria dos alunos cumpre o encaminhamento pedagógico. No entanto, na EB1 de Alenquer (escola da sede do concelho), existe um número significativo de crianças que estão matriculadas

neste estabelecimento em detrimento da escola da sua área de residência, facto que contribui para a sobrelotação da EB1 de Alenquer.

4.7.3. Ensino Básico – 2.º e 3.º Ciclos

Relativamente a estes níveis de ensino, analisando as taxas de ocupação das quatro escolas existentes no concelho, verifica-se que no ano lectivo 2004/05, apenas a EBI de Abrigada não se encontra sobrelotada. Face a esta realidade, a capacidade instalada não é suficiente e tem sido obviada ao longo dos anos através de mudanças dos encaminhamentos pedagógicos, sobretudo nas EBI do Carregado e EB2,3 Pêro de Alenquer. Face ao exposto anteriormente, é notória a necessidade urgente de construção de novos equipamentos.

4.7.4. Ensino Secundário

O concelho de Alenquer é servido apenas por uma Escola Secundária que, por essa razão, se encontra perto da capacidade máxima. Esta situação condiciona a oferta proporcionada, sobretudo, ao nível dos cursos tecnológicos. Importa referir que a actual escola manifesta algumas carências estruturais, nomeadamente, falta de laboratórios e espaços para a prática desportiva.

Se juntarmos a este facto a possibilidade futura de funcionamento dos cursos profissionais nas Escolas Secundárias, e ainda, a actual deslocação de alunos para escolas dos concelhos limítrofes, conclui-se, por um lado, que as infra-estruturas estão desadequadas às actuais exigências do ensino, e por outro, que existe necessidade de construção de novos estabelecimentos de ensino para este grau de escolaridade.

4.7.5. Ensino Profissional

Ao nível do ensino profissional, a oferta existente provém do sector privado. No entanto, convém salientar, que face à necessidade deste tipo de ensino no Concelho, as escolas reconhecem o interesse de o ministrar; facto que só acontece pontualmente devido ao manifesto subdimensionamento dos estabelecimentos.

4.7.6. Ensino Recorrente, Extra-Escolar

Existe oferta de cursos ao nível do ensino recorrente e extra-escolar no concelho, ainda que, em termos de educação extra-escolar, oito das dezasseis freguesias não possuam qualquer tipo de oferta. Em termos de procura, há que salientar a quebra registada no ano lectivo 2004/05.

O facto de em 2001 existir no concelho uma taxa de 16,6% de população residente sem nenhuma escolarização, aliado à necessidade de incentivar a aprendizagem ao longo da vida, vem alertar para a urgência de um maior investimento nestes níveis de ensino/educação.

4.7.8. Qualidade dos edifícios escolares

A qualidade dos edifícios do Ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública é de modo global “Razoável” e “Má”. De salientar que existem 7 Jardins de Infância a funcionar em edifícios pré-fabricados.

Relativamente ao 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário, a qualidade é globalmente “Razoável”.

Para além dos aspectos considerados anteriormente, importa ainda analisar a qualidade dos edifícios escolares do ponto de vista dos espaços de apoio existentes (cantina/refeitório, recreio coberto, balneário, sala de informática, sala de audiovisuais, entre outros equipamentos).

No que concerne aos estabelecimentos do Pré-Escolar, verifica-se que a generalidade dos Jardins de Infância não possui este tipo de equipamentos.

A realidade das escolas do 1.º Ciclo é idêntica à verificada no Pré-Escolar. Somente 10 dos 46 estabelecimentos possuem sala de refeições. De salientar que as 2 Escolas Básicas Integradas que ministram este nível de ensino estão bem apetrechadas ao nível destes equipamentos.

Os estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário estão equipados com os espaços de apoio, embora em 3 dos 5 estabelecimentos que leccionam estes níveis de ensino este tipo de equipamento tenha sido considerado insuficiente, face ao número de alunos que usufruem desses espaços.

4.7.9. Distribuição espacial da rede escolar

Relativamente ao acesso dos alunos aos estabelecimentos de ensino, podemos afirmar que de modo geral, os circuitos dos transportes são compatíveis com os horários escolares, salvo excepções de localidades que não estão tão bem servidas pela rede de transportes públicos. No caso do ensino secundário, dada a dispersão geográfica do concelho e o facto de existir apenas uma escola, os períodos de deslocação casa/escola/casa são mais alargados.

De salientar, o esforço de coordenação que a autarquia e a empresa de transportes públicos efectuam no sentido de compatibilizar os circuitos, existindo mesmo alguns que funcionam exclusivamente em tempo lectivo.

Alguns estabelecimentos de ensino potenciam a integração da comunidade escolar na comunidade local, por intermédio do uso de equipamentos multiusos (próprios ou de colectividades locais). Tal como podemos constatar na tabela seguinte, alguns alunos dos jardins de infância e 1.º CEB têm aulas de Educação Física em espaços fora do recinto escolar.

Quadro n.º 53 - Utilização de instalações/equipamentos fora do recinto escolar (Ano Lectivo 2004/05)

Jardim de Infância/Escola	Instituição	Tipo de equipamento	Localização
J.I. Abrigada	Sociedade Filarmónica União Progresso de Abrigada	Pavilhão	Abrigada
J.I. Cabanas de Torres	Sociedade Filarmónica União Progresso de Abrigada	Pavilhão	Abrigada
J.I. Carregado	Associação Desportiva do Carregado	Pavilhão	Carregado
J.I. Meca	E.B.1 Canados	Sala Polivalente	Canados
J.I. Ota	Centro Recreativo de Ota	Pavilhão	Ota
E.B.1 Alenquer	Pavilhão Gimnodesportivo da C.M.A.	Pavilhão	Alenquer
E.B.1 Cadafais	Junta de Freguesia Cadafais	Sala	Cadafais
E.B.1 Carregado	Associação Desportiva do Carregado	Pavilhão	Carregado
E.B.1 Cabanas Chão	Centro Recreativo de Cabanas do Chão	Pavilhão	Cabanas Chão
E.B.1 Cheganças	Sociedade Recreativa de Cheganças	Sala	Cheganças
E.B.1 Eiras	Sociedade Recreativa de Eiras	Sala	Eiras
E.B.1 Estribeiro	Centro Recreativo de Cabanas do Chão	Pavilhão	Cabanas Chão
E.B.1 Meca	E.B. 1 Canados	Sala	Canados
E.B.1 Ota	Centro Recreativo de Ota	Pavilhão	Ota
E.B.1 Paredes	Pavilhão Gimnodesportivo da C.M.A.	Pavilhão	Alenquer
E.B.1 Pipa	Sociedade Recreativa de Eiras	Sala	Eiras
E.B.1 Refugidos	Centro Cultural e Recreativo de Refugidos	Sala	Refugidos
E.B. 2,3 V. Chancelheiros	Clube Regional de Recreio e Cultura da Merceana	Pavilhão	Merceana

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Por outro lado, assiste-se à utilização do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Alenquer por instituições públicas e privadas.

Quadro n.º 54 - *Utilização do espaço escolar por instituições da comunidade (Ano Lectivo 2004/05)*

Espaço Escolar	Instituições
Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária Damião de Goes	Centro Social do Pessoal do Município de Alenquer
	Alenquer Basket Club
	Colectividade de Ribafria
	Colectividade do Mato
	Gomes e Leonardo
	J.M. Póvoa
	Raios de Juventude
	Sport Alenquer e Benfica
	Telcabo

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Face ao exposto anteriormente, assistimos a uma potenciação aceitável das infra-estruturas locais escolares e não escolares para actividades desportivas e educativas.

4.8. Nota Conclusiva

Os problemas detectados ao nível da conservação dos edifícios e da sua desadequação levaram ao questionamento da actual rede escolar. De um modo geral, as instalações escolares públicas não têm a qualidade desejável, não estando preparadas para responder às exigências da comunidade escolar, nomeadamente, através da componente de apoio à família (refeições e prolongamento de horário). Por outro lado, a proliferação de estabelecimentos de ensino com um número muito reduzido de alunos inviabiliza o desenvolvimento da qualidade da oferta educativa concelhia.

Apesar da maior ou menor gravidade das deficiências detectadas nos estabelecimentos, o que está de facto em causa é o modelo em que assenta a rede escolar concelhia. A opção futura por um modelo integrador de Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1.º CEB, deve-se não só a uma maior eficácia da gestão dos recursos humanos, materiais e físicos, mas sobretudo, a uma orientação de carácter pedagógico que vise articular e integrar os percursos escolares dos alunos.

5. ANÁLISE PROSPECTIVA

5.1. Nota Introdutória

A Carta Educativa como metodologia de planeamento deve constituir parte integrante do Plano Director Municipal (PDM) cabendo ao PDM estabelecer o modelo de estrutura espacial do território municipal, assim como, a elaboração de estudos de situação concelhia e a definição de cenários demográficos de desenvolvimento para o horizonte do plano. No entanto, uma vez que o PDM se encontra em revisão, propõe-se neste documento cenários prospectivos sobre a evolução da população.

Para que o planeamento possa ser efectuado é necessário ter um conhecimento profundo do modo como a população se distribui pelo território. De acordo com Decreto-Lei n.º 7/2003, designadamente, nos objectivos da Carta Educativa, este documento visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, para que a oferta educativa permita dar resposta às necessidades da procura. Neste sentido, é evidente a necessidade de estimar a população futura de modo a programar os equipamentos necessários para satisfazer, por um lado, as necessidades dos habitantes que previsivelmente se irão instalar no concelho, por outro, responder às necessidades actuais.

A análise prospectiva a apresentar tem como objectivo o cálculo da população a escolarizar (projecção derivada) de modo a estimar-se o número de alunos que se encontrarão no sistema de educação e ensino no concelho de Alenquer em 2015. Neste sentido, elaborou-se um conjunto de hipóteses sobre a evolução das variáveis microdemográficas: mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios.

5.2. Metodologia

As projecções da população serão calculadas através do Método das Componentes por Coortes que permite o conhecimento directo da estrutura populacional, por idades e por sexo, tendo por base as hipóteses formuladas sobre a fecundidade, a mortalidade e os movimentos migratórios. No caso da população em estudo tomou-se como referência as tendências passadas de indicadores microdemográficos do concelho.

O método das componentes baseia-se na equação de concordância da demografia:

$$P_{t+5} = P_t + \sum_t^{t+5} N - \sum_t^{t+5} O + \sum_t^{t+5} I - \sum_t^{t+5} E$$

Neste sentido, os efectivos populacionais do ano $t+5$ (P_{t+5}) são obtidos a partir dos efectivos do ano t (P_t) a que se adiciona o saldo natural, resultante da diferença entre os nados vivos ($\sum_t^{t+5} N$) e os óbitos ($\sum_t^{t+5} O$) ocorridos durante o período compreendido entre o final do ano t e o final do ano $t+5$, e o saldo migratório no mesmo período, como resultado da diferença entre os imigrantes $\sum_t^{t+5} I$, e os emigrantes $\sum_t^{t+5} E$ aplicando-se a equação para cada sexo e grupo etário em separado, de acordo com o diagrama de Lexis.

Como população de partida foi adoptada a população residente do concelho de Alenquer, efectuando-se o recuo demográfico da população em 12 de Março de 2001 (momento censitário), para 31 de Dezembro de 2000, repartida por sexos e grupos etários quinquenais de acordo com a estrutura censitária.

5.3. Prospectiva da Mortalidade

A análise da mortalidade é de extrema importância na projecção da população de uma região, sendo por conseguinte um dos componentes a incorporar na elaboração dos cenários prospectivos (através das probabilidades de sobrevivência a que os efectivos populacionais serão sujeitos), constituindo o primeiro segmento a ser analisado com o objectivo de fixar uma hipótese de evolução futura fundamentada em dois indicadores chave que permitem definir a estrutura da mortalidade da população em análise: a Esperança Média de Vida (EMV) e a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI).

A taxa de mortalidade infantil (TMI) é um indicador que reflecte bem as condições de vida de uma população. Esta taxa é definida como o quociente entre o número de óbitos com menos de um ano e os nados vivos, por mil habitantes.

No quinquénio de 2000 (inclusive) a 2004 a TMI do concelho de Alenquer cifra-se nos 5,4% ligeiramente acima do valor verificado em 2000, em Portugal (5%) e na média dos países da UE (4,6%).

Outro indicador que poderá auxiliar quanto ao nível sanitário será a esperança de vida à nascença, por sexos separados – tratando-se do número médio de anos que um indivíduo nascido num determinado momento poderá esperar viver, se as condições de mortalidade se mantiverem semelhantes às do momento de referência. No concelho de Alenquer, tendo como referência as taxas de mortalidade de 2001, os homens podem esperar viver em média 74 anos e as mulheres 80 anos, verificando-se assim uma sobremortalidade masculina.

Estes valores, de esperança de vida à nascença, encontram-se abaixo da União Europeia (2001) nos homens (75,3 anos) e nas mulheres (81,4 anos) e de Portugal. Portugal apresenta valores superiores ao concelho de Alenquer no sexo feminino 80,3, mas inferiores no sexo masculino, 73,5, sendo a 1ª vez (em Portugal) que a mulher tem uma esperança de vida superior aos 80 anos.

Assim, optou-se por uma evolução única da mortalidade, adoptando-se como valores a incorporar nos cálculos para o período 2001 a 2010 o Modelo West nível 25 das novas tábuas tipo de Princeton, a que correspondem valores de e_0 de 80 anos para as Mulheres e de 73,88 anos para os Homens com valores da TMI de 6,8%. Para o período de 2010 a 2015 tendo em conta uma evolução positiva das taxas de mortalidade infantil e o aumento da esperança média de vida é proposto o Modelo West nível 26 das novas tábuas tipo de Princeton, a que correspondem valores de e_0 de 82,50 anos para as Mulheres e de 76,19 anos para os Homens com valores da TMI de 4,6%.

5.4. Análise da Natalidade e Fecundidade Geral

O dado mais relevante na análise dos dados estatísticos disponíveis refere-se ao facto da Taxa de Fecundidade Geral em Portugal e na UE ter vindo a decrescer ao longo dos anos: as taxas de fecundidade resumidas através do índice sintético de fecundidade (ISF) evidenciam que os níveis no período compreendido entre 1960 e 2001 se reduziram a metade. De acordo com Carrilho (2002) o ISF para Portugal em 2001 (1,46 crianças por mulher) é ligeiramente inferior ao da média da EU estimado em 1,47. Em 2001, nenhum dos países da EU assegura a substituição das gerações, facto que em Portugal se registou a partir de 1981.

Contrariando a tendência geral da natalidade¹ o concelho de Alenquer apresenta em 2001 uma Taxa Bruta de Natalidade (TBN) de 11,69 crianças por mil habitantes, um aumento de 1,48 por mil, tendo apresentado em 1991 uma TBN de 10,21 crianças por mil habitantes.

¹ O aumento verificado na TFG em 2001 induz-nos a um aumento desta taxa, no entanto seguindo a tendência de Portugal colocamos a hipótese deste aumento se dever às mulheres que nasceram no pós 1974 (boom de

A Taxa de Fecundidade Geral (TFG) que relaciona a população feminina em período fértil com os nascimentos, apresenta também um aumento significativo. Assim em 1991 verifica-se uma TFG de 43,65 crianças por mil mulheres em idade fértil e em 2001 o valor de 47,36 crianças por mil mulheres em idade fértil.

A Fecundidade apresenta nas últimas décadas sinais de mudança radical motivado pelas transformações na sociedade portuguesa com especial relevo no sexo feminino, como exemplo temos: o crescente e contínuo acesso da mulher à educação e ao mercado de trabalho, o retardamento do casamento (devido ao ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho), as práticas de controlo dos nascimentos e o adiamento da idade do primeiro filho. Estas “mudanças” que também se verificam no concelho de Alenquer, de acordo com os dados dos quadros seguintes um aumento da idade média da mulher ao nascimento do 1º filho em 2 anos, assim como o aumento de nascimentos no grupo de idades dos 30 aos 34 anos e dos 35-39 anos, demonstrando que no concelho tal como em Portugal a fecundidade é cada vez mais caracterizada pelo seu envelhecimento.

O Índice Sintético da Fecundidade que expressa o número de crianças por mulher, apesar de apresentar um aumento de 1991 para 2001 não é ainda suficiente para assegurar a substituição das gerações, que apenas é conseguido com 2,1 crianças por mulher, apresentando o valor de 1,52 e 1,53 crianças por mulher, respectivamente, encontra-se abaixo do ISF verificado em Portugal em 1991 e 2001 (1,6 nascimentos por cada mil mulheres em período fértil).

A taxa líquida de reprodução aumentou entre 1991 e 2001 de 0,6 para 0,7, contudo este aumento não significa que a substituição de gerações esteja assegurada ou seja, que cada mãe tenha em média uma filha para a substituir. De facto, o que ocorre em 2001 é que cada mãe ao longo do período fecundo tem em média 0,7 crianças do sexo feminino.

1974) e que se encontram em período fértil, considerando-se assim que a TFG do concelho poderá no próximo decénio apresentar uma diminuição.

Quadro n.º 55 – Indicadores da Natalidade e Fecundidade (por mil mulheres em idade fértil)

Indicadores	1991	2001
Tx. Bruta de Natalidade:	10,21	11,69
Tx. Fecundidade Geral:	43,65	47,36
Idade Média da Fecundidade:	26,62	28,54
Variância da Fecundidade:	28,82	31,08
Descendência Média:	1,52	1,53
Tx. Bruta de Reprodução:	0,74	0,75
Tx. Líquida de Reprodução:	0,68	0,69

Fonte: INE - Recenseamentos de 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas do Estado Civil

Quadro n.º 56 - Taxas de Fecundidade por idades das mães (por mil mulheres em idade fértil) no concelho de Alenquer (1991, 2001)

	1991			2001		
GI	Nasc.	Pop.Fem.	Taxas	Nasc.	Pop.Fem.	Taxas
15-19	37	1285	28,79	21	1154	18,20
20-24	105	1104	95,11	83	1382	60,06
25-29	120	1146	104,71	181	1628	111,18
30-34	63	1174	53,66	122	1477	82,60
35-39	21	1046	20,08	42	1490	28,19
40-44	2	1144	1,75	8	1356	5,90
45-49	0	1074	0,00	1	1183	0,85
Total	348	7973	43,65	458	9670	47,36

Fonte: INE - Recenseamentos de 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas do Estado Civil

Assim, podemos admitir como plausível um cenário que considere no período de 2000 a 2005 a manutenção da TFG, reduzindo o seu valor para 44 nascimentos por mil mulheres no período fértil no período de 2005 a 2015.

5.5. Prospectiva das Migrações

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a população dos países desenvolvidos. No entanto a sua quantificação, sejam migrações internacionais ou internas apresenta ainda dificuldades uma vez que não existe um registo directo dos respectivos acontecimentos.

Um dos métodos indirectos de análise dos movimentos migratórios trata-se da equação de concordância:

$$P_x + n = P_x + (N - O) + (I - E)$$

Se a qualidade dos dados do recenseamento é boa, a equação de concordância possibilitará estimar o crescimento migratório.

Esta equação “base” da demografia permite verificar se a população num determinado período ($P_x + n$) corresponde à população no período anterior (P_x), a que se soma o crescimento natural ($N - O$) e o crescimento migratório ($I - E$).

Partindo do pressuposto de que a qualidade dos dados é boa (uma vez que são de fonte oficial), e de que os nascimentos e os óbitos não estão mal avaliados (estes carecem de um registo directo) considerando-se que a diferença observada de 5829 residentes a mais no concelho se devem à emigração.

Para analisar a evolução da população no horizonte do plano delineou-se 4 cenários possíveis como hipóteses de evolução:

Cenário 1: elaboração de uma **Tendência Pesada Natural** que parte do pressuposto de se considerar uma *população fechada* trabalhando apenas com as componentes Mortalidade e Fecundidade. Considera-se no entanto, um cenário pouco provável;

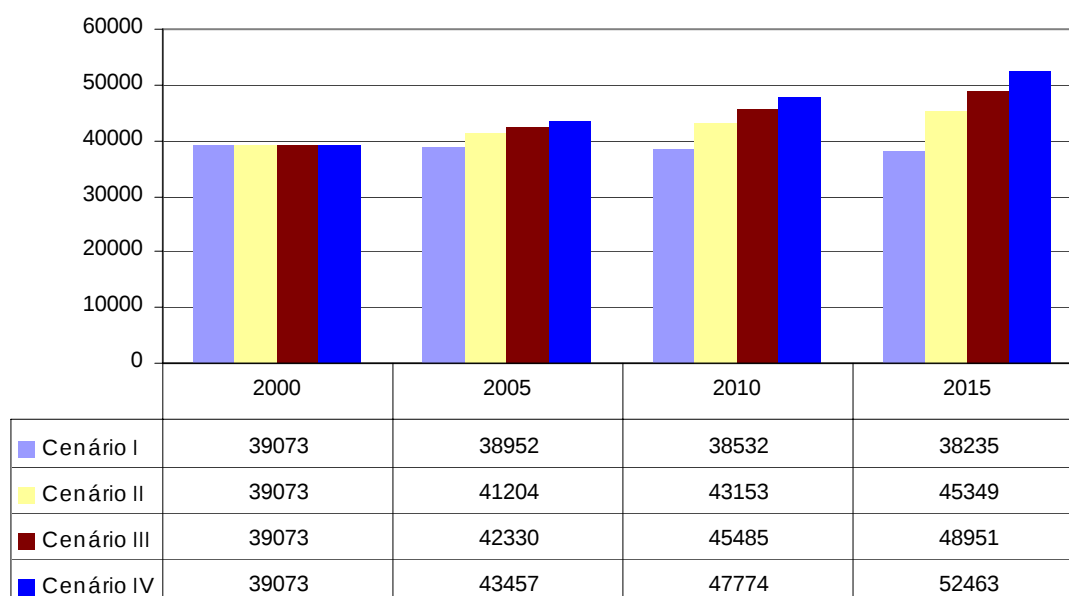
Cenário 2: Atracção Moderada: Crescimento demográfico com a mesma tendência de evolução da década anterior (1991-2001), apresentando uma taxa de crescimento migratório de 1,55% que corresponde a uma população esperada de 43.349 residentes em 2015, considerando-se ser a evolução positiva mas que poderá ficar aquém face às transformações económico-sociais que se esperam para o concelho na próxima década.

Cenário 3: Atracção: esboça um cenário mais optimista até 2015, com um crescimento demográfico superior ao registado na década de 1991-2001, considerando uma taxa de crescimento migratório de 3,1 % que corresponde a uma população esperada de 52.463 residentes. Do diálogo estabelecido com a Autarquia e considerando a evolução prevista do concelho quer face às novas acessibilidades que servirão a nível nacional quer à procura residencial estimada, considera-se que este é o cenário com maior probabilidade de se verificar, por conseguinte o que servirá de base para estimar a população a escolarizar.

Cenário 4: Cenário de Atracção Elevada - Esta hipótese traduz um cenário muito optimista considerando uma taxa de crescimento migratório de 4,7% que corresponde a 59.631 residentes em 2015. Este cenário, apesar de apresentar uma tendência plausível, no entanto menos provável, não será considerado para o cálculo da população a escolarizar.

Apresentação dos Cenários de Evolução:

Gráfico n.º 36 - Evolução da população residente, de acordo com os 4 cenários projectados



Fonte: Diagrama de Léxis – tratamento próprio

Quadro n.º 57 – Variação absoluta e relativa de acordo com os 4 cenários projectados

Cenários de Evolução	Variação absoluta			Variação relativa		
	2000/05	2005/10	2010/15	2000/05	2005/10	2010/15
Cenário I	-122	-419	-298	-0,31	-1,08	-0,77
Cenário II	3257	3154	3466	8,34	7,45	7,62
Cenário III	4383	4317	4689	11,22	9,93	9,82
Cenário IV	6636	6710	7212	16,98	14,68	13,76

Fonte: Diagrama de Léxis – tratamento próprio

Observando a taxa de variação relativa nos vários cenários e períodos de tempo projectados, verifica-se que no cenário tendência pesada natural a população apresenta sempre uma taxa de crescimento negativa, ou seja, considerando apenas a uma “população fechada” sem movimentos migratórios e fundamentalmente imigratórios a prevê-se que a população apresenta um decréscimo até 2015.

Considerando a população projectada no cenário tendência de atracção moderada, observa-se um crescimento positivo até 2015 de 7,62%, apesar deste crescimento ser mais acentuado no quinquénio de 2000/2005, cerca de 8,34%, e uma taxa de crescimento anual médio de 0,47%.

O cenário de atracção apresenta uma população projectada com uma taxa de variação relativa entre os quinquénios sempre positiva, beneficiando dos valores de imigração no concelho. Regista-se uma taxa de crescimento anual médio de 0,73% o que representa um crescimento de 73 indivíduos por cada 100 residentes.

O cenário de atracção elevada projecta para o concelho uma população com uma taxa de crescimento anual médio de 1,92% no decénio de 2005/2015.

Quadro n.º 58 - *Variação relativa da população residente, por cenários e período decenais de 2000/2010 e 2005/2015*

Variação relativa		
	2000/10	2005/15
Cenário I	-1,39	-1,84
Cenário II	16,41	15,64
Cenário III	22,27	20,72
Cenário IV	34,16	30,46

Fonte: Diagrama de Léxis – tratamento próprio

5.6. Projecção Derivada: Projecção da População a Escolarizar

DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA:

Por forma a conhecer a procura dos diferentes níveis de ensino no horizonte temporal até 2015, e tendo por base o cenário prospectivo assumido como o mais plausível – Cenário de Atracção - foi necessário estimar o n.º de efectivos idade a idade, aplicando os coeficientes de interpolação «multiplicadores de Sprague»² e posteriormente reagrupá-los segundo a divisão etária mais coerente com os diversos níveis de ensino.

Quadro n.º 59 - *População residente agrupada por níveis de ensino (2000/2020)*

Nível de Ensino	2000	2005	2010	2015	2020
Pré-Escolar	1235	1598	1897	1832	1991
1º Ciclo	1572	1954	2388	2513	2662
2º Ciclo	789	892	1118	1291	1325
3º Ciclo	1237	1327	1603	1952	2046
Secundário	1353	1466	1599	1931	2218
TOTAL	6187	7238	8605	9519	10243

Fonte: Diagrama de Léxis – tratamento próprio

² Os multiplicadores de Sprague são coeficientes de interpolação auxiliando na estimação de efectivos idade a idade quando dispomos de uma estrutura da população por grupos quinquenais.

Tendo a população a escolarizar reagrupada por níveis de ensino terá de se considerar o rendimento do sistema educativo (taxas de retenção e abandono). As taxas de retenção e abandono adoptadas correspondem ao cálculo da média das taxas verificadas no concelho em 5 anos lectivos (1999/2000 a 2003/2004):

Quadro n.º 60 – Média das Taxas de retenção e abandono por ano de escolaridade

Ano Esc.	Tx de retenção	Tx de abandono
1º ano	0	0
2º ano	13	0,4
3º ano	9	0,3
4º ano	10	0,0
5º ano	13	1,4
6º ano	13	0,9
7º ano	24	3,0
8º ano	17	2,8
9º ano	13	2,2
10º ano	25	14
11º ano	15	9
12º ano	51	11

Fonte: Gabinete da Educação da CMA

Quadro n.º 61 - População com as taxas de produtividade do sistema

Nível Ensino	2000	2005	2010	2015	2020
Pré-escolar	1235	1598	1897	1832	1991
1º Ciclo	1572	2044	2474	2561	2730
2º Ciclo	789	932	1164	1302	1351
3º Ciclo	1237	1325	1615	1945	2027
Secundário	1353	1617	1752	2107	2432
TOTAL	6187	7516	8903	9746	10530

Fonte: Diagrama de Léxis – tratamento próprio

Para além do cálculo da população a escolarizar no concelho, importa a desagregação da informação por freguesia.

Para o efeito³, considerou-se o n.º de alunos no ano lectivo de 2004/05⁴ por freguesia e por níveis de ensino e aplicou-se o seu peso proporcional⁵ à população projectada, obtendo-se

desta forma a população em idade escolar dentro de cada um destes espaços geográficos por nível de escolaridade, partindo-se do pressuposto que este peso se mantém até ao horizonte do plano.

Importa ter em atenção que pelo facto de se tratar de estimativas da população residente, poderão existir diferenças quando comparado com o número de alunos que se encontram no sistema de educação e ensino. Por conseguinte, é importante analisar as taxas de cobertura e de escolaridade que relacionam em cada nível de educação e ensino a população residente com a população que se encontra a frequentar os estabelecimentos de ensino. No caso da Educação Pré-escolar, o número de inscritos pode aumentar, independentemente da evolução demográfica, desde que se verifique um aumento da oferta destes equipamentos. No caso do ensino secundário, apesar de se verificar um aumento demográfico, as taxas de escolaridade revelam que apenas 51,1% da população residente frequenta no concelho este nível de ensino.

Quadro n.º 62 - Variação absoluta e relativa da estimativa do n.º de alunos a escolarizar, por nível de ensino

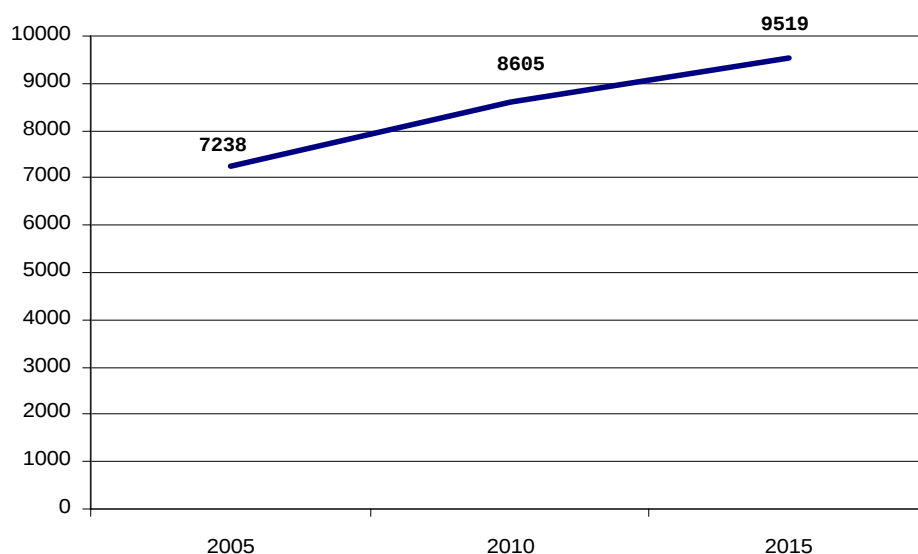
População a Escolarizar	Variação absoluta		Variação relativa	
	2005 / 10	2010 / 15	2005 / 10	2010 / 15
Pré-escolar	299	-65	19%	-3%
1º Ciclo	434	125	22%	5%
2º Ciclo	226	173	25%	15%
3º Ciclo	276	349	21%	22%
Secundário	133	332	9%	21%
TOTAL	1367	914	19 %	11 %

Fonte: Elaboração própria

³ Para se obter o peso das freguesias na população total ponderou-se utilizar o peso da população residente por freguesias (estrutura de 2001) considerando o n.º de fogos a construir por freguesia para os próximos 5 anos com o respectivo índice de lotação. No entanto, após elaborados os cálculos e face ao objectivo das projecções: obter a população a escolarizar, considerou-se com maior fiabilidade determinar esse peso através do n.º de alunos que se encontram no sistema de ensino.

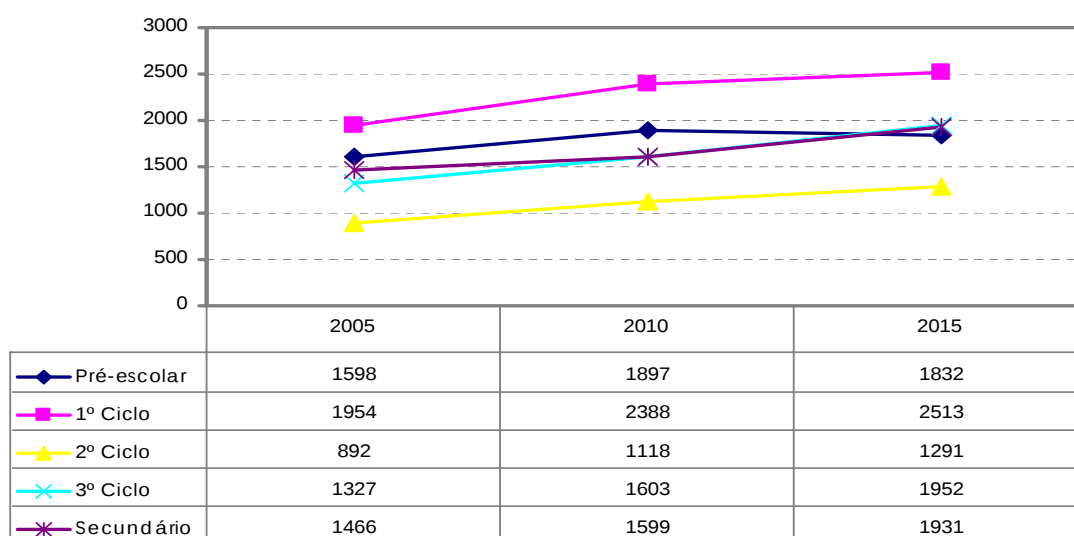
⁴ Este ano lectivo foi definido como ano tendência

⁵ N.º de alunos por freguesia face ao total (por níveis de ensino) considerando o n.º de alunos do ano lectivo 2004/05.

Gráfico n.º 37 – Estimativa do número total de alunos a escolarizar

Fonte: Elaboração própria

O gráfico representado em cima apresenta o somatório de todos os níveis de ensino incluindo a educação pré-escolar. Observando-o, constata-se um aumento da população a escolarizar até ao período de 2010 de 19%, continuando a aumentar até 2015 embora com menor intensidade, 11%.

Gráfico n.º 38 - Estimativa do n.º de alunos a escolarizar, por nível de ensino

Fonte: Elaboração própria

Seguidamente, apresenta-se uma estimativa da população a escolarizar no ano lectivo 2014/15 por freguesia e por nível de ensino.

Quadro n.º 63 - Estimativa da população a escolarizar no ano lectivo 2014/2015, por freguesia e por nível de ensino

Freguesias	Jardim de Infância		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Secundário		Peso Relativo % (Pré-escolar e 1º Ciclo)
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	
Abrigada	148	6	234	10	235	10	342	14			9
A. Galega	130	5	112	5	216	9	381	16			5,75
A. Gavinha	89	4	75	3							3,90
C. Torres	74	3	71	3							3,40
Cadafais	148	6	83	3							5,67
Carregado	267	11	648	27	373	16	616	26			19,93
Meca	59	2	80	3							3,18
Olhalvo	136	5	97	4							5,61
Ota	74	3	74	3							3,46
P. Palhacana	47	2	26	1							1,81
Ribafria	74	3	57	2							3,13
S. Carnota	59	2	62	3							10,51
St.º Estevão	341	14	711	30	477	20	606	25	1931	69	15,50
Triana	0	0	68	3							1,32
Ventosa	119	5	102	4							5,22
V. V. Francos	65	3	62	3							2,98
TOTAL	1832	73	2561	107	1302	54	1945	81	1931	69	100

Fonte: Município de Alenquer e INE – Recenseamento Geral da População, 2001 – Tratamento próprio.

De acordo com a definição dos Territórios Educativos do Concelho de Alenquer, apresenta-se ainda, uma estimativa da população a escolarizar no ano lectivo 2014/2015

Quadro n.º 64 - Estimativa da população a escolarizar no ano lectivo 2014/2015, por Território Educativo

Território Educativo	Jardim de Infância		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Secundário		Peso Relativo %
	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	Alunos	Turmas	
Abrigada	356	14	459	19	235	10	342	14	0	0	19
Merceana	661	26	531	22	216	9	381	16	0	0	28
Alenquer	341	14	779	32	477	20	606	25	1931	69	27
Carregado	474	19	793	33	373	16	616	26	0	0	26

Fonte: Município de Alenquer e INE – Recenseamento Geral da População, 2001 – Tratamento próprio

6. PROPOSTAS DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

Considerando que a qualidade da oferta educativa concelhia não está de acordo com as exigências do ensino e aprendizagem da sociedade actual e após serem analisados os parametros técnicos definidos na legislação, no presente capítulo formulam-se as propostas de reordenamento da rede escolar.

6.1. Princípios Orientadores

Os princípios orientadores referenciados pelo Ministério da Educação definem que “nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade”.¹

Por conseguinte, a rede escolar deverá ser organizada em Territórios Educativos, procurando articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial. Em termos pedagógicos, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados e consolidados em agrupamentos de escolas, preferencialmente segundo lógicas verticais, e complementarmente segundo lógicas horizontais. Por outro lado, a Carta Educativa deverá ter em conta o ordenamento do território, sendo que os territórios educativos deverão ser configurados tendo em consideração os limites administrativos das freguesias, mas também de acordo com a rede de transportes públicos e escolares existente.

De acordo com o DAPP (Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento) do Ministério da Educação (2000), o território educativo é definido como um espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado, devendo promover o desenvolvimento de estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três ciclos do ensino básico e de jardins de infância, de modo a atingir os seguintes objectivos:

- desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos;
- funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio sócio-educativo;
- racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado;
- facilitação dos contactos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos.

Considerando que o parque escolar do concelho necessita de um conjunto de intervenções e que a rede escolar necessita de ser repensada, a elaboração das propostas de reordenamento teve por base a concretização dos seguintes objectivos:

¹ Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento (2000). “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa, Ministério da Educação.

- Garantia da sequencialidade entre os diferentes ciclos do ensino básico, enquanto elemento que propicia o desenvolvimento do percurso escolar dos alunos e reconhecendo que este se deve efectuar, de preferência, numa única escola ou agrupamento de escolas;
- Rentabilização de recursos e meios disponíveis, com base numa gestão rigorosa e racional;
- Superação das situações de isolamento, fomentando a socialização dos alunos e promovendo o espírito de comunidade de modo a prevenir situações de exclusão social;
- Implementação das tecnologias de comunicação e informação (TIC) entendidas como ferramentas fundamentais no percurso escolar dos alunos;
- Criação de um clima securizante, devendo as novas escolas obedecer a critérios de maximização do conforto, bem-estar, higiene e segurança;
- Aumento dos níveis de cobertura da educação pré-escolar pública, como forma de promover o desenvolvimento global da criança e de contribuir para o sucesso da aprendizagem;
- Requalificação do parque escolar, visando a melhoria da oferta educativa e das condições de vivência escolar, promovendo as seguintes medidas:
 - criação e melhoramento de salas de actividades e salas polivalentes, as quais são essenciais no desenvolvimento de actividades educativas e lúdicas;
 - criação e qualificação de diversos espaços de apoio;
 - aumento das áreas de recreio coberto;
 - arranjo dos espaços exteriores;
 - melhoria das condições de climatização dos estabelecimentos.

As propostas foram elaboradas de acordo com os parâmetros técnicos fixados no Decreto-Lei n.º 7/2003, nomeadamente:

- Tipologia dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos;
- Modalidades de agregação entre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos;
- Caracterização dos edifícios e de outras infra-estruturas educativas, bem como do mobiliário e demais equipamento, de acordo com o tipo de escola, número de alunos, exigências pedagógicas e padrões de qualidade e de funcionamento definidos;
- Dimensão padrão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, de modo a estabelecer os limiares mínimo e máximo das crianças e alunos utentes de cada

Jardim de Infância, Escola do Ensino Básico, Escola do Ensino Secundário e Agrupamento de Escolas, tendo em atenção as idades de quem os frequenta e a especificidade dos diferentes níveis de educação e de ensino ministrados em cada um;

6.2. Reordenamento - Identificação dos Territórios Educativos do Concelho de Alenquer

A Carta Educativa, numa lógica de reordenamento da rede escolar, implica a organização espacial da rede em Territórios Educativos, neste sentido, consideramos que os Territórios devem coincidir com os agrupamentos verticais existentes.

As alterações que se preconizam são a verticalização do Agrupamento Horizontal de Escolas de Aldeia Gavinha com a EB 2,3 Visconde Chancelheiros após estarem reunidas as condições necessárias, e a passagem dos estabelecimentos de ensino da freguesia de Santana da Carnota para o Agrupamento do Carregado, após a construção da nova EB1,2,3 da Guizanderia, isto porque, actualmente, a EBI do Carregado não possui capacidade para receber os alunos desta freguesia.

Deste modo, foram definidos 4 Territórios Educativos que a seguir se apresentam:

Território Educativo de Abrigada: abrange as freguesias de Abrigada, Meca, Ota e Cabanas de Torres. Este território tem como escola nuclear a EBI de Abrigada.

Território Educativo de Alenquer: abrange as freguesias de Sto. Estêvão e Triana. Este território educativo tem como escola nuclear a EB2,3 Pêro de Alenquer.

Território Educativo do Carregado: abrange as freguesias do Carregado, Cadafais e Carnota. Este território educativo tem como escola nuclear a EBI do Carregado.

Território Educativo da Merceana: abrange as freguesias de Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Gavinha, Olhalvo, Pereiro de Palhacana, Ribafria, Ventosa e Vila Verde dos Francos. Este território educativo tem como escola nuclear a EB2,3 Visconde Chancelheiros.

Figura n.º 11 – Proposta de Territórios Educativos do Concelho de Alenquer



Fonte: Câmara Municipal de Alenquer

6.3. Programação – Propostas de intervenção na Rede Educativa

As propostas de intervenção da rede educativa resultam dos princípios definidos anteriormente, da análise da rede educativa actual, dos cálculos da rede educativa necessária face à estimativa da procura no horizonte do plano e de situações pontuais resultantes do território em causa.

A apresentação das propostas, é feita por território educativo para a Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, e para o concelho no caso do Ensino Secundário, de acordo com a seguinte sequência:

- Quadro com os equipamentos existentes no ano lectivo 2004/05, estabelecendo uma relação entre a capacidade actual e a respectiva procura em 2014 de acordo com as estimativas;
- Quadro síntese com os estabelecimentos a integrar em cada território educativo.

6.3.1. Descrição das propostas - Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

Seguidamente, apresentam-se as propostas por Território Educativo e por freguesia:

6.3.1.1. Território Educativo de Alenquer - Considerações gerais e descrição das propostas

Quadro n.º 65 - Território Educativo de Alenquer (Equipamentos existentes - JI e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ano lectivo 2004/05)

Território Educativo Alenquer - JI e 1º Ciclo										
Estabelecimentos por Freguesia	Capacidade actual		Procura em 2004/2005		Diferença entre capacidade e procura		Procura em 2014/2015		Diferença entre capacidade e procura/2014	
	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo
St.º Estêvão	125	330	115	462	10	-132				
Triana	0	114	0	44	0	70				
TOTAL - Território Educativo	125	444	115	506	10	-62	341	779	-216	-335

Fonte: Tratamento Próprio

De salientar que a diferença existente entre a capacidade e a procura no ano lectivo 2004/05 ao nível do Jardim de Infância não é real uma vez que o JI das Paredes registou uma taxa de ocupação de 100% e uma elevada lista de espera (64 crianças).

6.3.1.1.1. Freguesia de Santo Estêvão e Freguesia de Triana

Considerando que a sede do Concelho de Alenquer é constituída por estas 2 freguesias e que por esta razão o encaminhamento pedagógico da população escolar nunca teve em conta os limites geográficos destas autarquias, optou-se pela apresentação de uma proposta conjunta;

Considerando que actualmente a freguesia de Santo Estêvão possui apenas um estabelecimento de educação pré-escolar cuja capacidade não responde às necessidades da população (tendo tido nos últimos anos uma taxa de ocupação de 100% e uma elevada lista de espera);

Considerando que o complexo das Paredes (a construir) não terá capacidade suficiente face à procura esperada, mais concretamente, e de acordo com as projecções efectuadas, prevê-se a necessidade de 14 salas de Jardim de Infância enquanto o novo complexo terá apenas capacidade para 8 salas;

Considerando que em termos de 1.º ciclo do Ensino Básico o Complexo das Paredes terá capacidade para 16 turmas, o que será insuficiente para acolher os alunos das EB1 de Paredes e de Alenquer;

Considerando que a freguesia de Triana desloca uma parte da sua população escolar para a freguesia de Santo Estêvão (EB1 de Alenquer) a qual não possui capacidade suficiente, tendo necessidade de funcionar em horários duplos;

Considerando que a EB1 de Alenquer se encontra desactualizada face às actuais exigências da comunidade escolar, nomeadamente, em termos lectivos e de actividades de apoio à família não possuindo condições para a sua ampliação;

Considerando que nos próximos anos lectivos se prevê um crescimento populacional bastante elevado para estas freguesias;

As propostas que se apresentam são a construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Triana e após a sua conclusão, a requalificação e alteração da tipologia da EB1 de Cheganças para JI. Este estabelecimento deverá receber as crianças das localidades de Cheganças e Camarnal.

Em termos de suspensões de escolas, a construção do Complexo das Paredes implicará a suspensão da EB1/JI das Paredes. Relativamente à construção da EB1/JI, esta implicará o encerramento das EB1 de Alenquer, de Cheganças, do Camarnal e da Passinha.

Considerando o número reduzido de crianças que têm frequentado a escola do 1.º ciclo de Pancas, prevê-se a sua suspensão no próximo ano lectivo, sendo os alunos deslocados para a EB1 de Alenquer;

Quadro n.º 66 - Descrição técnica da proposta n.º 1 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Triana

Projecto	Construção de uma EB1/JI	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo	6 turmas de JI 16 turmas de 1.º ciclo	Freguesia de Triana
Instalações	A nova EB1/JI deverá contemplar: - 6 salas de actividades para a valência de JI; - 2 salas polivalentes para prolongamento de horário; - 16 salas de 1.º ciclo; - Salas polivalentes para o 1.º ciclo; - Copa e cozinha; - Gabinete Médico; - Refeitório; - Pavilhão Desportivo; - Instalações sanitárias e vestiários; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

Quadro n.º 67 - Descrição técnica da proposta n.º 2 - Requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Cheganças e alteração da tipologia para JI

Projecto	Requalificação da EB1 de Cheganças – Alteração da tipologia para JI	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar	1 turma	Freguesia de Triana
Instalações	A requalificação deverá contemplar: - Adaptação das salas para JI; - 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - Copa e cozinha; - Gabinete Médico; - Refeitório; - Adaptação das instalações sanitárias; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

6.3.1.2. Território Educativo de Abrigada - Considerações gerais e descrição das propostas

Quadro n.º 68 - Território Educativo de Abrigada (Equipamentos existentes - JI e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ano lectivo 2004/05)

Território Educativo Abrigada - JI e 1.º Ciclo										
Estabelecimentos por Freguesia	Capacidade actual		Procura em 2004/2005		Diferença entre capacidade e procura		Procura em 2014/2015		Diferença entre capacidade e procura/2014	
	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo
Abrigada	50	258	50	152	0	106				
C. Torres	25	72	25	46	0	26				
Meca	25	108	20	52	5	56				
Ota	25	90	25	48	0	42				
TOTAL - Território Educativo	125	528	120	298	5	230	356	459	-231	69

Fonte: Tratamento Próprio

6.3.1.2.1. Freguesia de Abrigada

Relativamente à Educação Pré-Escolar, considerando que as actuais instalações estão desactualizadas face às necessidades da comunidade e que a oferta existente na freguesia não dará resposta às necessidades da procura previsível nos próximos anos;

Considerando a procura prevista para os próximos anos ao nível do 1.º ciclo e a capacidade existente actualmente na EBI de Abrigada;

A proposta que se apresenta para esta freguesia é a construção de uma Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância em Abrigada, que englobe os alunos das localidades de Abrigada, Bairro e Cabanas de Chão.

Ainda relativamente ao 1.º Ciclo prevê-se a suspensão da EB1 do Estribeiro no ano lectivo 2005/06, uma vez que este estabelecimento tem tido nos últimos anos lectivos um número reduzido de alunos. Estes serão acolhidos pela EBI de Abrigada.

Quadro n.º 69 - Descrição técnica da proposta n.º 3 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na localidade de Abrigada

Projecto	Construção de uma EB1/JI	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo do Ensino Básico	6 turmas de JI 10 Turmas do 1.º Ciclo	Freguesia de Abrigada
Instalações	A nova EB1/JI deverá contemplar: - 6 salas de actividades para a valência de JI; - 2 salas polivalentes para prolongamento de horário; - 10 salas para o 1.º ciclo; - 4 salas polivalentes para o 1.º ciclo; - Copa e cozinha; - Pavilhão Desportivo; - Gabinete Médico; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

6.3.1.2.2. Freguesia de Cabanas de Torres

Considerando que o pré-escolar e o 1.º ciclo estão a ser leccionados em estabelecimentos de tipologia antiga e desactualizados às actuais necessidades da comunidade;

Considerando que o pré-escolar tem tido nos últimos anos lectivos uma taxa de ocupação de 100%;

Considerando que na EB1 de Paúla a procura é superior à oferta, o que origina o funcionamento de turmas em regime duplo;

Considerando ainda as projecções de crescimento para esta freguesia;

A proposta que se apresenta é a construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Cabanas de Torres. Esta medida implica o encerramento das EB1 de Cabanas de Torres e da Paúla, bem como do JI de Cabanas de Torres.

Quadro n.º 70 - Descrição técnica da proposta n.º 4 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Cabanas de Torres

Projecto	Construção de uma EB1 /JI	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo do Ensino Básico	3 turmas JI 5 turmas 1.º ciclo	Freguesia de Cabanas de Torres
Instalações	A nova EB1/JI deverá contemplar: - 3 salas para a valência de Jardim de Infância; - 1/2 salas polivalentes para prolongamento de horário; - 5 salas para o 1.º ciclo; - 1/2 salas polivalentes para actividades de tempos livres; - Copa e cozinha; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Pavilhão Desportivo; - Gabinete Médico; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

6.3.1.2.3. Freguesia de Meca

Relativamente à educação pré-escolar, está já prevista a construção de um Jardim de Infância em Meca uma vez que o actual não possui as condições arquitectónicas e pedagógicas adequadas.

No que diz respeito ao 1.º ciclo, está previsto no próximo ano lectivo a suspensão da EB1 de Meca sendo os alunos deslocados para a EB1 de Canados. Relativamente a esta última, numa lógica de adequação da oferta educativa, propomos a sua requalificação e ampliação.

Quadro n.º 71 - Descrição técnica da proposta n.º 5 - Requalificação e ampliação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Canados

Projecto	Requalificação e ampliação da EB1 de Canados	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
1.º Ciclo do Ensino Básico	3 turmas	Freguesia de Meca
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Construção de sala polivalente; - Construção de Refeitório; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Restauro geral do edifício; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.	

Relativamente à EB1 da Espiçandeira, esta será suspensa no próximo ano lectivo passando os alunos para a EB1 de Alenquer.

6.3.1.2.4. Freguesia de Ota

Considerando que o único Jardim de Infância existente na freguesia tem tido nos últimos anos uma taxa de ocupação de 100% e que o 1.º ciclo está a ser leccionado numa escola de tipologia antiga e desactualizada às exigências actuais, propomos a requalificação e ampliação da EB1/JI de Ota.

Quadro n.º 72 - Descrição técnica da proposta n.º 6 - Requalificação e ampliação da Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância de Ota

Projecto	Requalificação e ampliação da EB1/JI de Ota	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo	2 turmas JI 3 turmas 1.º ciclo	Freguesia de Ota
Instalações	A requalificação do edifício deverá contemplar: - 2 salas para a valência de Jardim de Infância; - 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - 3 salas para o 1.º ciclo; - 1 sala polivalente para o 1.º ciclo; - Copa e cozinha; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Gabinete Médico; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

Ainda relativamente ao 1.º ciclo, está prevista a suspensão da EB1 da Base Aérea da Ota passando os alunos para a EB1 de Cheganças.

6.3.1.3. Território Educativo do Carregado - Considerações gerais e descrição das propostas

Quadro n.º 73 - Território Educativo do Carregado (Equipamentos existentes - JI e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ano lectivo 2004/05)

Território Educativo Carregado - JI e 1º Ciclo										
Estabelecimentos por Freguesia	Capacidade actual		Procura em 2004/2005		Diferença entre capacidade e procura		Procura em 2014/2015		Diferença entre capacidade e procura/2014	
	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo
Carregado	100	360	90	421	10	-61				
Cadafais	50	90	50	54	0	36				
S. Carnota	25	84	20	40	5	44				
TOTAL - Território Educativo	175	534	160	515	15	19	474	793	-299	-259

Fonte: Tratamento Próprio

De salientar que a diferença existente entre a capacidade e a procura no ano lectivo 2004/05 ao nível do Jardim de Infância não é real uma vez que o JI do Carregado teve uma taxa de ocupação de 100% e uma lista de espera de 40 crianças.

6.3.1.3.1. Freguesia de Cadafais

Considerando que o JI de Cadafais não possui as melhores condições, nomeadamente, para a realização de actividades de apoio à família e que em termos de oferta possui apenas uma sala de actividades;

Considerando o crescimento previsto para os próximos anos nesta freguesia;

Considerando que o 1.º ciclo está a ser leccionado numa escola desactualizada face às necessidades da comunidade educativa;

A proposta que se apresenta para esta freguesia é a construção de uma Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância na freguesia, o que levará à suspensão da EB1 e do JI de Cadafais.

Quadro n.º 74 - Descrição técnica da proposta n.º 7 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na localidade de Cadafais

Projecto	Construção de uma EB1 / JI	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo	2 turmas de JI 4 turmas de 1.º ciclo	Freguesia de Cadafais
Instalações	O novo JI deverá contemplar: - 2 salas para a valência de Jardim de Infância; - 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - 4 salas para o 1.º ciclo; - 1 sala polivalente para o 1.º ciclo; - Copa e cozinha; - Refeitório; - Pavilhão Desportivo; - Instalações sanitárias e vestiário; - Gabinete Médico; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

Considerando que a EB1/JI de Casais da Marmeleira funciona apenas com uma sala para cada valência, oferta que se considera insuficiente face à procura que é esperada para os próximos anos;

Considerando que o complexo que irá ser construído na localidade da Guizanderia terá capacidade para receber os alunos do 1.º ciclo da EB1/JI de Casais da Marmeleira;

Propõe-se a requalificação da EB1/JI de Casais da Marmeleira (ainda que esta se encontre em bom estado de conservação) e a alteração da tipologia para JI, bem como, a passagem dos alunos da EB1 de Refugidos para a EB1 de Cadafais (após a construção do complexo da Guizanderia, uma vez que esta última se encontra actualmente a receber alunos que deveriam ir para as escolas do Carregado).

Quadro n.º 75 - Descrição técnica da proposta n.º 8 - Requalificação da EB1/JI de Casais da Marmeleira (Alteração da tipologia para JI)

Projecto	Requalificação da EB1/JI de Casais da Marmeleira (Alteração da tipologia para JI)	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar	2 turmas	Freguesia de Cadafais
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Construção de sala polivalente para prolongamento de horário; - Construção de Refeitório; - Restauro geral do edifício; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.	

6.3.1.3.2. Freguesia de Carregado

Considerando que as principais carências deste território educativo estão na freguesia do Carregado, onde a actual oferta é manifestamente insuficiente quer ao nível do pré-escolar quer do 1.º ciclo do Ensino Básico;

Considerando que se prevê para esta freguesia um crescimento populacional acentuado nos próximos anos;

Considerando que a construção da EB1,2,3 da Guizanderia não irá ter capacidade para responder à procura previsível ao nível do 1.º ciclo;

Considerando que o Jardim de Infância do Carregado funciona em instalações provisórias e com falta de condições físicas;

Considerando que este JI tem tido nos últimos anos uma taxa de ocupação de 100% e que possui actualmente uma elevada lista de espera;

As propostas que se apresentam para esta freguesia são: ao nível do pré-escolar a construção de um Jardim de Infância na localidade do Carregado, ao nível do 1.º ciclo o aumento do número de salas na EB1,2,3 da Guizanderia (acréscimo de 6 salas).

Quadro n.º 76 - Descrição técnica da proposta n.º 9 - Construção de um Jardim de Infância na localidade do Carregado

Projecto	Construção de um Jardim de Infância	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar	11 Turmas	Freguesia de Carregado
Instalações	O novo JI deverá contemplar: - 11 salas de actividades para a valência de Jardim de Infância; - Salas polivalentes para prolongamento de horário; - Copa e cozinha; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Gabinete Médico; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

Ainda relativamente à educação pré-escolar, uma vez que se prevê a deslocação dos alunos da EB1 da Guizanderia para o futuro complexo (EB1,2,3) propomos a alteração da tipologia para JI.

Quadro n.º 77 - Descrição técnica da proposta n.º 10 - Requalificação da EB1 da Guizanderia (Alteração da tipologia para JI)

Projecto	Requalificação da EB1 da Guizanderia (Alteração da tipologia para JI)	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar	2 turmas	Freguesia do Carregado
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Adaptação de 2 salas de actividades; - Construção de 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - Construção de Refeitório; - Restauro geral do edifício; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.	

Relativamente ao 1.º ciclo do Ensino Básico, considerando que a freguesia se debate com carências ao nível das instalações, facto que tem implicado a existência de turmas em regime duplo na P3 do Carregado e a deslocação de alunos para escolas fora da sua área de residência (EB1 da Guizanderia, EB1 da Torre, Cadafais e Casais da Marmeleira);

Propõe-se que o novo Complexo da Guizanderia deva receber os alunos das EB1 da Guizanderia e Casais da Marmeleira e também uma parte dos alunos da P3 do Carregado, de modo a que este último estabelecimento passe a funcionar em regime normal. Esta medida implica a suspensão das EB1 da Guizanderia e Casais da Marmeleira.

Numa lógica de melhoria da qualidade da oferta educativa, propõe-se ainda, a requalificação e ampliação da EB1 do Carregado (P3) e da EB1 da Torre.

Quadro n.º 78 - Descrição técnica da proposta n.º 11 - Requalificação e ampliação da Escola Básica do 1.º Ciclo (P3) do Carregado

Projecto		Requalificação e ampliação da EB1 do Carregado	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização	
1.º Ciclo	5 turmas	Freguesia do Carregado	
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Construção de 2 salas polivalentes; - Construção de Refeitório; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Restauro geral do edifício; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.		

Quadro n.º 79 - Descrição técnica da proposta n.º 12 - Requalificação e ampliação da Escola Básica do 1.º Ciclo da Torre

Projecto	Requalificação e ampliação da EB1 da Torre	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
1.º Ciclo	2 turmas	Freguesia do Carregado
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Construção de 1 sala polivalente; - Construção de Refeitório; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Restauro geral do edifício; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.	

6.3.1.3.3. Freguesia de Santana da Carnota

Considerando que o número de alunos nas EB1 de Eiras e Pipa tem sido bastante reduzido nos últimos anos lectivos e que a EB1 de Santana da Carnota não possui capacidade para receber estes alunos, nem para ser alvo de obras de ampliação;

A proposta que se apresenta para esta freguesia é a construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo na freguesia com capacidade para acolher os alunos destas três escolas. A concretização desta proposta terá como consequência a suspensão da EB1 de Eiras, Pipa e Santana da Carnota.

Quadro n.º 80 - Descrição técnica da proposta n.º 13 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo na freguesia de Santana da Carnota

Projecto	Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
1.º Ciclo	4 turmas	Freguesia de Carnota
Instalações	O edifício a construir deverá contemplar: - 4 salas de aula; - 1 a 2 salas polivalentes; - Centro de Recursos; - Gabinete Médico; - Refeitório; - Pavilhão Desportivo; - Instalações sanitárias; - Gabinetes e salas de trabalho; - Arrecadações; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

Ao nível do pré-escolar, considerando o crescimento populacional previsto para esta freguesia e a concretização da construção da nova EB1, propomos a ampliação e requalificação do Jardim de Infância de Santana da Carnota.

Quadro n.º 81 - Descrição técnica da proposta n.º 14 – Requalificação e ampliação do Jardim de Infância de Santana da Carnota

Projecto	Requalificação e ampliação do JI de Santana da Carnota	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar	2 turmas	Freguesia de Carnota
Instalações	A ampliação do jardim deverá contemplar: - Mais uma sala de actividades (2 no total) - 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - Refeitório; - Instalações sanitárias; - Arrecadações; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado; - Requalificação do espaço exterior descoberto.	

6.3.1.4. Território Educativo da Merceana - Considerações gerais e descrição das propostas

Quadro n.º 82 - Território Educativo da Merceana (Equipamentos existentes - JI e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ano lectivo 2004/05)

Território Educativo Merceana- JI e 1º Ciclo										
Estabelecimentos por Freguesia	Capacidade actual		Procura em 2004/2005		Diferença entre capacidade e procura		Procura em 2014/2015		Diferença entre capacidade e procura / 2014	
	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo	JI	1.º ciclo
Aldeia Galega	50	120	44	73	6	47				
Aldeia Gavinha	50	66	30	49	20	17				
Olhalvo	50	96	46	63	4	33				
Pereiro Palhacana	25	18	16	17	9	1				
Ribafria	25	42	25	37	0	5				
Ventosa	50	126	40	66	10	60				
Vila Verde dos Francos	25	66	22	40	3	26				
TOTAL - Território Educativo	275	534	223	345	52	189	660	531	-385	3

Fonte: Tratamento Próprio

6.3.1.4.1. Freguesia de Aldeia Galega da Merceana

Considerando que nesta freguesia existem várias escolas com um número reduzido de alunos, a proposta que se apresenta é a construção de uma Escola Básica Integrada que integre os alunos de toda a freguesia;

Considerando que a EB1 de Casais Brancos tem tido nos últimos anos lectivos um reduzido número de alunos e uma vez que a proposta relativa à construção da EBI na freguesia deverá ser concretizada a médio/longo prazo, propõe-se a passagem dos alunos deste estabelecimento para a EB1 do Paiol, para tal, este estabelecimento deverá ser alvo de obras de ampliação/requalificação;

A construção da EBI implica a suspensão de todas as EB1 da freguesia (Aldeia Galega, Arneiro, Merceana e Paiol);

Considerando a passagem dos alunos da EB1/JI da Merceana para a nova EBI, propõe-se a requalificação deste estabelecimento, bem como a alteração da sua tipologia para JI.

Quadro n.º 83 - Descrição técnica da proposta n.º 15 - Construção de uma Escola Básica Integrada na freguesia de Aldeia Galega da Merceana

Projecto	Construção de uma Escola Básica Integrada	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
1.º , 2.º e 3.º Ciclos	8 turmas do 1.º ciclo 15 turmas do 2.º e 3.º ciclos	Freguesia de Aldeia Galega
Instalações	A definir	

Quadro n.º 84 - Descrição técnica da proposta n.º 16 - Requalificação e ampliação da EB1 do Paiol

Projecto		
Requalificação e ampliação da EB1 do Paiol		
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
1.º Ciclo	2 turmas	Freguesia de Aldeia Galega
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Construção de sala polivalente; - Construção de refeitório; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Restauro geral do edifício; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.	

Quadro n.º 85 - Descrição técnica da proposta n.º 17 - Requalificação e ampliação da EB1/JI da Merceana e Alteração da tipologia para JI

Projecto		
Requalificação da EB1 da Merceana Passagem apenas a JI		
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar	3 turmas	Freguesia de Aldeia Galega
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Adaptação das salas a JI; - Construção de 1 sala de actividades e 1 sala polivalente; - Restauro geral do edifício; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.	

6.3.1.4.2. Freguesia de Aldeia Gavinha

Relativamente à Educação Pré-Escolar, considerando que o Jardim de Infância de Aldeia Gavinha não possui as condições desejáveis quer para o funcionamento lectivo quer para as actividades de apoio à família;

Considerando ainda a construção de uma EBI na freguesia de Aldeia Galega;

As propostas que se apresentam para esta freguesia são: a passagem dos alunos da EB1 de Aldeia Gavinha para a EBI a construir e a consequente requalificação do edifício e alteração da tipologia para JI. A concretização destas propostas implica a suspensão da EB1 de Aldeia Gavinha.

Quadro n.º 86 - Descrição técnica da proposta n.º 18 - Requalificação da EB1 de Aldeia Gavinha e Alteração da tipologia para JI

Projecto	Requalificação da EB1 de Aldeia Gavinha e Alteração da tipologia para JI	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar	2 turmas	Freguesia de Aldeia Gavinha
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Adaptação das salas a JI; - Construção de sala polivalente para prolongamento de horário; - Construção de Refeitório; - Restauro geral do edifício; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.	

No que diz respeito à escola do 1.º ciclo do Freixial, tendo em conta a procura reduzida nos últimos anos lectivos, propomos a sua suspensão no ano lectivo 2007/08. Uma vez que esta escola recebe alunos de duas freguesias distintas, propomos que os alunos residentes no Freixial de Cima sejam acolhidos pela EB1 da Cortegana e que os alunos residentes no Freixial do Meio sejam transferidos para a EB1 de Aldeia Gavinha e posteriormente para a EBI.

6.3.1.4.3. Freguesia de Olhalvo

Considerando que ao nível do pré-escolar, a oferta existente na freguesia está concentrada apenas no Jardim de Infância de Penafirme da Mata;

Considerando que o 1.º ciclo nas localidades de Pocariça e Olhalvo está a ser leccionado em escolas de tipologia antiga e desactualizadas face às exigências actuais do ensino e da comunidade escolar;

A principal proposta que se apresenta para esta freguesia é a construção de uma Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Olhalvo, que deverá acolher os alunos das EB1 de Olhalvo e Pocariça. Esta proposta leva à suspensão destas escolas.

Quadro n.º 87 - Descrição técnica da proposta n.º 19 - Construção de Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Olhalvo

Projecto		
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Olhalvo		
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo	3 turmas de JI 5 Turmas do 1.º Ciclo	Freguesia de Olhalvo
Instalações	A nova EB1/JI deverá contemplar: - 3 salas de actividades para JI; - 2 salas polivalentes para prolongamento de horário; - 5 salas para o 1.º ciclo; - Salas polivalentes para o 1.º ciclo; - Copa e cozinha; - Pavilhão Desportivo; - Gabinete Médico; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

Considerando que a proposta definida não é prioritária, e logo, não se prevê que a sua concretização seja a curto prazo, numa lógica de melhoria da qualidade da oferta educativa, propõe-se a requalificação e ampliação da EB1 da Pocariça.

Quadro n.º 88 - Descrição técnica da proposta n.º 20 - Requalificação e ampliação da EB1 de Pocariça

Projecto	Requalificação e ampliação da EB1 de Pocariça	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
1.º Ciclo	2 turmas	Freguesia de Olhalvo
Instalações	A requalificação do edifício existente deverá contemplar: - Construção de 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - Construção de refeitório; - Reabilitação das instalações sanitárias; - Climatização; - Restauro geral do edifício; - Requalificação do espaço exterior; - Mobiliário, material didáctico e audiovisual diverso e adequado.	

6.3.1.4.4. Freguesia do Pereiro de Palhacana

Considerando que as principais carências na freguesia situam-se ao nível do 1.º ciclo uma vez que a EB1 funciona em instalações provisórias cedidas pela Junta de Freguesia;

A proposta que se apresenta para esta freguesia é a ampliação do Jardim de Infância e a alteração da tipologia para Escola Básica do 1.º ciclo com Jardim de Infância.

Quadro n.º 89 - Descrição técnica da proposta n.º 21 - Requalificação e ampliação do JI do Pereiro de Palhacana e alteração da tipologia para EB1/JI

Projecto	Requalificação e Ampliação do JI do Pereiro de Palhacana e alteração da tipologia para EB1/JI	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré - Escolar 1.º Ciclo	1 turma de JI 2 turmas de 1.º Ciclo	Freguesia do P. Palhacana
Instalações	A ampliação do JI deverá contemplar: - 2 sala de aulas para o 1.º ciclo; - Sala polivalente; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Gabinete Médico; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

6.3.1.4.5. Freguesia de Ribafria

Relativamente à Educação Pré-Escolar, considerando que na freguesia a oferta existente é de apenas uma sala de jardim de infância;

Considerando que o 1.º ciclo do Ensino Básico está a ser leccionado em escolas de tipologia antiga e desactualizadas às exigência actuais do ensino;

Considerando que a oferta existente na EB1/JI de Ribafria não responde à procura, o que implica a existência de turmas em regime duplo;

A proposta que se apresenta para esta freguesia é a construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância. Este estabelecimento deverá receber os alunos das localidades de Azedia e Ribafria, o que implica a suspensão das respectivas EB1.

Quadro n.º 90 - Descrição técnica da proposta n.º 22 - Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Ribafria

Projecto		
Construção de uma EB1/JI na Freguesia de Ribafria		
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo	2 Turmas de JI 4 Turmas do 1.º Ciclo	Freguesia de Ribafria
Instalações	A nova EB1/JI deverá contemplar: - 2 salas de actividades para o JI; - 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - 4 salas para o 1.º ciclo; - 1 sala polivalente para o 1.º ciclo; - Copa e cozinha; - Gabinete Médico; - Refeitório; - Pavilhão Desportivo; - Instalações sanitárias e vestiário; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

6.3.1.4.6. Freguesia de Ventosa

Numa lógica de adequação da oferta educativa, a principal proposta que se apresenta para esta freguesia é a requalificação e ampliação da EB1/JI da Cortegana, de modo a que este estabelecimento possa receber os alunos de todas as EB1 da freguesia. Neste sentido, após a concretização desta proposta as EB1 da Labrugeira e de Vila Chã serão suspensas. Relativamente às EB1 de Penedos e de Penafirme da Ventosa está prevista a sua suspensão no ano lectivo 2006/07 e a passagem dos alunos para a EB1 da Cortegana.

Quadro n.º 91 - Descrição técnica da proposta n.º 23 - Requalificação e ampliação da EB1/JI da Cortegana

Projecto		
Requalificação e ampliação da EB1/JI da Cortegana		
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo	2 turmas de JI 5 turmas de 1.º Ciclo	Freguesia de Ventosa
Instalações	A requalificação do edifício existente deverá contemplar: - 2 salas de actividades para a valência de JI; - 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - 5 salas de aula destinadas ao 1.º ciclo; - 1 sala polivalente para o 1.º ciclo; - Espaço Desportivo; - Copa e cozinha; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Gabinete Médico; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

Relativamente à Educação Pré-Escolar, considerando a evolução demográfica previsível e a passagem dos alunos do 1.º ciclo da EB1/JI da Labrugeira para a EB1/JI da Cortegana (após a respectiva requalificação e ampliação), propomos a requalificação da EB1/JI da Labrugeira e a alteração da tipologia para JI.

Quadro n.º 92 - Descrição técnica da proposta n.º 24 - Requalificação da EB1/JI da Labrugeira e Alteração da tipologia para JI

Projecto	Requalificação da EB1/JI da Labrugeira e alteração da tipologia para JI	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar	2 turmas	Freguesia de Ventosa
Instalações	A requalificação do edifício actualmente existente deverá contemplar: - Adaptação das salas a JI; - Construção de 1 sala polivalente para prolongamento de horário; - Copa e cozinha; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Gabinete Médico; - Pavilhão Desportivo; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado.	

6.3.1.4.7. Freguesia de Vila Verde dos Francos

Considerando que a oferta ao nível do pré-escolar não está adequada às necessidades actuais, quer ao nível das actividades lectivas, quer ao nível das actividades de apoio à família;

Considerando que a EB1 de Vila Verde dos Francos está desactualizada face às exigências actuais do ensino;

Considerando ainda o crescimento populacional previsto;

Propõe-se a construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Vila Verde dos Francos, o que implicará a suspensão do JI e das EB1 de Vila Verde dos Francos e de Lapaduços.

Quadro n.º 93 - Descrição técnica da proposta n.º 25 – Construção de uma Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância na freguesia de Vila Verde dos Francos

Projecto	Construção de uma Escola Básica com Jardim de Infância	
Nível de Ensino	Capacidade de Turmas	Localização
Pré-Escolar 1.º Ciclo	2 turmas de JI 4 turmas de 1.º ciclo	Freguesia de Vila Verde dos Francos
Instalações	O novo JI deverá contemplar: - 2 salas de actividades para o JI; - 1 sala polivalente para o prolongamento de horário; - 4 salas para o 1.º ciclo; - 1 sala polivalente para o 1.º ciclo; - Copa e cozinha; - Refeitório; - Instalações sanitárias e vestiário; - Gabinete Médico; - Pavilhão Desportivo; - Arrecadações; - Gabinetes; - Espaço exterior coberto e descoberto; - Mobiliário e material didáctico adequado;	

6.3.2. Medidas de intervenção – 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

Considerando que está protocolada com o Ministério da Educação, a construção da Escola Básica 1,2,3 da Guizanderia;

Considerando que o número de alunos do 2.º e 3.º ciclos tem aumentado nos últimos anos lectivos e que a oferta das instalações é, de modo geral insuficiente;

Considerando que não existe oferta ao nível do ensino profissional no concelho, o que leva os alunos a deslocarem-se para outros concelhos vizinhos;

Considerando que existe apenas uma escola secundária no concelho, o que obriga os alunos que residem em zonas geograficamente mais distantes e pior servidas em termos de transportes públicos a tempos de deslocação mais demorados;

Considerando que a Escola Secundária está lotada e sem possibilidade de ampliação;

Considerando que a Escola Secundária Damião de Goes e a Escola Básica 2,3 Pêro de Alenquer funcionam em edifícios separados, embora no mesmo perímetro escolar;

Considerando o aumento demográfico previsto para estes níveis de ensino;

Considerando que a EB2,3 Pêro de Alenquer e a EB2,3 Visconde Chancelheiros se encontram lotadas e sem possibilidade de ampliação;

As propostas que se apresentam para o 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, bem como para o ensino secundário são as seguintes:

- Fusão da EB2,3 Pêro de Alenquer com a Escola Secundária Damião de Goes de modo a que esta possua capacidade para a oferta de cursos profissionais;
- Construção de uma EB2,3 na freguesia de Triana;
- Construção de uma EB2,3 na freguesia de S. Estêvão;

De salientar que com estas duas últimas propostas, os territórios educativos apresentados ficarão com uma nova configuração.

- Construção de uma EB1,2,3 na freguesia de Aldeia Galega da Merceana e a alteração da tipologia da actual Visconde Chancelheiros a Escola Secundária. Propomos ainda, que esta nova secundária possua capacidade para a abertura de cursos profissionais.

Em termos de encaminhamentos pedagógicos seriam:

Escola Secundária Damião de Goes – freguesias de Abrigada, Cabanas de Torres, Cadafais, Carregado, Meca, Ota, Santana da Carnota, Santo Estêvão, Triana.

Nova Secundária na freguesia de Aldeia Galega – freguesias de Aldeia Galega da Merceana, Aldeia Gavinha, Olhalvo, Pereiro de Palhacana, Ribafria, Ventosa, Vila Verde dos Francos.

Quadro n.º 94 - Síntese das Propostas

Propostas
Território Educativo de Alenquer
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Triana
Requalificação da EB1 de Cheganças e alteração da tipologia para JI
Construção de uma EB2,3 na freguesia de Triana
Construção de uma EB2,3 na freguesia de Sto. Estêvão
Território Educativo de Abrigada
Construção de uma EB1/JI na localidade de Abrigada
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Cabanas de Torres
Requalificação e ampliação da EB1 Canados
Requalificação e ampliação da EB1/JI de Ota
Território Educativo do Carregado
Construção de uma EB1/JI na localidade de Cadafais
Requalificação da EB1/JI de Casais da Marmeleira e alteração da tipologia para JI
Construção de um Jardim de Infância na localidade do Carregado
Requalificação da EB1 da Guizanderia e alteração da tipologia para JI
Requalificação e ampliação da EB1 (P3) do Carregado
Requalificação e ampliação da EB1 da Torre
Construção de uma EB1 na freguesia de Santana da Carnota
Requalificação e ampliação do Jardim de Infância de Santana da Carnota e alteração da tipologia para JI
Território Educativo da Merceana
Construção de uma EBI na freguesia de Aldeia Galega
Requalificação e ampliação da EB1 do Paiol
Requalificação e ampliação da EB1/JI da Merceana e alteração da tipologia para JI
Requalificação e ampliação da EB1 de Aldeia Gavinha e alteração da tipologia para JI
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Olhalvo
Requalificação e ampliação da EB1 de Pocariça
Requalificação e ampliação do JI do Pereiro de Palhacana e alteração da tipologia para EB1/JI
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Ribafria
Requalificação e ampliação da EB1/JI da Cortegana
Requalificação da EB1/JI da Labrugeira e alteração da tipologia para JI
Construção de uma EB1/JI na localidade de Vila Verde dos Francos
Adaptação da EB2,3 Visconde Chancelheiros e alteração da tipologia para Escola Secundária
Fusão da EB2,3 Pêro de Alenquer com a Escola Secundária Damião de Goes

6.3.3. Programa de Execução

De acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, deve ser apresentada a calendarização das propostas de reordenamento, numa perspectiva de médio e longo prazo.

Manifestando todo o interesse do actual executivo camarário na aplicação das medidas aqui preconizadas, é de todo pertinente que se proceda ao reordenamento proposto, no entanto, isso só será possível após a construção de duas grandes obras que já estão protocoladas com o Ministério da Educação: o complexo das Paredes e a Escola Básica 1,2,3 da Guizanderia. Consideramos ainda fundamental a proposta de construção de uma Escola Básica Integrada na freguesia da Merceana. A construção destes estabelecimentos é essencial no reordenamento da rede educativa, uma vez que só com a sua conclusão se pode dar início às requalificações e ampliações propostas para outros estabelecimentos de ensino.

A hierarquização das propostas resultou de uma definição de prioridades, a qual será acompanhada do respectivo cronograma de execução. A calendarização definida reporta-se ao início do processo de aquisição de terrenos, elaboração de projectos e realização de tarefas administrativas.

Quadro n.º 95 - Hierarquização das Propostas e Cronograma de Execução

Hierarquização das propostas apresentadas	Calendarização						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Requalificação e ampliação da EB1/JI da Cortegana							
Requalificação e ampliação da EB1 Canados							
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Triana							
Construção de uma EB2,3 na freguesia de Triana							
Construção de uma EB2,3 na freguesia de Sto. Estevão							
Requalificação e ampliação do JI do Pereiro de Palhacana e alteração da tipologia para EB1/JI							
Construção de um JI na localidade do Carregado							
Requalificação e ampliação da EB1 (P3) do Carregado							
Requalificação e ampliação da EB1 de Pocariça							
Requalificação e ampliação da EB1 do Paiol							
Requalificação e ampliação da EB1 da Torre							
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Cabanas de Torres							
Construção de uma EB1 na freguesia de Santana da Carnota							
Construção de uma EBI na freguesia de Aldeia Galega da Merceana							
Requalificação da EB1/JI da Labrugeira e alteração da tipologia para JI							
Construção de uma EB1/JI na localidade de Vila Verde dos Francos							
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Ribafria							
Construção de uma EB1/JI na localidade de Abrigada							
Requalificação e Ampliação da EB1/JI de S. Carnota - Passagem a JI							
Requalificação da EB1 de Cheganças – Alteração da tipologia para JI							
Requalificação da EB1 de Aldeia Gavinha e passagem a JI							
Requalificação e ampliação da EB1/JI da Merceana							
Requalificação e ampliação da EB1/JI de Ota							
Construção de uma EB1/JI na localidade de Cadafais							
Requalificação da EB1/JI de Casais da Marmeleira							
Construção de uma EB1/JI na localidade de Olhalvo							
Requalificação da EB1 da Guizanderia e Alteração da tipologia para JI							
Adaptação da EB2,3 Visconde Chancelheiros a Escola Secundária							
Construção da Escola Básica 1,2,3 da Guizanderia							

6.3.4. Programação Financeira

Segundo a alínea c) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto Lei 7/2003 de 15 de Janeiro, na carta educativa deve constar um plano de financiamento com a estimativa de custos da realização das propostas apresentadas. Cabe ao Município e ao Ministério da Educação a cabimentação das verbas para as realizações propostas (art.ºs 22.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 7/2003).

A construção ou requalificação dos edifícios terá de ser feita recorrendo a programas de apoio e financiamento existentes ou que poderão ser criados para o efeito. Por outro lado, sempre que se verifique necessidade, os edifícios escolares alienados deverão ser utilizados com fins de apoio à comunidade.

Quadro n.º 96 – Orçamento dos investimentos em terrenos e construção de edifícios

Propostas	N.º de Salas de Aula		Terreno da Construção			Construção			Total de Investimento
	EB1	JI	Área (M2)	Custo / M2	Total (€)	Área (M2)	Custo / M2	Total (€)	(€)
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Triana	16	6	10765,44	65,00 €	699.754 €	2937,00	525,00 €	1.541.925 €	2.241.678,60 €
Construção de uma EB1/JI na localidade de Abrigada	10	6	7862,40	65,00 €	511.056 €	2145,00	525,00 €	1.126.125 €	1.637.181,00 €
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Cabanas de Torres	5	3	4071,60	40,00 €	162.864 €	1072,50	525,00 €	563.063 €	725.926,50 €
Construção de uma EB1/JI na localidade de Cadafais	4	2	2547,36	55,00 €	140.105 €	671,00	525,00 €	352.275 €	492.379,80 €
Construção de um Jardim de infância (JI) na localidade do Carregado	0	11	4752,00	95,00 €	451.440 €	1650,00	525,00 €	866.250 €	1.317.690,00 €
Construção de uma EB1 na freguesia de Santana da Carnota	4	0	1935,36	50,00 €	96.768 €	595,20	525,00 €	312.480 €	409.248,00 €
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Olhalvo	5	3	3931,20	60,00 €	235.872 €	1072,50	525,00 €	563.063 €	798.934,50 €
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Ribafria	4	2	2547,36	55,00 €	140.105 €	671,00	525,00 €	352.275 €	492.379,80 €
Construção de uma EB1/JI na localidade de Vila Verde dos Francos	4	2	2547,36	50,00 €	127.368 €	671,00	525,00 €	352.275 €	479.643,00 €
TOTAIS	52	35			2.565.331 €			6.029.730 €	8.595.061 €

Quadro n.º 97 - Orçamento dos Investimentos em Requalificações e Ampliações					
Propostas	N.º de Salas de Aula		Instalações a Reconverter / Adaptar	Instalações a Construir	Total Investimento
	EB1	JI	Total (€)	Total (€)	
Requalificação da EB1 de Cheganças e alteração da tipologia para JI	0	1	126.162,00 €	12.000,00 €	138.162,20 €
Requalificação e ampliação da EB1 de Canados	3	0	159.850,00 €	96.860,00 €	256.710,00 €
Requalificação e ampliação da EB1/JI de Ota	3	2	180.930,00 €	246.485,00 €	427.415,00 €
Requalificação da EB1/JI de Casais da Marmeleira e alteração da tipologia para JI	0	2	93.300,00 €	57.625,00 €	150.925,00 €
Requalificação da EB1 da Guizanderia e alteração da tipologia para JI	0	2	133.100,00 €	70.225,00 €	203.325,00 €
Requalificação e ampliação da EB1 da Torre	2	0	85.560,00 €	55.840,00 €	141.400,00 €
Requalificação e ampliação da EB1 do Carregado	5	0	255.800,00 €	127.100,00 €	382.900,00 €
Requalificação e ampliação do Jardim de Infância de Santana da Carnota	0	2	240.678,00 €	107.500,00 €	348.178,00 €
Requalificação e ampliação da EB1 do Paiol	2	0	85.560,00 €	55.840,00 €	141.400,00 €
Requalificação da EB1 da Merceana e Alteração da tipologia para JI	0	3	94.812,00 €	71.188,00 €	166.000,00 €

Propostas	N.º de Salas de Aula		Instalações a Reconverter / Adaptar	Instalações a Construir	Total Investimento
	EB1	JI	Total (€)	Total (€)	
Requalificação da EB1 de Aldeia Gavinha e alteração da tipologia para JI	0	2	117.120,00 €	57.625,00 €	174.745,00 €
Requalificação e ampliação da EB1 de Pocariça	2	0	103.900,00 €	68.440,00 €	172.340,00 €
Requalificação e ampliação do JI do Pereiro de Palhacana e Alteração da tipologia para EB1/JI	2	1	269.770,00 €	153.403,00 €	423.173,00 €
Requalificação e ampliação da EB1/JI da Cortegana	5	2	277.650,00 €	243.125,00 €	520.775,00 €
Requalificação da EB1/JI da Labrugeira e Alteração da tipologia para JI	0	2	158.700,00 €	193.000,00 €	351.700,00 €
TOTAIS			2.382.892,00 €	1.616.256,00 €	3.999.148,20 €

Quadro n.º 98 – Investimento Total

Propostas	Investimento (Terreno e Construção)	Investimento (Mobiliário e Material Didático)	Investimento Total
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Triana	2.241.678,60 €	194.797,76 €	2.436.476,36 €
Requalificação da EB1 de Cheganças e alteração da tipologia para JI	138.162,20 €	8.235,56 €	146.397,76 €
Construção de uma EB1/JI na localidade de Abrigada	1.637.181,00 €	155.354,54 €	1.792.535,54 €
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Cabanas de Torres	725.926,50 €	97.778,51 €	823.705,01 €
Requalificação e ampliação da EB1 Canados	256.710,00 €	19.721,61 €	276.431,61 €
Requalificação e ampliação da EB1/JI de Ota	427.415,00 €	76.395,21 €	503.810,21 €
Construção de uma EB1/JI na localidade de Cadafais	492.379,80 €	76.395,21 €	568.775,01 €
Requalificação da EB1/JI de Casais da Marmeleira e alteração da tipologia para JI	150.925,00 €	16.471,12 €	167.396,12 €
Construção de um Jardim de infância na localidade do Carregado	1.317.690,00 €	130.793,64 €	1.448.483,64 €
Requalificação da EB1 da Guizanderia e alteração da tipologia para JI	203.325,00 €	16.471,12 €	219.796,12 €
Requalificação e ampliação da EB1 (P3) do Carregado	382.900,00 €	32.869,35 €	415.769,35 €
Ampliação e requalificação da EB1 da Torre	141.400,00 €	13.147,74 €	154.547,74 €
Construção de uma EB1 na freguesia de Santana da Carnota	409.248,00 €	66.497,96 €	475.745,96 €
Requalificação e Ampliação do Jardim de Infância de Santana da Carnota e alteração da tipologia para JI	348.178,00 €	16.471,12 €	364.649,12 €
Requalificação e ampliação da EB1 do Paiol	141.400,00 €	13.147,74 €	154.547,74 €
Requalificação e ampliação da EB1/JI da Merceana e alteração da tipologia para JI	166.000,00 €	24.706,68 €	190.706,68 €
Requalificação e Ampliação da EB1 de Aldeia Gavinha e alteração da tipologia para JI	174.745,00 €	16.471,12 €	191.216,12 €
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Olhalvo	798.934,50 €	97.778,51 €	896.713,01 €
Requalificação e ampliação da EB1 de Pocariça	172.340,00 €	13.147,74 €	185.487,74 €
Ampliação do JI do Pereiro de Palhacana e alteração da tipologia para EB1/JI	423.173,00 €	53.350,22 €	476.523,22 €
Construção de uma EB1/JI na freguesia de Ribafria	492.379,80 €	76.395,21 €	568.775,01 €
Requalificação e ampliação da EB1/JI da Cortegana	520.775,00 €	56.673,60 €	577.448,60 €
Requalificação da EB1/JI da Labrugeira e alteração da tipologia para JI	351.700,00 €	16.471,12 €	368.171,12 €
Construção de uma EB1/JI na localidade de Vila Verde dos Francos	479.643,00 €	76.395,21 €	556.038,21 €
TOTAIS	12.594.209,40 €	1.365.937,60 €	13.960.147,00 €

6.3.5. Articulação Institucional

A monitorização da aplicação das medidas propostas neste documento deverá ser efectuada pela Câmara Municipal e pelo Conselho Municipal de Educação de Alenquer. Para tal, é indispensável que exista uma boa articulação entre a Autarquia, a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) e o Ministério da Educação (ME). Esta articulação deve implicar, além da colaboração técnica entre as várias entidades, um esforço financeiro conjunto, tendo como principal objectivo a melhoria efectiva das infra-estruturas escolares do concelho, proporcionando assim, melhores condições pedagógicas e a oferta de serviços de apoio à família.

7. MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

7.1. Considerações Gerais

A Carta Educativa enquanto documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado deve ser encarada como um processo inacabado que deverá evoluir em constante adequação com a realidade concelhia.

Por conseguinte, como refere Édio Martins (DAPP – ME) “a Carta Educativa deverá ter um determinado período de vigência, sendo de prever desde o início da sua feitura, a realização de revisões periódicas, se possíveis anuais.” (...) o processo de monitorização/avaliação da carta educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, por forma a que seja possível a detecção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa (...)”.

Neste sentido, a implementação da Carta Educativa do Município de Alenquer deve prever um adequado processo de monitorização e avaliação para que se estabeleçam as necessárias reorientações de acordo com as novas dinâmicas do território e do sistema educativo.

7.2. Faseamento do Processo de Monitorização

O processo de monitorização da Carta Educativa compreende três fases essenciais: Recolha/Organização da Informação, Instrumentos de Acção e Avaliação dos Resultados.

7.2.1. Recolha / Organização da Informação:

O processo de recolha, organização e disponibilização da informação é essencial na monitorização da Carta Educativa, devendo esta informação ser disponibilizada anualmente pelos estabelecimentos de ensino e agrupamentos de escolas, e pela Direcção Regional de Educação de Lisboa.

Além dos aspectos relativos à procura e oferta de ensino, a autarquia deverá estar atenta a alterações que se possam verificar ao nível das seguintes variáveis:

- Plano Director Municipal (PDM) – as alterações que se venham a verificar após a revisão do Plano Director Municipal de Alenquer poderão acarretar alterações ao nível das propostas de reordenamento apresentadas na Carta Educativa;
- Estudos demográficos e sócio-económicos, nomeadamente, os publicados pelo Instituto Nacional de Estatística;

- Área sócio-educativa, nomeadamente, aspectos relacionados com os transportes escolares, acção social escolar e serviço de refeições.

7.2.2. Instrumentos de Acção

Com base na informação recolhida e organizada, deverão ser elaborados pequenos planos de acção (anuais, bianuais, trienais, etc) que permitam definir objectivos e recursos a utilizar, que vão de encontro às grandes linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação.

7.2.3. Avaliação dos Resultados

No final de cada ano lectivo, ou eventualmente de dois em dois anos, deverão ser produzidos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa e dos Planos de Acção, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais). A partir desses relatórios será desenvolvida uma avaliação em sede de CME acerca do desenvolvimento da Carta Educativa, propondo os ajustes estratégicos considerados pertinentes.

7.3. Gestão

A gestão da monitorização da Carta Educativa deve ser da responsabilidade da Autarquia, estrutura que possui uma visão global e integrada da realidade local em matéria de Educação. O Conselho Municipal de Educação, em virtude dos diversos intervenientes que o compõem, constitui-se como um fórum de discussão e reflexão privilegiado.

A revisão das propostas deverá ser efectuada de dois em dois anos, ou sempre que se verifiquem alterações sócio-económicas ou demográficas.

8. BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Alenquer, 2003, *Relatório da 1.ª Fase de Revisão do Plano Director Municipal de Alenquer*.

Câmara Municipal de Alenquer, 2004, *Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Alenquer*.

Instituto Nacional de Estatística, Censos – *Recenseamento Geral da População – 1991 e 2001*.

Ministério da Educação (Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento), 2000, *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*.

Ministério da Educação (Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento), 2000, *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*.

Legislação

Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro – Transportes escolares (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro);

Lei 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo;

Despacho-Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88 – Define os princípios gerais da planificação da Rede Escolar;

Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar;

Despacho Normativo n.º 27/97, de 2 de Junho – Pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa;

Despacho-Conjunto n.º 15/SEAE/SEEI/97, de 18 de Abril – Define regras para a extinção dos postos de ensino básico mediatizado;

Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho – Consagra o regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar, estabelecendo a criação de uma rede nacional de educação pré-escolar que integra uma rede pública e uma rede privada, visando efectivar a universalidade da educação pré-escolar;

Despacho-Conjunto n.º 258/97, de 21 de Agosto – Define os critérios aplicáveis à caracterização do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar;

Despacho-Conjunto n.º 268/97, de 25 de Agosto – Define os critérios gerais de programação dos estabelecimentos de educação pré-escolar;

Decreto-Lei n.º 291/97, de 4 de Setembro – Define o regime de atribuição de financiamento para instalação de estabelecimentos de educação pré-escolar;

Despacho Normativo n.º 27/97, de 2 de Junho – Pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa;

Despacho-Conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho – Estabelece o regime aplicável à prestação dos serviços de apoio educativo com base na articulação dos recursos e das actividades de apoio especializado existentes nas escolas, no quadro do desenvolvimento dos projectos educativos;

Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro – Estabelece o novo regime de criação, organização e funcionamento das escolas profissionais no âmbito do ensino não superior;

Decreto-Lei n.º 89-A/98, de 7 de Abril – Cria uma linha de crédito bonificado para financiamento da construção e aquisição de instalações e equipamento de estabelecimentos de educação pré-escolar;

Decreto-Lei n.º 115/98, de 4 de Maio – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário;

Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto – Lei das Finanças Locais – estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias;

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto – estabelece as bases da política de reordenamento do território e de urbanismo.

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro – Estabelece o quadro de transferência das atribuições das autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no domínio da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e de ensino;

Decreto-Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto – Define as condições necessárias à constituição e à instalação dos agrupamentos de escolas do ensino básico;

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.



Anexo A – Tabela explicativa dos Critérios de Planeamento da Rede Educativa

Irradiação	A irradiação de uma escola (distância – tempo máximos entre a escola e os locais de residência dos alunos) é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando-se ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos seus eixos. Os valores de irradiação variam em função do nível etário dos alunos e dos meios de deslocação utilizados. Na prática, o estabelecimento daqueles valores (e a consequente delimitação de uma área de drenagem) deve também atender às características físicas da zona em estudo – orografia, clima, vias de comunicação, rede de transportes – por forma a garantir aos alunos condições adequadas de segurança e conforto nas suas deslocações diárias entre a escola e os locais onde residem. Nos quadros das páginas seguintes são definidos para cada tipo de estabelecimento de ensino e consoante o meio de deslocação a utilizar, valores preferenciais e máximos de distância e de tempo de percurso escola-habitação.
População Base e População a Escolarizar	Designa-se por população base o número de habitantes na área de drenagem de um determinado tipo de escola, que serve de suporte e justifica a criação, ampliação, remodelação ou reconversão dessa escola. A população a escolarizar é o subconjunto da população base constituído pelos grupos etários correspondentes aos diversos níveis de ensino e tipos de escolas, tendo em conta os objectivos da política educativa definidos para cada um desses níveis. Em sentido restrito, o conceito é frequentemente aplicado a um único tipo de escola ou nível de ensino. A expressão quantitativa da população base e da população a escolarizar deve basear-se em dados estatísticos recentes e em previsões da evolução demográfica a médio prazo relativas à área em estudo.
Critérios de Programação	Na base dos indicadores de programação escolar estão critérios pedagógicos, sociais e de viabilidade de funcionamento e gestão escolar, visando-se o estabelecimento de condições adequadas à realização de um ensino de qualidade. São apresentados os seguintes indicadores: - Regime de funcionamento das escolas; - Valores mínimos, preferenciais e máximos relativos ao número de alunos por turma; - O leque total ou parcial de capacidades e lotações das escolas.
Critérios de Dimensionamento	Indicadores relativos ao dimensionamento de terrenos escolares e à área bruta de construção dos diferentes tipos e capacidades de estabelecimentos de educação e ensino. Os indicadores relativos às instalações interiores e exteriores cobertas para a disciplina de Educação Física são apresentados separadamente, em quadros próprios. Por área bruta de construção (Ab) entende-se a superfície medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores.
Critérios de Localização	Expõem-se aqui os critérios que devem orientar os processos de localização dos diferentes tipos de escolas: - Inserção da escola no tecido urbano e sua relação de complementaridade com outros equipamentos; - Requisitos de segurança e de qualidade ambiental da área envolvente; - Infra-estruturas básicas; - Características físicas dos terrenos escolares e incompatibilidades de vizinhança.

Anexo B - Jardim de Infância (JI) – Critérios de Planeamento

Educação Pré-Escolar – Faixa etária: dos 3 aos 5 anos

Irradiação	A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos eixos. Percursos escola-habitação: - A pé (preferencial): até 15 minutos. - Em transporte público (máximo aceitável): 20 minutos. Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modos e os meios de deslocação, devem ser analisados segundo os critérios rigorosos de segurança e de conforto. Atendendo ao grupo etário em estudo, a distância entre o Jardim de Infância e os locais de residência ou de trabalho dos pais das crianças deverá subordinar-se ao princípio geral de grande proximidade.																		
População Base e População a Escolarizar	Variação NUT III dos grupos etários (1991): 3 aos 5 anos: 2,4% - 4,6% Mínimo (População base: 900 habitantes) – N.º de crianças:20 Máximo (População base: 3600 habitantes) – N.º de crianças: 150 O número de habitantes foi calculado com base no princípio de que só cerca de 90% das crianças deste grupo etário frequenta o Jardim de Infância. A criação de Jardins de Infância com mais de três salas de actividades, aqui preconizados, restringe-se a situações muito particulares, nomeadamente, em territórios com elevados índices de habitantes por km².																		
Critérios de Programação	Número de crianças por educador: mínimo- 20; máximo-25. 1 sala de actividades por educador <table><tr><td>Ref.</td><td>Salas</td><td>Crianças</td></tr><tr><td>JI</td><td>2</td><td>50</td></tr><tr><td>JI</td><td>3</td><td>75</td></tr><tr><td>JI</td><td>4</td><td>100</td></tr><tr><td>JI</td><td>5</td><td>125</td></tr><tr><td>JI</td><td>6</td><td>150</td></tr></table> O processo de criação de um Jardim de Infância com uma única sala de actividades deve em regra, subordinar-se ao princípio geral de que o Jardim de Infância deve ser integrado em escolas ou outros equipamentos sociais com os quais não seja incompatível.	Ref.	Salas	Crianças	JI	2	50	JI	3	75	JI	4	100	JI	5	125	JI	6	150
Ref.	Salas	Crianças																	
JI	2	50																	
JI	3	75																	
JI	4	100																	
JI	5	125																	
JI	6	150																	
Critérios de Dimensionamento	Indicadores de referência: Área bruta (Ab) de construção: 6 m²/criança Área de Terreno: 16 m²/criança <table><tr><td>Ab* (m²)</td><td>Terreno**</td><td>Terreno/aluno (m²)</td></tr><tr><td>330</td><td>850</td><td>17,0</td></tr><tr><td>450</td><td>1200</td><td>16,0</td></tr><tr><td>580</td><td>1600</td><td>16,0</td></tr><tr><td>700</td><td>2000</td><td>16,0</td></tr><tr><td>830</td><td>2400</td><td>16,0</td></tr></table> * Ab – área bruta de construção. ** Terreno – áreas de terreno mínimas.	Ab* (m ²)	Terreno**	Terreno/aluno (m ²)	330	850	17,0	450	1200	16,0	580	1600	16,0	700	2000	16,0	830	2400	16,0
Ab* (m ²)	Terreno**	Terreno/aluno (m ²)																	
330	850	17,0																	
450	1200	16,0																	
580	1600	16,0																	
700	2000	16,0																	
830	2400	16,0																	
Critérios de Localização	Por regra, o Jardim de Infância não deve situar-se na área de influência de outros estabelecimentos sub-utilizados e em bom estado de conservação onde seja ministrado o mesmo nível de educação ou ensino.																		

	A escola e a envolvente urbana: - inserção correcta da escola no tecido urbano; - proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - rede de transportes públicos; - segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - abastecimento de água e energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos. Terrenos: - com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas. Incompatibilidades: - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
Observações	A rede nacional de educação pré-escolar, consagrada na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97) e no Decreto-Lei n.º 147/97, engloba a rede de estabelecimentos públicos, privados e de solidariedade social, competindo ao Ministério da Educação a sua tutela pedagógica. Para o alargamento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar foi igualmente elaborado um conjunto de diplomas que, desenvolvendo aspectos da Lei-Quadro e do Decreto-Lei, regulamentam e explicitam critérios para a sua execução. O Despacho-Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto, define critérios pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar cuja consulta se torna igualmente indispensável para a elaboração de cartas educativas. Os valores indicados referem-se a áreas de terrenos com declive suave, até 5% de inclinação. Por cada ponto percentual acima de 5%, até ao máximo de 10%, a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.

Anexo C – Escola Básica do 1.º Ciclo (EB1) – Critérios de Planeamento

Ensino Básico, 1.º Ciclo – Faixa etária: dos 6 aos 9 anos

Irradiação	A distância e o tempo máximo entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos eixos. Percursos escola-habitação: - A pé: distância preferencial até 1 km ou 15 minutos, máximo aceitável até 1,5 km ou 30 minutos. - Em transporte público: até 40 minutos.															
População Base e População a Escolarizar	Variação NUT III dos grupos etários (1991): 6 aos 9 anos: 4% - 6,7% Mínimo (População base: 2000 habitantes) – população a escolarizar: 80 alunos (4 turmas). Máximo (População base: 4500 habitantes) – população a escolarizar: 300 alunos (12 turmas).															
Critérios de Programação	Regime de funcionamento: turno único Número de alunos/sala: mínimo – 20; máximo – 25 1 sala por turma <table><tr><td>Ref.</td><td>Salas</td><td>Crianças</td></tr><tr><td>EB1</td><td>4</td><td>100</td></tr><tr><td>EB1</td><td>6</td><td>150</td></tr><tr><td>EB1</td><td>8</td><td>200</td></tr><tr><td>EB1</td><td>12</td><td>300</td></tr></table> A capacidade das escolas do 1.º CEB não deve ser inferior a 4 nem superior a 12 turmas. Não é aconselhável a criação de escolas apenas com o 1.º ciclo do ensino básico. Sempre que possível, deve proceder-se à integração da escola do 1.º ciclo com o jardim de infância e com os ciclos subsequentes do ensino básico.	Ref.	Salas	Crianças	EB1	4	100	EB1	6	150	EB1	8	200	EB1	12	300
Ref.	Salas	Crianças														
EB1	4	100														
EB1	6	150														
EB1	8	200														
EB1	12	300														
Critérios de Dimensionamento	Indicadores de referência: Área bruta (Ab) de construção: 6 m²/aluno. Área de Terreno: 18 m²/aluno. (Terreno: área de terreno inclui campo de jogos e recreio coberto). <table><tr><td>Ab* (m²)</td><td>Terreno**</td><td>Terreno/aluno (m²)</td></tr><tr><td>640</td><td>2200</td><td>22</td></tr><tr><td>930</td><td>2700</td><td>18</td></tr><tr><td>1220</td><td>3300</td><td>16,5</td></tr><tr><td>1700</td><td>4400</td><td>14,7</td></tr></table> * Ab – área bruta de construção. ** Terreno – áreas de terreno mínimas. As áreas indicadas referem-se a escolas só com 1.º CEB e que não possam utilizar equipamento existente noutros estabelecimentos próximos, tais como bibliotecas, cantinas e instalações desportivas.	Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)	640	2200	22	930	2700	18	1220	3300	16,5	1700	4400	14,7
Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)														
640	2200	22														
930	2700	18														
1220	3300	16,5														
1700	4400	14,7														
Critérios de Localização	A escola deve estar articulada com os outros estabelecimentos de ensino que constam da carta escolar, não devendo situar-se na área de influência de escolas do 1.º CEB sub-utilizadas e em bom estado de conservação.															

	A escola e a envolvente urbana: - correcta inserção no meio urbano, com proximidade a jardins públicos e a equipamentos sociais, culturais ou educativos; - proximidade entre a escola e as residências dos alunos; - segurança nos percursos e nas zonas de acesso imediato à escola; - boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos. Terrenos: - com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades); - com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas das construções . Incompatibilidades: - Vizinhanças insalubres ou perigosas; - Atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
Observações	Os valores indicados referem-se a terrenos com forma regular e declive até 5%.

Anexo D - Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI) - Critérios de Planeamento

Ensino Básico, 1.º Ciclo e Educação Pré – Escolar - Faixa etária: dos 3 aos 9 anos

Irradiação	A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos eixos. Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, a uma escola integrada estão associados tantos valores de irradiação quantos os níveis de educação e ensino que ela integra. Neste sentido vejam-se os valores de irradiação constantes das tabelas relativas aos Jardins de Infância e EB1.																		
População Base e População a Escolarizar	A uma escola integrada estão associados tantos valores de população a escolarizar quantos os níveis de educação e ensino que integra. Varição NUT III dos grupos etários (1991): 3 aos 5 anos: 2,4% - 4,6% 6 aos 9 anos: 4% - 6,7% Mínimo: JI População Base: 900 habitantes – N.º de crianças: 20 (1 sala) 1.º Ciclo População base: 1000 habitantes – População a escolarizar: 40 alunos (2 turmas) Máximo: JI População Base: 1800 habitantes – N.º de crianças: 75 (3 salas) 1.º Ciclo População Base: 4500 habitantes – População a escolarizar: 300 alunos (12 turmas).																		
Critérios de Programação	Regime de funcionamento das escolas: turno único Número de crianças/alunos por sala/turma: JI – 20 a 25; mínimo – 20, máximo – 25; 1 sala de actividades ou sala de aula por grupo/turma. <table><tr><td>Ref.</td><td>Salas</td><td>Crianças</td></tr><tr><td>EB1/JI</td><td>3(2+1)</td><td>75 (50+25)</td></tr><tr><td>EB1/JI</td><td>6(4+2)</td><td>150 (100+50)</td></tr><tr><td>EB1/JI</td><td>7(4+3)</td><td>175 (100+75)</td></tr><tr><td>EB1/JI</td><td>11(8+3)</td><td>275 (200+75)</td></tr><tr><td>EB1/JI</td><td>15(12+3)</td><td>375 (300+75)</td></tr></table> Salienta-se que na escola EB1/JI não devem ser excedidas, por nível de educação e ensino, as capacidades e lotações máximas indicadas: 3 salas de actividades para a educação pré-escolar; 12 salas de aula para o 1.º Ciclo do ensino básico.	Ref.	Salas	Crianças	EB1/JI	3(2+1)	75 (50+25)	EB1/JI	6(4+2)	150 (100+50)	EB1/JI	7(4+3)	175 (100+75)	EB1/JI	11(8+3)	275 (200+75)	EB1/JI	15(12+3)	375 (300+75)
Ref.	Salas	Crianças																	
EB1/JI	3(2+1)	75 (50+25)																	
EB1/JI	6(4+2)	150 (100+50)																	
EB1/JI	7(4+3)	175 (100+75)																	
EB1/JI	11(8+3)	275 (200+75)																	
EB1/JI	15(12+3)	375 (300+75)																	
Critérios de Dimensionamento	Indicadores de referência: Área bruta (Ab) de construção: 5,5 m²/aluno. Área Bruta de Terreno: 18 m²/aluno. <table><tr><td>Ab* (m²)</td><td>Terreno**</td><td>Terreno/aluno (m²)</td></tr><tr><td>460</td><td>1700</td><td>22,6</td></tr><tr><td>860</td><td>2700</td><td>18</td></tr><tr><td>980</td><td>3100</td><td>17,7</td></tr></table>	Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)	460	1700	22,6	860	2700	18	980	3100	17,7						
Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)																	
460	1700	22,6																	
860	2700	18																	
980	3100	17,7																	

	Ab* (m²) Terreno** Terreno/aluno (m²) 1500 4200 15,3 1960 5300 14,2 *Ab – área bruta de construção. ** Terreno – áreas de terreno mínimas.
Crítérios de Localização	Por regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrados os mesmos níveis de educação e ensino. A escola e a envolvente urbana: - inserção correcta no tecido urbano; - proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - rede de transportes públicos; - segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato á mesma; - boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos. Terrenos: - com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); - com características geológicas que possibilitem fundações directas das construções. Incompatibilidades: - vizinhanças insalubres ou perigosas; - atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
Observações	As áreas de terreno apresentadas são as mínimas. Os valores indicados referem-se a áreas de terreno com declive suave, até 5% de inclinação. Por cada ponto percentual acima de 5%, até ao máximo de 10%, a área de terreno deverá ser acrescida de 4%.

Anexo E – Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos (EB2,3) - Critérios de Planeamento

Ensino Básico, 2.º e 3.º Ciclos – Faixa Etária: dos 10 aos 14 anos

Irradiação	A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos eixos. Percursos escola-habitação: - A pé: distância preferencial até 1,5km; máximo aceitável até 2,2 km ou 45 minutos. - Em transporte público: máximo aceitável 60 minutos. Os percursos entre a escola e os locais de residência dos alunos, bem como os modos e meios de deslocação, devem ser analisados segundo critérios rigorosos de segurança e de conforto.															
População Base e População a Escolarizar	Variação NUT III dos grupos etários (1991): 10 aos 14 anos: 6,3% -9,5%. Mínimo: População Base: 38000 habitantes – População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas). Máximo recomendado: População Base: 6300 habitantes – População a escolarizar: 600 alunos (25 turmas). Máximo: População Base: 7900 habitantes – População a escolarizar: 750 alunos (25 turmas).															
Critérios de Programação	Regime de funcionamento das escolas: turno único. Número de alunos por turma: 24 (preferencial) a 30 (máximo). 1 sala de aula por turma. <table><tr><td>Ref.</td><td>Salas</td><td>Crianças</td></tr><tr><td>EB2,3</td><td>10</td><td>240-300</td></tr><tr><td>EB2,3</td><td>15</td><td>360-450</td></tr><tr><td>EB2,3</td><td>20</td><td>480-600</td></tr><tr><td>EB2,3</td><td>25</td><td>600-750</td></tr></table> Em certos casos pode justificar-se a criação de uma EB2,3 com 20 alunos/turma. Os elevados custos de construção e funcionamento das escolas com este limiar de alunos/turma restringem, contudo, o seu campo de aplicação a situações muito peculiares (zonas isoladas, reduzida população a escolarizar, escolas pequenas – EB2,3 com 10 turmas ou EBI).	Ref.	Salas	Crianças	EB2,3	10	240-300	EB2,3	15	360-450	EB2,3	20	480-600	EB2,3	25	600-750
Ref.	Salas	Crianças														
EB2,3	10	240-300														
EB2,3	15	360-450														
EB2,3	20	480-600														
EB2,3	25	600-750														
Critérios de Dimensionamento	Indicadores de referência: Área bruta (Ab) de construção: 8,2 m²/aluno. Área Bruta de Terreno: 26 m²/aluno. <table><tr><td>Ab* (m²)</td><td>Terreno**</td><td>Terreno/aluno (m²)</td></tr><tr><td>3000</td><td>8300</td><td>27,7</td></tr><tr><td>3800</td><td>13300</td><td>29,6</td></tr><tr><td>5100</td><td>15700</td><td>26,2</td></tr><tr><td>5800</td><td>18200</td><td>24,3</td></tr></table> * Ab – área bruta de construção. ** Terreno – áreas de terreno mínimas.	Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)	3000	8300	27,7	3800	13300	29,6	5100	15700	26,2	5800	18200	24,3
Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)														
3000	8300	27,7														
3800	13300	29,6														
5100	15700	26,2														
5800	18200	24,3														

Critérios de Localização	Por regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde seja ministrado o mesmo nível de ensino. A escola e a envolvente urbana: - inserção correcta no tecido urbano; - proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - rede de transportes públicos; - segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos. Terrenos: - com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); - com características geológicas que possibilitem fundações directas das construções. Incompatibilidades: - vizinhanças insalubres ou perigosas; - atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
--	--

Anexo F – Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EB1,2,3,JI) - Critérios de Planeamento

Ensino Básico, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Educação Pré-Escolar – Faixa Etária: dos 3 aos 14 anos

Irradiação	A distância máxima entre a escola e os locais de residência da população escolar é medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos eixos. Sendo o nível etário dos alunos um dos factores de que depende a irradiação de uma escola, à Escola Básica Integrada com Jardim de Infância estão associados tantos valores de irradiação constantes das tabelas relativas aos JI, EB1 e EB2,3.									
População Base e População a Escolarizar	Variação NUT III dos grupos etários (1991): 3 aos 5 anos: 2,4% - 4,6%; 6 aos 9 anos: 4% - 6,7%; 10 aos 14 anos: 6,3% - 9,5% Mínimo: JI População Base: 1800 habitantes – N.º de crianças: 40 alunos (2 salas) 1.º Ciclo População Base: 2000 habitantes – População a escolarizar: 80 alunos (4 turmas) 2.º e 3.º ciclos População Base: 3800 habitantes - População a escolarizar: 240 alunos (10 turmas) Máximo JI População Base: 1800 habitantes – População a escolarizar: 75 alunos (3 turmas) 1.º Ciclo População Base: 3000 habitantes – População a escolarizar: 200 alunos (8 turmas) 2.º e 3.º ciclos População Base: 4700 habitantes - População a escolarizar: 450 alunos (15 turmas)									
Critérios de Programação	Regime de funcionamento das escolas: turno único Número de crianças/alunos por sala / turma: JI e 1.º Ciclo – 20 a 25; 2.º e 3.º Ciclos – 24 a 30 <table><tr><td>Ref.</td><td>Salas</td><td>Crianças/Alunos</td></tr><tr><td>EB1,2,3,JI</td><td>16(4+10+2)</td><td>450 (100+300+50)</td></tr><tr><td>EB1,2,3,JI</td><td>26 8+15+3)</td><td>725(200+450+75)</td></tr></table> Estes modelos de escolas correspondem às capacidades máxima e mínima da Escola Integrada.	Ref.	Salas	Crianças/Alunos	EB1,2,3,JI	16(4+10+2)	450 (100+300+50)	EB1,2,3,JI	26 8+15+3)	725(200+450+75)
Ref.	Salas	Crianças/Alunos								
EB1,2,3,JI	16(4+10+2)	450 (100+300+50)								
EB1,2,3,JI	26 8+15+3)	725(200+450+75)								
Critérios de Dimensionamento	Indicadores de referência: Área bruta (Ab) de construção: 8 m²/aluno Área Bruta de Terreno: 23 m²/aluno <table><tr><td>Ab* (m²)</td><td>Terreno**</td><td>Terreno/aluno (m²)</td></tr><tr><td>3800</td><td>10600</td><td>23,6</td></tr><tr><td>5100</td><td>16000</td><td>22,1</td></tr></table> * Ab – área bruta de construção.	Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)	3800	10600	23,6	5100	16000	22,1
Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)								
3800	10600	23,6								
5100	16000	22,1								

	** Terreno – áreas de terreno mínimas
Critérios de Localização	Por regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde sejam ministrado o mesmo nível de ensino. A escola e a envolvente urbana: - correcta inserção no tecido urbano; - proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado; - rede de transportes públicos; - segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixo. Terrenos: - com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); - com características geológicas que possibilitem fundações directas das construções. Incompatibilidades: - vizinhanças insalubres ou perigosas; - atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.

Anexo G – Escola Secundária (ES) - Critérios de Planeamento

Ensino Secundário – Faixa Etária: dos 15 aos 17 anos.

Irradiação	A distância e o tempo máximos entre a escola e os locais de residência da população escolar são medidos ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando ainda faixas marginais de 500m de largura para cada lado dos eixos. Percursos escola-habitação: - A pé : distância preferencial até 2 km (30 minutos); máximo aceitável até 3 km (50 minutos). - Em transporte público: máximo aceitável 60 minutos.																					
População Base e População a Escolarizar	Variação NUT III dos grupos etários (1991): 15 aos 17 anos: 3,9% - 6,1% Mínimo: População Base: 13300 a 12500 habitantes – População a escolarizar: 390 alunos (18 turmas). Máximo População Base: 25600 a 24000 habitantes – População a escolarizar: 1170 alunos (39 turmas). A população a escolarizar corresponde a uma taxa de frequência do ensino secundário de 75% a 80% para este grupo etário.																					
Critérios de Programação	Regime de funcionamento das escolas: turno único Número máximo de alunos/turma: 30 <table><tr><td>Ref.</td><td>Salas</td><td>Crianças/Alunos</td></tr><tr><td>ES</td><td>18</td><td>540</td></tr><tr><td>ES</td><td>21</td><td>630</td></tr><tr><td>ES</td><td>24</td><td>720</td></tr><tr><td>ES</td><td>30</td><td>900</td></tr><tr><td>ES</td><td>36</td><td>1080</td></tr><tr><td>ES</td><td>39</td><td>1170</td></tr></table>	Ref.	Salas	Crianças/Alunos	ES	18	540	ES	21	630	ES	24	720	ES	30	900	ES	36	1080	ES	39	1170
Ref.	Salas	Crianças/Alunos																				
ES	18	540																				
ES	21	630																				
ES	24	720																				
ES	30	900																				
ES	36	1080																				
ES	39	1170																				
Critérios de Dimensionamento	Os programas de espaços das escolas a construir, ampliar ou remodelar, deverão ser definidos caso a caso e terem flexibilidade para futuras adaptações nos edifícios escolares, em função da evolução da procura. Indicadores de referência: Área bruta (Ab) de construção: 8,5 m²/aluno Área Bruta de Terreno: 24 m²/aluno <table><tr><td>Ab* (m²)</td><td>Terreno**</td><td>Terreno/aluno (m²)</td></tr><tr><td>5300</td><td>14500</td><td>26,9</td></tr><tr><td>5900</td><td>15000</td><td>23,8</td></tr><tr><td>6400</td><td>17000</td><td>23,6</td></tr><tr><td>7100</td><td>18000</td><td>20,0</td></tr><tr><td>8500</td><td>22000</td><td>20,4</td></tr><tr><td>9100</td><td>23000</td><td>19,7</td></tr></table> As áreas brutas indicadas correspondem a modelos teóricos de uso de espaços que não incluem a oferta de cursos de mecânica e construção civil.	Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)	5300	14500	26,9	5900	15000	23,8	6400	17000	23,6	7100	18000	20,0	8500	22000	20,4	9100	23000	19,7
Ab* (m²)	Terreno**	Terreno/aluno (m²)																				
5300	14500	26,9																				
5900	15000	23,8																				
6400	17000	23,6																				
7100	18000	20,0																				
8500	22000	20,4																				
9100	23000	19,7																				
Critérios de Localização	A escola e a envolvente urbana: - correcta inserção no tecido urbano; - proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos,																					

	culturais e sociais do aglomerado; - rede de transportes públicos; - segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma; - boas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído); - abastecimento de água, drenagem de esgotos, energia eléctrica, rede de telecomunicações e recolha de lixos. Terrenos: - com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidade); - com características geológicas que possibilitem fundações directas das construções. Incompatibilidades: - vizinhanças insalubres ou perigosas; - atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.
Observações	A escola não deve ser abrangida pelo raio de acção de outras existentes sub-utilizadas e em bom estado de conservação, onde seja ministrado o mesmo nível de ensino. As áreas brutas (Ab) indicadas correspondem a modelos padronizados de programas de espaços. Os valores indicados não incluem os espaços interiores nem os exteriores cobertos para educação física e desporto.